



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DENISE LEFRANÇOIS

**INCLUSÃO DIGITAL, CIDADES DIGITAIS E CIDADANIA:
ESTUDO DE CASO DA PRAÇA MATRIZ DE LAURO DE FREITAS**

Salvador
2018

DENISE LEFRANÇOIS

**INCLUSÃO DIGITAL, CIDADES DIGITAIS E CIDADANIA:
ESTUDO DE CASO DA PRAÇA MATRIZ DE LAURO DE FREITAS**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Edivaldo Machado Boaventura.
Coorientador: Prof. Manoel Joaquim Fernandes de Barros

Salvador
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS
Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities.

Lefrançois, Denise

Inclusão digital, cidades digitais e cidadania: estudo de caso da praça matriz de Lauro de Freitas / Denise Lefrançois.- Salvador, 2018.

129 f.: il.

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Edivaldo Machado Boaventura

Coorientador: Prof. Manoel Joaquim Fernandes de Barros

1. Inclusão Digital. 2. Cidadania. 3. Cidade Digitais. I. Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Barros, Manoel Joaquim Fernandes de, co-orient. III. Título.

CDD: 303.4833

DENISE AZEVEDO LEFRANÇOIS

**INCLUSÃO DIGITAL, CIDADES DIGITAIS E CIDADANIA:
ESTUDO DE CASO DA PRAÇA MATRIZ DE LAURO DE FREITAS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo M. Boaventura _____
Doutor em Administração Educacional pela Pennsylvania State University. USA
Universidade Salvador

Manoel Joaquim Fernandes de Barros _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia/ Université Montréal
(Canadá)
Universidade Salvador

Lídia Boaventura Pimenta _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia

Salvador, 14 de agosto de 2018.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Georget (in memoriam) e May, por me ensinarem que tudo é possível quando realmente se quer.

Ao meu esposo Francisco, meu maior incentivador, um grande exemplo de dedicação, perseverança e resiliência.

Aos meus filhos Francisco e Guilherme, pela compreensão, permissão e principalmente pelo amor que nos une.

Aos meus colegas da turma 2015 do PPDRU, principalmente, Anajara Pelosi, Fábio Santos e Luzinete Lyrio, pela cumplicidade e apoio nas horas mais difíceis.

Ao meu grupo de pesquisa GPED, pelas diversas oportunidades de evoluir na execução deste estudo.

A todo o corpo docente do mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano pelas importantes contribuições ao meu aprendizado.

Aos colaboradores do PPDRU, pela atenção, parceria e dedicação aos alunos.

À equipe da Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, pelas ricas contribuições, atenção e apoio.

E, principalmente, ao querido professor Edivaldo Boaventura, pelo incentivo e valiosa orientação. Agradeço-lhe principalmente a confiança depositada. És um mestre no extremo da significância do que essa expressão possa representar.

“Absolutamente não há nada mais caro para o povo do que as coisas que o Estado fornece gratuitamente”. Autor Anônimo.

RESUMO

Esse estudo abordou questões relacionadas à inclusão digital e da cidadania a partir da perspectiva das cidades digitais. Lauro de Freitas, município baiano que apresenta grande potencial de desenvolvimento, foi contemplado pelo programa federal “cidades digitais”. A pesquisa versou sobre um novo olhar para a inclusão digital, ora respaldado por uma política pública se concretizou através do acesso gratuito à informação e comunicação (ou à internet) em locais públicos. A partir dessa possibilidade de acesso à rede mundial de computadores (internet) e das possíveis contribuições do programa ao exercício da cidadania pôde-se constatar, em função das respostas obtidas pela pesquisa que a implantação do Programa Cidades Digitais, através da experiência na praça matriz de Lauro de Freitas, configurou-se num vetor de desenvolvimento regional e, ao viabilizar o acesso à internet, ratificou o exercício da cidadania no município. Porém, também se verificou a necessidade de que hajam estágios posteriores ao acesso à internet. Uma educação voltada para o mundo digital, a exemplo da alfabetização informacional.

Palavras-chave: Inclusão Digital. Cidadania. Cidade Digitais. Lauro de Freitas.

ABSTRACT

His study addressed issues related to digital inclusion and citizenship from the perspective of digital cities. Lauro de Freitas, a municipality in Bahia with great potential for development, was awarded by the federal program "digital cities". The research focused on a new look at digital inclusion, now supported by public policy, through free access to information and communication (or the internet) in public places. From this possibility of access to the world wide web (internet) and the possible contributions of the program to the exercise of citizenship it was possible to verify, due to the answers obtained by the research that the implementation of the Digital Cities Program, through the experience in the main square of Lauro de Freitas, became a regional development vector and, by enabling internet access, ratified the exercise of citizenship in the municipality. However, there was also a need for later stages to access the Internet. An education focused on the digital world, such as information literacy.

Keywords: Digital Inclusion. Citizenship. Digital City. Lauro de Freitas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As TICs e as Dinâmicas Atuais	34
Figura 2 - Domicílios com acesso à internet, por tipo de equipamento utilizado, segundo as Grandes Regiões, 2016 (%)	47
Figura 3 - Inclusão Digital no Mundo	65
Figura 4 - Ranking das Cidade Inteligentes do Brasil - 2017	83
Figura 5 - Ranking dos Municípios Inteligentes da Região Nordeste do Brasil – 2017	83
Figura 6 - Resumo da opção metodológica.....	89
Figura 7 - Visão Panorâmica do Município de Lauro de Freitas.....	93
Figura 8 - Mapa de Localização do Município de Lauro de Freitas	93
Figura 9 - Mapa do Município de Lauro de Freitas com distribuição dos Bairros	94
Figura 10 - Fotos da Inauguração do Wifi na Praça Matriz Santo Amaro de Ipitanga	101
Figura 10 - Fotos da Inauguração do Wifi na Praça Matriz Santo Amaro de Ipitanga	101
Figura 11 - Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas	102
Figura 12 - Linha do Tempo do Programa Cidade Digital em Lauro de Freitas	103
Figura 13 - Visão Panorâmica Da Praça Matriz	105
Figura 14 - Visão Interna da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga – Lauro de Freitas	106
Figura 15 - Visão Externa da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga – Lauro de Freitas	106
Figura 16 - Organograma SEPLAN	109
Figura 17 - Visita Técnica a SEPLAN de Lauro de Freitas.....	113
Figura 18 - Visão da Praça Matriz de Lauro de Freitas	115
Figura 19 - Equipamento (Antena) para acesso ao Wifi.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Domicílios Particulares Permanentes, Total e com alguns Bens e Serviços de acesso à Informação e Comunicação, segundo as Grandes Regiões (2014).....	44
Tabela 2 - Domicílios Particulares Permanentes, Total e com alguns Bens e Serviços de Acesso à Informação e Comunicação, Segundo as Grandes Regiões (2015).....	45
Tabela 3 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Utilização da Internet no Domicílio, segundo as Grandes Regiões (2014).....	45
Tabela 4 - Domicílios Particulares Permanentes, por existência da Utilização da Internet, Total e Equipamentos Utilizados para Acessar a Internet no Domicílio Segundo as Grandes Regiões (2015).....	46
Tabela 5 - Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes, segundo o motivo de não haver utilização da Internet – 2016 (%).....	47
Tabela 6 - Panorama Geral sobre o Município de Lauro de Freitas.....	97
Tabela 7 - Síntese das Principais Informações sobre o Município de Lauro de Freitas	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCTI	Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação
DPE/BA	Defensoria Pública do Estado da Bahia
EAD	Ensino a Distância
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-BR	Organização das Nações Unidas – Agência Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMLF	Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno
RCD	Rede Cidade Digital
REMESSA	Rede Metropolitana de Salvador
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SECTI	Secretaria Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SUCTI	Superintendência da Ciência Tecnologia e Inovação
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UTI	União Internacional de Telecomunicações
VOIP	Voice Over Internet Protocol
WEB	World Wide Web
WIFI	Wireless Fidelity

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 COMPREENDENDO A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES E AS DINÂMICAS ATUAIS	29
2.1 PARADIGMA TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA ECONOMIA, NO TRABALHO E NA SOCIEDADE DE FORMA GERAL	29
2.2 A SOCIEDADE A PARTIR DAS TIC: UMA BREVE ANÁLISE DO QUE MUDOU	34
2.3 POPULARIZAÇÃO DA INTERNET: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL E BRASILEIRA	38
2.4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, CIBERCULTURA, CIBERESPAÇO E OUTRAS ESTRUTURAS	48
3 CIDADANIA, CIDADES DIGITAIS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL ...	57
3.1 UM BREVE RESUMO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CIDADANIA E A CIDADANIA NO BRASIL, PERCURSO HISTÓRICO	58
3.2 <i>APPROACHES</i> CRÍTICOS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL E NO MUNDO	63
3.2.1 Inclusão Digital: o mais Novo Direito Humano e um Direito Básico na da Sociedade	66
3.2.2 Inclusão Digital: Pensando a Cidadania nos Tempos Atuais	69
3.2.3 Inclusão Digital: Educação e Desenvolvimento Socioeconômico (Mercado, Trabalho e Novas Oportunidades)	71
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE	75
3.4 CIDADES DIGITAIS: A CIDADE A SERVIÇO DO CIDADÃO	77
3.4.1 O Programa Cidades Digitais e a sua Distribuição no Brasil e no Estado da Bahia	82
4 OPÇÃO METODOLÓGICA	85
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	85
4.2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS	86
5 LAURO DE FREITAS: UMA CIDADE DIGITAL	92
5.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO CIDADES DIGITAIS EM LAURO DE FREITAS.....	98
5.2 A PRAÇA MATRIZ E SUA RESSIGNIFICAÇÃO.....	103
6 UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA A PARTIR DO ACESSO GRATUITO À INTERNET DA PRAÇA MATRIZ	107
6.1 ENTREVISTAS COM OS GESTORES DO PROGRAMA CIDADES DIGITAIS (PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS).....	108
6.2 OBSERVAÇÕES NA PRAÇA: QUEM USA, COMO USA E POR ONDE SE NAVEGA	114

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

A chamada “Era da Informação e do Conhecimento”, caracterizada pelo uso ostensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos diversos setores da sociedade, estabeleceu um novo modelo de pensar, agir, produzir, comprar, vender, ensinar e aprender. Apresentou uma nova configuração social, uma economia virtualizada, desterritorializada e global; o poder transmutado; competitividade e inovação na ordem do dia; sociedade em rede conectada. Assistimos à instalação do novo paradigma, da revolução informacional, com seus ganhos e suas mazelas.

Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com a sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Castells (2003, p.7) analisa profundamente o cenário mundial, a partir da internet e das suas intervenções na sociedade, apontando-a como sendo o "tecido vivo de nossas vidas e que sua importância pode ser comparada com o valor que a eletricidade teve para a era industrial". Ainda para o autor, a internet é a base tecnológica do modelo organizacional atual, que se estrutura através de redes de informações.

A inserção massiva das tecnologias da informação e comunicação, no final do século XX, fez com que fosse gerado um modelo de estrutura social, predominantemente baseado em redes, e que atendesse aos requisitos de uma economia, pautada na globalização do capital, da produção e do comércio.

A internet (rede que interliga computadores em todo mundo), que antes apenas processava e disponibilizava dados e informações, agregou-se à possibilidade de comunicação (dados, voz e vídeo), viabilizando outras aplicações e inovações, ingressando em nova realidade.

O não pertencimento, a não compreensão das possibilidades ou não tomar parte desse movimento é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão econômica e cultural.

As sociedades mudam através de conflitos e são administradas por políticos. Uma vez que a internet está se tornando um meio essencial de comunicação

e organização em todas as esferas de atividade, é obvio que os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão mais como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar. (CASTELLS, 2003, p. 114).

Segundo Valente (1999), a revolução tecnológica que incidiu na sociedade modificou os meios de produção e de prestação de serviços, e caracterizou-se, principalmente, pela mudança do paradigma quanto à forma de se produzir: migramos de uma produção em massa, para uma produção enxuta.

Mudança é a palavra de ordem na sociedade atual. Os meios de produção e de serviço passam por profundas mudanças, caracterizadas como uma mudança de paradigma – do paradigma da produção em massa, do empurrar a produção (push) para o paradigma da produção “enxuta”, do puxar a produção (pull). Essas mudanças implicam profundas alterações em praticamente todos os segmentos da nossa sociedade, afetando a maneira como atuamos e pensamos. Elas demarcam a passagem para a sociedade do conhecimento, na qual fatores tradicionais de produção como a matéria-prima, o trabalho e o capital terão um papel secundário, como apontam diversos pensadores. (VALENTE, 1999, p. 31).

A definição de mudança de paradigma, segundo Tapscott e Caston (1995), ocorre quando as mudanças organizacionais se originam do ambiente, e que as inter-relações entre as variáveis ocasionam uma mudança maior que a soma delas independentemente. O resultado é que a mudança atual é também uma mudança na forma de pensar, um novo esquema para compreensão da realidade, isto é, uma mudança de paradigma

Então, o novo paradigma econômico instalou-se numa dinâmica onde as sociedades, estados e agentes econômicos encontram-se em diferentes estágios e capacidades tecnológicas, políticas e sociais, os quais se viram com a necessidade de adaptarem-se a esse contexto.

Sobre a virtualização da economia, Shapiro e Varian (1999) afirmam que embora os avanços tecnológicos tenham provocado mudanças na economia, suas leis não mudaram. O que se percebe é uma mudança na forma em que se usa a informação e no comportamento dos agentes econômicos.

Nas empresas tradicionais, a economia de redes permite uma coordenação mais efetiva, maior proximidade com fornecedores e consumidores e surpreendente melhora na comunicação interna. Mas não são necessárias novas regras para entender tudo isso. (SHAPIRO; VARIAN, 1999, p.20).

Kurz (1999) esclareceu a forma como se deu a dominação do espaço virtual sobre a realidade material no âmbito econômico. O autor faz isso explicando de que modo o capital se apropria da energia humana, mas não mais no contexto palpável, e sim nas demandas virtuais.

O triunfo da virtualidade sobre a realidade, sob o impacto da computadorização e da nova mídia, já vem sendo discutido há duas décadas pelas ciências sociais. Se o espaço virtual domina a realidade material e produz assim uma realidade de segunda ordem, isso é menos uma questão dos meios técnicos de comunicação do que um problema da economia. Hoje, nada é tão virtual quanto a rede planetária dos mercados financeiros. Em termos simples, isso significa que não há mais uma correlação intrínseca entre a produção de bens reais e o movimento dos mercados financeiros. (KURZ, 1999, p.1).

As transformações foram tão amplas e profundas que afetaram não somente os aspectos sociais, mas, principalmente, econômicos, tecnológicos e culturais. Como reflexo, fomentou a desigualdade social, econômica e tecnológica entre territórios dinâmicos da sociedade e os espaços que não conseguiram acompanhar a lógica do sistema.

Ao mesmo tempo que tivemos avanços significativos no desenvolvimento das sociedades, numa perspectiva globalizada, a contrapartida foi a exclusão sociocultural, que deixou grande parte da população alheia às redes globais de conhecimento, responsáveis pelo acúmulo de riquezas e poder.

O mundo informatizado oferece inúmeras vantagens: encurtamento de distâncias, rapidez na comunicação, grande quantidade de informações disponíveis, novas formas de consumo e novos mercados etc. Enquanto alguns indivíduos e grupos podem usufruí-las, outra parte ficou ausente, alheia e ignorando a essência desse universo, não percebendo que, detrás desse fenômeno, há uma injustiça social velada.

O acesso limitado aos espaços virtuais gera desconhecimento das suas possibilidades. Esse espaço paralelo ao real, que só existe numa outra dimensão. O ciberespaço, por onde se pode transitar de forma autônoma e desligada das realidades socioculturais.

Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida

em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação, que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século. (LÉVY, 1999, p. 93).

Se por um lado havia muitas vantagens para aqueles que poderiam dela usufruir, por outro, havia um acelerado aumento das desigualdades. A sociedade, provocada pelos impactos das tecnologias, promoveu debates e reflexões, resultando num outro olhar sobre os direitos humanos fundamentais e sobre outras formas de exercitar a cidadania.

Por estarmos conectados na maior parte do tempo, seja em função das atividades laborais ou por qualquer outra razão, navegamos por diversos caminhos e espaços. Estamos o tempo todo a mercê das tecnologias digitais e por esta já estar incorporada ao nosso cotidiano de forma tão natural, não percebemos que há uma grande parcela da população que não compartilha dessa realidade, que não foi inserida nesse contexto. Então, entre aqueles que dominam as tecnologias e os que não a dominam há, de fato, um certo *apartheid digital*.

Como todos os demônios temíveis, essa ameaça de privação da luz indireta das telas recebe vários nomes: *apartheid* digital, tecnoapartheid, *digital divide*, ou abismo tecnológico, entre outros. Em comum, a percepção de que, se não forem tomadas medidas corretivas, a concentração de acesso aos equipamentos informáticos tenderá a ampliar a distância entre ricos e pobres, provocando uma cisão irreversível na já combalida justiça social. (CAZELOTO, 2008, p.17).

Os estados nacionais lutam para administrar as diferenças sociais que distinguem seus habitantes, mas a maior parte deles conduz as situações de desigualdades e diferenças de acordo com as formulações que definem seus modelos de cidadanias. As democracias buscam cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização das diferenças.

‘Cada lugar é, a sua maneira, o mundo’. Com o global, redescobre-se o local: ‘cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. Uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade’. É, portanto, necessário revisitar o

lugar do mundo atual, 'encontrar os seus novos significados.' (SANTOS, 2002, p.314 *apud* BECKER, 2009, p. 148).

São os direitos humanos que definem a conduta dos governos para agirem ou de se absterem em determinadas situações: o intuito é proteger e garantir, aos indivíduos, o direito à vida, à liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho e à educação, sem discriminação. Foi a partir desse olhar que se passou a classificar a inclusão digital como direito humano de terceira geração, visto que tange o direito à comunicação e informação, assim como o direito à rede, também contemplado nesta categoria.

Torna-se importante ressaltar que o direito à educação e à informação está previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas Constituições dos Estados Democráticos, sendo que, a internet, por ser uma das maneiras mais importantes de acesso à informação e à educação, está contida implicitamente nos textos constitucionais. A exemplo disso, no Brasil, o Governo Federal criou, pelo decreto n.º 7.175/2010, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Uma iniciativa que tem o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes dessa tecnologia (BRASIL, 2010a).

Foi o reconhecimento do direito ao acesso que resultou na busca por parte das organizações públicas e privadas em oferecer alternativas que promovessem uma certa equalização de oportunidades, fazendo o contraponto característico de uma sociedade desigual. Portanto, de forma simplificada, estabeleceu-se uma parceria entre a sociedade, o governo e as organizações para a promoção da cidadania através da inclusão digital.

Numa breve análise da evolução dos direitos humanos, percebe-se que houve sucessivas conjecturas destes, em diferentes momentos históricos, de maneira que cada geração incluía novos direitos de uma mesma classe. Esse foi o ponto de vista tratado pelo sociólogo Marshall (1967), que discorreu, em sua obra, sobre as três gerações de direitos vinculados aos três princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Já a classificação proposta por Karel Vasak, jurista tcheco-francês, em 1979, para as categorias dos direitos humanos, a mais ampla e utilizada atualmente, reconhece três gerações de direitos humanos: na primeira, constam os direitos civis e

políticos; na segunda, direitos econômicos, sociais e culturais; e, na terceira, os direitos coletivos ou de solidariedade (POLITIZE, 2017).

Contudo, existem discordâncias a respeito dessas categorias. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) ressalta, em diversos documentos, a indivisibilidade, a interdependência, a interrelação e a igualdade de importância de todas as dimensões dos direitos humanos para a sociedade; sejam civis, culturais econômicos, políticos ou sociais.

A adequação das categorias expostas ao cenário atual, em que se discute a inclusão digital, considerou o acesso à internet como sendo o direito fundamental à informação, inserindo-o como alínea dos direitos humanos da quarta geração, que assegura o direito à comunicação e à informação completa e verdadeira.

Para Cuevas e Simeão (2011, p. 31), “a inclusão digital é um novo direito humano procedente do novo ambiente tecnológico que tem sido criado na rede”. Coaduna, com esta ideia, Bustamante Donas (2010), quando diz, em seu artigo “*La cuarta generación de derechos humanos en las redes digitales*”, publicado na revista eletrônica Telos – *Revista de Pensamiento, Sociedad e Tecnología*, que os avanços na informação e comunicação devem ser desfrutados por todos os seres humanos, e cabe considerar que, na atualidade, exclusão digital equivale à exclusão social.

O que chamo de "quarta geração" de direitos humanos será a expansão do conceito de cidadania digital, que tem três dimensões. Em primeiro lugar, como uma extensão da cidadania tradicional, enfatizando os direitos que têm a ver com o livre acesso e uso de informações e conhecimentos, bem como com a exigência de uma interação mais simples e completa com as Administrações Públicas através das redes Telemática Segundo, a cidadania entendida como uma luta contra a exclusão digital, através da inserção de grupos marginais no mercado de trabalho em uma Sociedade da Informação (SI) (políticas de profissionalização e treinamento). Por fim, como elemento que exige políticas de educação cidadã (tradução nossa). (BUSTAMANTE DONAS, 2010, p.1).¹

A relevância da inclusão digital, nos últimos anos, provocou discussões recorrentes em todas as esferas da sociedade e nos mais diversos contextos. A

¹ Lo que denomino ‘cuarta generación’ de los derechos humanos será la expansión del concepto de ciudadanía digital, que presenta tres dimensiones. En primer lugar, como ampliación de la ciudadanía tradicional, enfatizando los derechos que tienen que ver con el libre acceso y uso de información y conocimiento, así como con la exigencia de una interacción más simple y completa con las Administraciones Públicas a través de las redes telemáticas. En segundo lugar, ciudadanía entendida como lucha contra la exclusión digital, a través de la inserción de colectivos marginales en el mercado de trabajo en una Sociedad de la Información (SI) (políticas de profesionalización y capacitación). Por último, como un elemento que exige políticas de educación ciudadana (BUSTAMANTE DONAS, 2010, p. 1).

amplitude e dimensão é proporcional à necessidade de aproximar parcela da população que se encontra alheia às tecnologias da informação e comunicação, diminuindo a legião de excluídos. Lévy (1999, p. 237) destaca que “cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Não havia iletrados antes da invenção da escrita. A impressão e a televisão introduziram a divisão entre aqueles que publicam ou estão na mídia e os outros”.

Todavia, não somente o acesso às tecnologias digitais é suficiente para garantir a equidade social e cultural, assim como somente a democracia não implica em desenvolvimento. Lutar pela democracia é essencial para a cidadania do mesmo modo que combater a exclusão digital é um dos fundamentos para o exercício de uma cidadania plena na era informacional.

A internet tornou-se um instrumento fundamental para que as pessoas, por meio do seu acesso, possam exercer seus direitos de liberdade de expressão e opinião, além da busca de conhecimento, ou, sobretudo, utilizar-se do seu vasto potencial para disseminação de informações. A implantação do Programa Cidades Digitais no município de Lauro de Freitas representa um marco no estabelecimento de uma cidadania, que se utilizará dos espaços públicos, lugares de convivência, para acesso à internet de boa qualidade e gratuita. É certo de que tão importante quanto o acesso às tecnologias da informação e comunicação, da formação de um pensamento voltado também ao aprendizado digital e à disseminação da cultura digital, que age como um fator transformador nas sociedades onde são implantadas.

Holston (2013), ao abordar a cidadania brasileira, analisa as questões históricas que levaram a uma avassaladora persistência da desigualdade e o desenvolvimento de uma cidadania calcada nestas desigualdades – especialmente aquelas de nações com as quais os brasileiros sempre dialogaram sobre temas da modernidade.

Este trabalho pretende discutir a problemática da inclusão digital numa perspectiva social de formação individual e coletiva de cidadãos, relacionando a democratização do acesso à informação, através do programa Cidades Digitais, relacionando-o com promoção da cidadania e do desenvolvimento regional.

Cabe lembrar que as desigualdades são, antes de tudo, sociais e possuem, igualmente, uma dimensão espacial, que podem ser explicadas não apenas pela diferença de renda entre os indivíduos, mas também por diferenças de oportunidades, de recursos e de acesso à infraestrutura e outros ativos. Na prática, o resultado decorre dos efeitos conjugados de um amplo conjunto de políticas públicas que precisam estar atentas aos impactos regionais e sociais. Políticas de infraestrutura – energia, transportes etc.; políticas sociais – educação, saúde, segurança alimentar etc.; de desenvolvimento – ciência, tecnologia e inovação, industrial e de comércio exterior, agropecuária etc.; e de Estado – justiça, defesa, relações exteriores etc. – têm, cada uma, maior ou menor repercussão espacial e social e podem, no conjunto, produzir efeitos sinérgicos de grande amplitude, capazes de promover a redução de desigualdades tão agudas como as brasileiras. (GALVÃO, 2014, p.1).

O contexto histórico da inclusão digital perpassa pelo entendimento do poder transformador das TIC na sociedade, imbricado na nova ordem mundial, que incidiu nas dimensões econômica, política, social e cultural no mundo e culminou no surgimento da sociedade do conhecimento. A composição desse cenário fez surgir uma série de políticas públicas orientadas à garantia do direito à inclusão.

A análise da inclusão digital, na perspectiva das Cidades Digitais, requer um longo percurso, desde a compreensão de que estaríamos vivendo em uma sociedade fortemente amparada pelas tecnologias digitais e que demanda, dos diversos setores da sociedade, ações para a inserção das pessoas neste recente contexto. Então inúmeras iniciativas devem ser realizadas para amenizar os reflexos dessa exclusão digital, e, por vezes, social, com o objetivo de disseminar a necessidade de se compreender e atender as recentes necessidades da sociedade.

Diante disso, para melhores esclarecimentos e diante da complexidade do tema, considera-se necessário um pequeno contexto histórico sobre as principais mudanças nos diversos setores das sociedades a partir do uso das TICs e de inovações relativas a elas.

Norteando-se por essa ideia, desenvolve-se o presente estudo, inicialmente, delimitam-se os contornos do conceito de paradigma tecnológico tratado por Castells (1999), que abordou a informação como matéria-prima e que, ao mesmo tempo que as tecnologias agem sobre a informação, a informação age sobre as tecnologias e a penetrabilidade e seus efeitos sobre a sociedade, trazendo consigo uma nova ordem econômica e informacional.

A inserção das TIC na sociedade solicitou um outro pensar sobre desenvolvimento e acendeu discussões relativas aos aspectos tratados pelo neoliberalismo. Como doutrina socioeconômica, Friedman (1988), um dos mais

importantes e influentes economistas do século XX e fundador da Escola Monetarista de Chicago vai tratar do progresso econômico e do deslocamento do poder e questionar o papel do Estado ao defender a ideia de “liberdade econômica” e a crítica feita em torno da limitada ação do Estado, que deveria apenas garantir a infraestrutura básica para o bom funcionamento e escoamento da produção de mercadorias, bem como a intervenção na economia em tempos de eventuais crises.

As modificações na sociedade são tratadas por autores como Lévy (1992), Giddens (2002) e Bauman (1999) que consideram que instituiu-se a sociedade da Informação e do conhecimento, que pressupunha que o acesso à informação deveria ser democratizado, universal, global e total à informação e ao conhecimento, através dos meios de comunicação e equipamentos eletrônicos. É a Internet que inaugura este novo modelo de sociedade, produzindo, a partir das redes sociais, interações e colaborações entre os indivíduos. Os reflexos das interações podem ser constatados por indivíduos discutindo questões, refletindo sobre elas, ensinando e aprendendo, umas com as outras, em todas as áreas de conhecimento. A evolução desse cenário resultou em uma forma diferente de produzir informação e construir conhecimento. Mudaram as velocidades, o acesso. A Internet permitiu as trocas, o intercâmbio, não existindo mais o monopólio da informação.

O fenômeno da globalização, tratado nesse estudo por diversos autores, é caracterizado pelos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, impulsionado pelas TIC, que reduziu os custos da comunicação e dos meios de transporte, principalmente dos países no final do século XX e início do século XXI.

Lévy (1992) aprofunda as modificações proporcionadas pelas TIC, as quais denomina de “virtualização”. O virtual, para ele, diz respeito ao uso de novos espaços (desterritorializados) e novas velocidades. Confere-se, também, a este autor, a observação sobre o fenômeno da virtualização da sociedade e seus atributos, onde não há limites de espaço e tudo passou a ser facilmente compartilhado. Sendo assim, tornou-se difícil distinguir o que é público do que é privado, o que é próprio do que é comum, o que é subjetivo do que é objetivo. Este é um aspecto inédito da reflexão de Lévy (1992) sobre a virtualização do poder, território, economia, moeda e trabalho.

Em decorrência da valorização destas tecnologias, a internet passou a ganhar popularidade no Brasil a partir do ano de 1995, quando os ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia criaram, por portaria, a figura do provedor

de acesso privado à Internet e liberaram a operação comercial no Brasil, possibilitando o surgimento acelerado de provedores de acesso, portais de serviços e o barateamento dos computadores.

Considerando a cidadania como uma construção histórica, posição que também se adota no presente trabalho e, os processos para a inclusão digital como política pública de grande relevância para o desenvolvimento, esse estudo apontou para diversos aspectos que se aproximam do tema.

Sua análise trouxe o olhar de diversos autores que procuraram discutir a inclusão digital nas mais diversas perspectivas, que vão desde seu enquadramento como sendo um dos mais recentes dos direitos humanos, passando pela Constituição Federal do Brasil de 1988, e que culmina na criação de uma nova perspectiva de cidadania.

A medida que este trabalho se aprofunda, faz-se necessário um afastamento estratégico que nos leva a uma outra dimensão. Volta-se, então, ao conceito de cidadania na sua forma mais capital e que apresenta duas categorias de análise: a cidadania formal, retratada e descrita na lei, e a verdadeira ou real, vivenciada no dia a dia, que se configura na prática, mas que nem sempre condiz com a cidadania formal e a obrigação de relaciona-la ao nível de desenvolvimento da sociedade.

O aprofundamento conceitual sobre o tema demandou a proposição de critérios de análise para a cidadania e o desenvolvimento local, tendo como pano de fundo a necessidade da inclusão digital.

Sabe-se que o desenvolvimento local pode ser identificado como um espaço territorial que delimita municípios ou cidades e que requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica; social; cultural; ambiental e físico-territorial; político-institucional; e científico-tecnológica, levando a escolha do lócus da pesquisa. O tratamento dado ao mesmo procurou considerar os diferentes padrões de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade. Nesse sentido, importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais – não apenas dos processos técnicos de produção – mas também incluída uma ressignificação de espaços e a incorporação das estratégias, programas e projetos que tiveram como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade da sociedade, segundo as suas condições e vocações.

É necessário que aconteça uma participação mais direta da população por meio do exercício da cidadania, que o texto chama de “participação cidadã” em um contexto de democracia deliberativa. A análise empreendida considera[...] que o desenvolvimento local não deve ser entendido somente a partir do fortalecimento de atividades econômicas, mas como a expressão de diversos aspectos dos quais o econômico é apenas um (p. 14-15). Além disso, deve [...] privilegiar um enfoque de sustentabilidade política, social e cultural, apoiada na interação comunicativa de seus diferentes atores – agentes públicos, agentes econômicos e agentes sociais. (TENÓRIO, 2012 *apud* CANÇADO, 2012, p.260).

Sobre este olhar na construção da cidadania no Brasil, políticas públicas de inclusão digital ofereceram uma multiplicidade de projetos e programas implantados, objetivando democratizar o acesso às novas tecnologias e levar computadores, conexão de internet e cursos de formação para as populações mais necessitadas.

Então conclui-se que a inclusão digital sempre foi considerada como campo de ação do Estado e, conseqüentemente, de políticas públicas. Ganhou grande importância na medida que o termo inclusão digital se relacionou a um extenso e amplo território de disputas, por suas concepções e objetivos, e que, no singular, transmite pouco do seu complexo campo de significados.

As diversas iniciativas para a inclusão são de grande importância para chegar ao mote desta pesquisa. A exemplo disto, podemos citar três principais programas: computador para todos, que visava oferecer máquinas com configuração estipulada pelo governo a preços reduzidos, e o telecentro, com mais de 5 mil unidades em áreas carentes e que dão acesso gratuito e rápido à internet, além de usar máquinas com *software* livre e a banda larga nas escolas, leva também a internet com conexão rápida a estudantes do ensino básico na rede pública.

A inclusão pode ser considerada, na área das políticas públicas, como recente, se comparada ao rol de outras políticas sociais, como saúde e educação, ou políticas de infraestrutura, como telecomunicações.

Conforme os autores pesquisados, no Brasil, há necessidade de se fazer a inclusão digital para aqueles indivíduos que não têm acesso às tecnologias digitais, partindo-se de três pilares que formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: o conhecimento da tecnologia em si, o fator renda e a educação. Não é difícil prever que, sem qualquer um desses pilares, não importa qual combinação seja feita, qualquer ação está fadada ao insucesso.

Ainda foi necessário trazer à tona os mapas que apontaram a exclusão digital e seus problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas, procurando

ir para além da polaridade que divide os que têm e os que não têm acesso ao computador e à Internet, e enfatizando os múltiplos aspectos da exclusão digital e apresentando suas implicações para a elaboração de políticas públicas e projetos sociais.

Nesse estudo, também foram trabalhados os autores que se preocuparam em apontar os principais limites e possibilidades que norteiam as políticas de inclusão digital no Brasil, demonstrando como as TIC podem ampliar o caráter assimétrico e excludente do atual processo de globalização econômica.

Descrever a elevada desigualdade econômica e social brasileira, a qual se expressa também em acentuada exclusão digital, ainda trouxe à tona os limites e condicionantes das políticas públicas de inclusão digital. Considerou-se as peculiaridades sociais e econômicas, e as especificidades das tecnologias envolvidas, destacando as dificuldades de inclusão digital em uma sociedade já acentuadamente desigual como a brasileira.

Sendo assim, a busca de novas ações sobre a inclusão digital recaiu sobre o programa cidades digitais, planejado para modernizar a gestão e ampliar o acesso ao serviço público, bem como promover o desenvolvimento dos municípios brasileiros através da tecnologia, dando acesso às informações e à internet gratuita nos locais públicos.

Face ao exposto, configurou-se como problema desta dissertação: De que forma o programa Cidades Digitais, através do acesso gratuito à internet na praça matriz de Lauro de Freitas, pode contribuir para o exercício da cidadania dos seus munícipes, no período de 2012 a 2017?

Muito embora a disponibilização do acesso gratuito ainda esteja limitada à praça matriz, há projetos de expansão para outras três praças do município. Alguns, inclusive, já sendo executados pela gestão atual (2017-2020). Os munícipes, mesmo limitados por um recorte espacial, a praça, exercem sua cidadania diante da possibilidade de acesso à rede.

Neste estudo, estabeleceu-se a relação de políticas públicas de inclusão digital e cidadania e cidadania digital, procurando compreender e refletir acerca da atuação do programa Cidades Digitais sobre a “transformação social” e os impactos ocasionados pela intervenção no município.

A aquisição da cidadania digital, conceito elaborado pelo educador Ribble, é caracterizada neste estudo pelo acesso digital, embora abarque outros elementos relativos ao conceito (ESCOLA MÓBILE, 2013).

O direcionamento dado à mesma foi constituído através do objetivo geral, que pretendeu analisar as possíveis contribuições dadas pelo programa Cidades Digitais para o exercício da cidadania dos munícipes de Lauro de Freitas ao disponibilizar acesso gratuito à internet na praça matriz, durante o período de 2012 a 2017.

A partir do que foi exposto, e para fundamentar a pesquisa, definiu-se como objetivos específicos:

- a) Demonstrar as dimensões da rede mundial de computadores e seus desdobramentos na dinâmica mundial;
- b) Discutir cidadania digital e o programa Cidades Digitais: os desafios da inclusão digital na contemporaneidade;
- c) Apresentar o município de Lauro de Freitas e a requalificação digital de sua praça matriz; e
- d) Verificar como o acesso gratuito à internet pode estar colaborando para o exercício da cidadania dos munícipes de Lauro de Freitas.

A justificativa pessoal se deu em função das experiências da preponente na educação a distância e em algumas iniciativas de inclusão digital. Surgiu daí necessidade de discutir a importância e a garantia do direito ao acesso às tecnologias de informação e comunicação aos indivíduos, que estão excluídos dessa nova sociedade que se instaurou. A participação em um programa de inclusão digital foi fator motivador, instaurando o desejo de aprofundar conhecimentos sobre o alcance e implicações das políticas públicas e os desdobramentos para o desenvolvimento regional.

A escolha do município relaciona-se à própria história da pesquisadora, que reside aí há mais de vinte anos, tendo acompanhado de perto o seu crescente desenvolvimento. Lauro de Freitas é um território de pequenas dimensões, mas de grandes contrastes e de significativa relevância econômica para o estado da Bahia. Em julho de 2012, o município fez parte dos 80 municípios contemplados com o projeto piloto “Cidade Digital”, com celebração em 26 de março de 2013, através de um acordo de cooperação técnica com o Ministério das Comunicações.

A relevância social dos programas de inclusão digital vem do desejo de promover melhorias na qualidade de vida, com maior liberdade social, gerando conhecimento e saberes. Mas não se trata tão somente de questões referentes ao acesso às TIC, mas também, e principalmente, de educação, de participação, da possibilidade de construção de uma cidadania criativa e empreendedora, fatores intrinsecamente relacionados ao de desenvolvimento regional e urbano.

O mote da pesquisa está fundamentado no contexto atual: é crescente a quantidade de organizações públicas e privadas que convergiram à prestação ou à disponibilização de produtos e/ou serviços, quase que, exclusivamente, através da internet (ou das tecnologias digitais), abrasando a ponto do que deve ser feito e como devemos fazer para que o indivíduo não fique alheio a este processo.

Aceitar ou compactuar com a ideia de que ao sujeito foi vetado desfrutar das facilidades da internet (operações bancárias, as compras e vendas através das plataformas e das lojas virtuais, acesso aos serviços públicos: agendamentos, consultas, serviços, cursos para qualificação e à educação através do ensino a distância etc) é, no mínimo, excluí-lo também socialmente.

Um olhar crítico, ao recair sobre a realidade de nosso país, compreende a urgência de se construir uma sociedade mais homogênea e igualitária, principalmente no que se refere à educação e construção do conhecimento. A inserção do indivíduo na sociedade requer, indiscutivelmente, a alfabetização digital como umas das possibilidades para amenizar a vertente da exclusão social.

Os programas de inclusão digital visam, numa análise macro, a melhoria da qualidade de vida. São ações voltadas para a redução do analfabetismo funcional e digital, e permitem, também, a geração e difusão de conhecimentos, provocam maior interação entre setores da sociedade, colaboram para tornar a população economicamente ativa, estimulam o comércio eletrônico: a movimentação dos recursos reverbera num possível aquecimento da economia.

Ao procurar responder à problemática da pesquisa, foi preciso aprofundar conhecimentos teóricos sobre a Inclusão Digital, Cidadania e Cidadania Digital e sobre o programa Cidades Digitais. A parte prática foi realizada no município de Lauro de Freitas. A pesquisa está dividida em cinco sessões, a saber: nesta sessão, apresenta-se a *introdução*, ou seja, a contextualização. Aqui, constam também os elementos que orientaram a sua construção. A 2ª sessão expõe a *Rede Mundial de Computadores e as Dinâmicas Atuais*, onde são tratadas as mudanças ocorridas na sociedade a partir

da inserção das tecnologias da informação e comunicação nos mais diversos olhares. O Paradigma técnico-científico, seus desdobramentos na economia, no trabalho, na produção e na sociedade, o padrão de acumulação capitalista instalado a partir dos anos 90 e a importância da inserção no mundo digital são aqui comentados. A complexidade deste tema e as diversas dimensões que ele compreende suscitam discussões em torno da popularização da internet e sua distribuição do seu acesso no Brasil, a pertinência da inclusão digital como fator de desenvolvimento da cidadania, transcorrendo pelas categorias da educação, mercado, trabalho e outras prerrogativas a partir do mundo digital. Apreciações sobre a sociedade da Informação e conhecimento, ciberespaço, globalização e desenvolvimento humano ainda fazem parte do escopo desse capítulo. *Cidadania e Cidadania Digital, Cidades Digitais e os Desafios da Inclusão Digital* são objetos da 3ª sessão, onde se fez uma análise dos conceitos de cidadania, do programa Cidades Digitais, dentro da perspectiva atual de inclusão digital. Em se tratando de uma política pública, o programa Cidades Digitais pretende promover, além de outras facetas, a inclusão digital e o exercício da cidadania, ao disponibilizar o acesso gratuito à internet e a espaços públicos. A 4ª sessão, denominada *Opção Metodológica*, exhibe a forma como foi construída e caracteriza a pesquisa, ou seja, indica as estratégias utilizadas nessa dissertação. O Município de Lauro de Freitas é apresentado na 5ª sessão: *Lauro de Freitas e a requalificação Digital de sua Praça*, descrevendo o município e destacando a praça matriz, local onde foi observado o fenômeno pesquisado e, conseqüentemente, onde foram coletadas as informações para as devidas análises. As *Considerações Finais* compõem a 6ª sessão, constam as reflexões para uma possível resposta ao problema da pesquisa e as análises, frutos do aprofundamento teórico e das observações realizadas, numa tentativa de responder ao problema da pesquisa.

2 COMPREENDENDO A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES E AS DINÂMICAS ATUAIS

Nas últimas décadas, a sociedade tem suportado grandes desafios, principalmente após a introdução das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas e das organizações. A rede mundial de computadores (internet) promoveu transformações avassaladoras na forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

A compreensão do fenômeno da informatização do mundo requer observância e análise dos fatos a partir de uma ótica plural e diversa, que considere a amplitude, a complexidade e as múltiplas implicações nos setores da sociedade. Nada ocorre de forma independente ou isolada, e nem resultado de única motivação, mas dentro de uma contextura intrincada, viva e mutável em suas causas e consequências.

2.1 PARADIGMA TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA ECONOMIA, NO TRABALHO E NA SOCIEDADE DE FORMA GERAL

O paradigma técnico-científico, segundo o sociólogo espanhol Castells (1999), é marcado pela transformação da “cultura material” pela “cultura informacional”. Ou seja, há uma convergência da base tecnológica, que inter-relaciona toda e qualquer informação, para o formato digital, simultaneamente havendo uma certa popularização das máquinas (computadores, *tablets*, *smartphones*) e das infraestruturas para o acesso.

Takahashi (2000), organizador do Livro da Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde, ao explicar o paradigma como um fenômeno global, destaca o seu elevado poder transformador nas atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponíveis. É também acentuada sua dimensão político econômica, decorrente da infraestrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se a uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Ainda temos a dimensão social, em virtude do seu elevado poder de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação.

Villaschi Filho (2004, p.78), professor do curso de Desenvolvimento Econômico e Mudança Tecnológica (*University of London*, UL, Inglaterra) apresenta uma comparação entre o velho e o novo paradigma. Dentre as principais características do novo paradigma, ele destaca:

i) pela primeira vez na história da humanidade, a informação em todas as suas formas tem velocidade independente daquela possibilitada pelos meios existentes para o transporte de bens e pessoas; ii) a redução acentuada e crescente nos custos de captação, tratamento, transmissão e recepção de informações de todos os tipos e conteúdos, vem aumentando também a intensidade com que a informação é gerada/coletada, tratada, transmitida e difundida em escala mundial; iii) [...] redução da utilização de matéria prima no processo de produção de todos os bens e serviços [...]; iv) é considerável a mudança do eixo de participação do trabalho humano no esforço produtivo. Essa participação se dá cada vez menos através da 'mão' de obra e passa a ter relevância crescente a ação pensada e articulada; v) é acentuado o processo de transformação de objetos.

Villaschi Filho (2004), observando a importância dos custos decrescentes para a difusão do novo paradigma, salienta que essa difusão se dá de forma heterogênea entre os diversos países. Entretanto, a mudança paradigmática é vista como uma "janela de oportunidades". Como a tecnologia reduz bastante os custos de produção e de transação em diversos setores, ganha destaque o caráter tácito do conhecimento: aquele conhecimento que não é codificável e transmite-se apenas através de interação. Nesse sentido, empresas locais aproveitariam oportunidades no mercado global, utilizando-se do conhecimento que é comum àquela localidade.

O paradigma econômico e tecnológico é um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas, cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas também e sobretudo na dinâmica da estrutura de custos relativos de todos os possíveis insumos para a produção. Em cada novo paradigma, um insumo específico ou um conjunto de insumos pode ser descrito como o fator-chave desse paradigma, caracterizado pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal (FREEMAN, 1988 *apud* CASTELLS, 1999).

Dessa forma, a essência da transformação tecnológica interage com a economia e a sociedade. Castells (1999) procurou descrever algumas das características do paradigma tecnológico: a informação é sua matéria prima e são as tecnologias que vão agir sobre a informação. Uma outra característica refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, as informações tornaram-se parte

integral da atividade humana. A terceira diz respeito à lógica das redes em qualquer sistema ou conjunto de relações: a topologia de rede é adaptável em todos os tipos de processos e organizações, graças à recente tecnologia da informação.

Sobre a Revolução Tecnológica, Castells (1999) observou que a informação está fundamentada nos eixos: geração/processamento/transmissão, que deu origem ao paradigma sócio técnico e na sequência contribuiu para a formação dos meios de inovação, onde as descobertas e as aplicações interagem e eram testadas em um repetido processo de tentativa e erro: aprendia-se fazendo.

Ele ainda procurou explicar como o desenvolvimento de novas tecnologias fez com que surgisse uma nova economia, por ele denominada de informacional e global. Para ele, é informacional, porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. É global, porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria prima, administração, informação, tecnologias e mercados) estão organizados em escala global e a Revolução Tecnológica da Informação fornece a base material indispensável a essa nova economia, regulada principalmente pela competitividade, produtividade e lucratividade (CASTELLS, 1999).

Na visão de Castells (1999), as mudanças ocorridas nas organizações e o crescimento da produtividade, sob a influência das tecnologias, passam, em grande parte, pela concorrência global. Ao analisar o papel do Estado nessa nova “economia global”, os interesses específicos de cada nação ficam diretamente ligados ao destino da concorrência econômica das empresas nacionais ou localizadas em território nacional.

Ainda com relação ao papel do Estado diante dessa conjuntura, Milton Friedman (1988), economista e o principal teórico da Escola Monetarista, defende a necessidade do afastamento do Estado das decisões econômicas, alegando que o sistema, apoiado por avanços tecnológicos e pela livre concorrência, seria capaz de promover o desenvolvimento econômico e social de um país, através de uma economia mais competitiva e inovadora.

A preservação da liberdade é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo. Mas há também uma razão construtiva. Os grandes avanços da civilização - quer na arquitetura ou na

pintura, quer na ciência ou na literatura, quer na indústria ou na agricultura - nunca vieram de governos centralizados. (FRIEDMAN, 1988, p.12).

O autor faz uma análise procurando demonstrar como a economia de mercado pode trazer mais prosperidade e riqueza para os indivíduos do que qualquer outra forma de organização social. Também deu uma série de conselhos práticos para diminuir o tamanho do Estado e deixar os cidadãos mais livres para perseguirem seus próprios objetivos. Além disso, Friedman (1988) também vai discutir o conceito de liberdade e igualdade, posteriormente evoluindo para o conceito de igualdade de resultados.

Uma sociedade que coloca a igualdade - no sentido de igualdade de renda - à frente da liberdade terminará sem igualdade e liberdade. O emprego da força para implantar a igualdade destruirá a liberdade, e a força, adotada para boas finalidades, acabará nas mãos de pessoas que a usarão para promover seus próprios interesses. (FRIEDMAN, 1988, p 152).

A crítica para a economia neoliberal, elaborada por Hayek (2010) - economista, filósofo e um dos expoentes da Escola Austríaca de Economia -, traz o pressuposto do Estado de Direito, no qual cabe ao Estado a legitimação da igualdade formal entre os indivíduos, até porque as desigualdades sociais, que o Estado de Direito produz, não seriam criadas intencionalmente, nem teriam o objetivo de atingir indivíduos de forma particular.

O estado de Direito internacional deve tornar-se uma proteção tanto contra a tirania do estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo superestado sobre as comunidades nacionais. Nossa meta não deve ser nem um superestado onipotente, nem uma frouxa associação indefinida de nações livres, mas uma comunidade de nações formadas de homens livres. (HAYEK, 2010, p. 194).

Tânia Hetkowski (2008) esclarece que o processo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo desenvolvimento técnico-científico e pelo projeto neoliberal, intensificou a internacionalização da economia e a concentração do capital, resultando no desenvolvimento de instrumentos de poder próprios e suficientemente amplos, que dispensaram a intermediação do Estado nas atividades de regulamentação econômica.

A função de regulação e intervenção econômica não é mais realizada pelos Estados Nacionais, mas definida e controlada por uma rede de grupos

econômicos que se fazem representar por organismos financeiros internacionais. (HETKOWSKI, 2008, p.28).

Ainda segundo a autora, essa foi uma outra grande mudança no processo de acumulação e distribuição de riquezas, e influenciou todos os segmentos da sociedade nas mais diversas esferas.

Ao analisar a economia global, Castells (1999) traz um outro aspecto relevante quanto aos impactos nas relações sociais, destacando, como mudança mais significativa, quando deixamos de ser economia de escala para ser de escopo, mas não de forma excludente e sim complementar. Passamos, então, de um modelo focado na produção para um modelo focado no consumo.

No capitalismo contemporâneo (dito pós-fordismo), a esfera da produção se altera radicalmente. Não se trata, portanto, de um processo de deslocamento da valorização da esfera econômica da produção para a esfera de produção de sentidos (isto é, da comunicação). A própria esfera da produção é reconstruída como esfera da comunicação. (CAZELOTO; PRADO, 2006, p. 13).

Para Pierre Lévy (2011), filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação, ao avaliar o impacto da Internet na sociedade, a economia contemporânea trouxe um outro olhar sobre as mudanças que incidiram na economia, utilizou-se do conceito de virtualização aplicado nas mais diversas áreas: economia, informação e o conhecimento, trabalho, mercado, etc. Na sua análise, a economia contemporânea, agora *desterritorializada*, e o setor financeiro, coração pulsante da economia mundial, sem dúvidas foram as atividades que mais sofreram os impactos da virtualização. A moeda, a base das finanças, dessincronizou e *deslocalizou* em grande escala. As transações comerciais e o consumo, que por muito tempo intervieram nas mesmas unidades de tempo e lugar, passaram a ser uma das manifestações mais notáveis da virtualização.

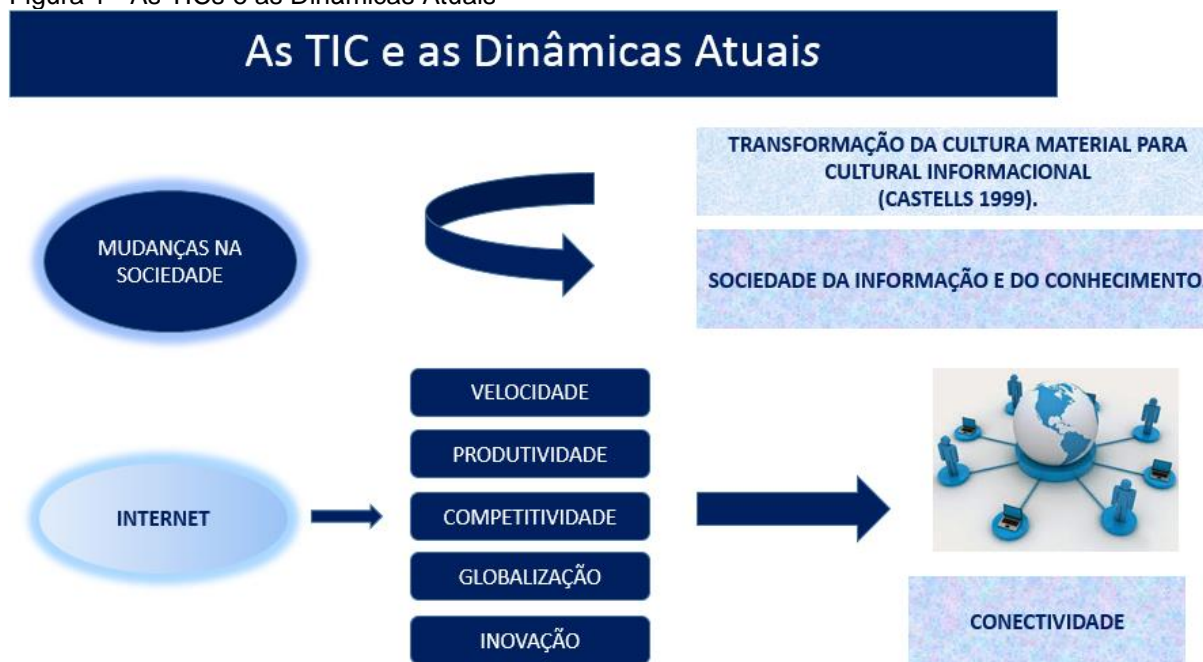
De certa forma, parece que há um consenso quanto à compreensão do capitalismo contemporâneo, exigindo um olhar dinâmico sobre o paradigma técnico econômico, considerando-o como fenômeno global, que provocou avanços exponenciais das tecnologias através das inovações e do poder transformador que incidiu profundamente nas atividades sociais e econômicas imprescindíveis

Ao explicar esse modelo de sociedade, Castells (1999) utilizou-se do conceito de “sociedade em rede”. Uma sociedade constituída por milhares de redes, que se

expandem em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social. E o autor ainda vai além, ao trazer à tona a necessidade de se compreender melhor o tipo de economia, cultura e sociedade que estamos vivenciando, face as drásticas mudanças, intensificadas a partir da primeira década do século XXI, que conduziram à crise financeira global, resultando na exclusão social e cultural de grandes segmentos da população do planeta das redes globais, que acumulam conhecimento, riqueza e poder.

A seguir, um resumo exemplificativo do paradigma técnico-científico e os seus desdobramentos na economia, no trabalho e na sociedade de forma geral (ver figura 1).

Figura 1 - As TICs e as Dinâmicas Atuais



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2018).

2.2 A SOCIEDADE A PARTIR DAS TIC: UMA BREVE ANÁLISE DO QUE MUDOU

Para muitos cientistas, o mundo começou a ficar globalizado no início dos anos 1980, quando a tecnologia de informática se associava à tecnologia de telecomunicações. Porém, com a queda das barreiras comerciais, pesquisadores e historiadores, dentro de um contexto histórico, afirmaram que o fenômeno da globalização teve início nos séculos XV e XVI com as Grandes Navegações e

Descobertas Marítimas, onde a Europa procurou estabelecer relações comerciais e culturais com outros continentes.

Mas, de fato, somente no final do século XX a globalização efetivou-se quando o neoliberalismo, que ganhou força na década de 1970, após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética, impulsionou, principalmente, o processo de globalização da economia mundial.

Uma nova economia surgiu em escala global nas últimas duas décadas. Chamo-a de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar a sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes dessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo, e a circulação, assim como seus componentes (trabalho, capital, matéria prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global. (CASTELLS, 1999, p. 87).

Castells (1999), ao analisar os períodos históricos relacionando-os ao uso da informação e das tecnologias, destacou que a primeira Revolução Industrial, embora não se baseasse na ciência, já utilizava amplamente de informações para desenvolver os conhecimentos preexistentes. Quanto à segunda Revolução Industrial, ocorrida depois de 1850, foi caracterizada, principalmente, pelo papel decisivo da ciência ao promover a inovação. Ao abordar a terceira revolução como a Revolução Tecnológica, o autor destacou que a mesma foi marcada não mais pela não centralidade dos conhecimentos e da informação e sim pela aplicação desses conhecimentos e informações para a geração de outros conhecimentos, especialmente, através de dispositivos de processamento e comunicação da informação, “formando um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso,” (CASTELLS, 1999, p.51).

Foram, de fato, “revoluções” no sentido de que um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 53).

Essas transformações criaram um novo modelo de sistema econômico, modificando a ordem mundial nas esferas políticas, econômicas, sociais, culturais, criando pontos visíveis e comuns, tornando o mundo interligado.

Giddens (2002), sociólogo britânico, que analisa o fenômeno da globalização e seus reflexos na sociedade, não hesita ao afirmar que a globalização, tal como estamos experimentando, é sob muitos aspectos não só nova, mas também revolucionária. Ele afirma que é errado pensar que ela afeta unicamente os grandes sistemas, não é um fenômeno que está “lá fora”, mas que se dá “aqui dentro”, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas.

Os impactos da globalização são vistos por uma ótica positiva, assim como, por uma ótica econômica. Dentre a ótica econômica, o mundo vivenciou a descentralização do poder, redução dos custos de produção através do aumento da produtividade para as empresas e a circulação de forma mais rápida e eficiente, conhecimentos científicos e troca de experiências (GIDDENS, 2002). Por outro lado, analisa-se a questão da forte contaminação de vários países em caso de crise econômica, pois o que afeta um país ou bloco econômico de grande importância se difunde rapidamente, gerando em uma crise mundial, que se espalha pelos quatro cantos do mundo, promovendo desemprego, falta de crédito nos mercados, queda abrupta em bolsas de valores, falências de empresas, diminuição de investimentos e muita desconfiança na economia, a exemplo disso, temos a crise de 2008 nos Estados Unidos.

Evidentemente a globalização não está se desenvolvendo de uma maneira equitativa, e está longe de ser inteiramente benéfica em suas consequências. [...] ela estaria destruindo as culturas locais, ampliando desigualdades mundiais, e piorando a sorte dos empobrecidos. A globalização, sustentam alguns, cria um mundo de vencedores e perdedores, um pequeno número na via expressa para a prosperidade, a maioria condenada a uma vida de miséria e desesperança. (GIDDENS, 2002, p. 25).

Bauman (1999), sociólogo polonês, complementa ainda as ideias de Giddens (2002), colocando a globalização como um fenômeno que tanto divide quanto une e que as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo.

Tais fatos nos permitem concluir que as tecnologias da informação e comunicação (TIC), que impulsionaram a globalização, também incidiram fortemente não só nas relações de trabalho, mas nas relações de uma forma geral com a incorporação de novas práticas sociais.

Castells (1999) analisa as mudanças sociais drásticas, sob o domínio das disputas, da redefinição das relações das famílias, da consciência ambiental, dos

sistemas políticos, mergulhados em uma crise estrutural e de legitimidade, onde, cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com a sua pertinência nas realizações dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. “Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser” (CASTELLS, 1999, p. 23).

A sociedade e a capacidade de adaptação propõem novos conceitos e pressupostos que procuram dar conta do processo ampliado de escolhas das pessoas, para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Quando o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano, estabelece-se o conceito de desenvolvimento humano.

Segundo Pischetola (2016), este conceito foi cunhado no final de 1980, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de superar o sentido tradicional de desenvolvimento com vista apenas para o desenvolvimento econômico.

De acordo com a nova definição, o desenvolvimento humano envolve as seguintes áreas: a promoção dos direitos humanos e o apoio às instituições locais, particularmente, no que diz respeito à convivência pacífica; à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável dos recursos terrestres; ao desenvolvimento de serviços de saúde e sociais, com atenção prioritária para os grupos mais vulneráveis; à melhoria nos níveis de educação e alfabetização; à dinâmica do desenvolvimento econômico local; à participação democrática dos cidadãos; às oportunidades equitativas de crescimento e de integração na vida social, à expectativa de vida. (PISCHETOLA, 2016, p. 26-27).

Como resultado dessa mudança de paradigma, transforma-se também o conceito de pobreza, passando não só a referir-se pela falta de riqueza material, mas também pela falta de oportunidades sociais.

Esse novo global e informatizado apresenta uma relação intrínseca entre o desenvolvimento humano e as tecnologias digitais, que é esclarecido por Pischetola (2016), quando ela expõe as Tecnologias da Informação e Comunicação como uma necessidade primária da segunda categoria das necessidades, se encaixando na

pirâmide das necessidades de Abraham Maslow (1954)². Uma vez que a primeira categoria diz respeito às necessidades básicas ou fisiológicas, que determinam a sobrevivência. Já as secundárias encontram-se relacionadas com o desenvolvimento psicológico e social do indivíduo e findam com as necessidades de auto realização.

Para que as pessoas saiam da condição de pobreza, é necessário combinar as intervenções de assistência com investimento de longo prazo, cujo objetivo é a construção de “recursos de segundo grau”. Sendo assim, Pischetola (2016) observa que o uso das tecnologias e a minimização da brecha digital podem inserir-se nesta mesma dinâmica, se considerarmos essas ações como meios para satisfazer necessidades secundárias orientadas a desencadear processos de crescimento e desenvolvimento social.

2.3 POPULARIZAÇÃO DA INTERNET: NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A rede mundial de computadores ou Internet, como é mais comumente conhecida, consiste na grande rede que interliga computadores pelo mundo inteiro, responde pela valorização da informação e pelas múltiplas formas de armazenamento, processamento e disseminação.

A partir dela, a informação pode ser categorizada como insumo, fazendo parte proeminente das estruturas produtivas, do poder e da riqueza e, conducente à geração de conhecimento, procurando suprir as necessidades das pessoas e das organizações. Lévy (2011, p. 54) destaca que “a informação e o conhecimento, de fato, são doravante a principal fonte de riqueza”.

Foi atribuído, à rede mundial de computadores, o título de força motriz dos avanços tecnológicos modernos, principalmente após associação da função comunicação, passando a servir de fonte infindável de informação.

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi para a Era Industrial, em nossa época, a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão

² A pirâmide da **hierarquia de necessidades de Maslow**, proposta pelo psicólogo americano **Abraham H. Maslow**, baseia-se na ideia de que cada ser humano procura satisfazer suas necessidades pessoais e profissionais. O modelo apresenta uma divisão hierárquica em que as necessidades consideradas de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Segundo esta teoria, cada indivíduo tem de realizar uma “escalada” hierárquica de necessidades para atingir a sua plena auto realização.

da sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. (CASTELLS, 2003, p. 7).

A comunicação, que sempre foi um recurso imprescindível ao desenvolvimento da sociedade humana, presente em momentos fundamentais da vida na Terra, encontrou, na rede de computadores, novas alternativas e modelos, um leque de possibilidades com caráter mais abrangente e de rápida exposição, promovendo a mais acentuada revolução na sociedade moderna.

Se, por um lado, a internet contribuiu para o processo de desenvolvimento, com explosões de informações, aceleração dos processos sócio econômicos atuais, por outro lado, a manutenção desse ritmo frenético é o desafio. À medida que surgem novas tecnologias, cada vez mais sofisticadas, elas tornam-se rapidamente obsoletas. Essa velocidade, que provocou o desenvolvimento tecnológico, também estabeleceu um abismo, fomentando a desigualdade tanto nas pessoas como nas empresas.

Acompanhar os processos de inovação ou estar conectado dependerá de fatores econômicos como investimentos massivos em infraestrutura de redes e em educação digital. Os ganhos proporcionados pelo seu uso são inúmeros, vão desde a promoção de maior eficiência e eficácia nos processos organizacionais até mesmo a maior praticidade na vida moderna, tornando-a essencial no dia a dia das pessoas nos mais diversos contextos. Mesmo passando por uma fase de democratização e expansão no mundo, grande parte da sociedade ainda está excluída desse processo.

O surgimento e a popularização da internet foram acompanhados de muitas expectativas positivas, sobretudo em relação à ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento e ao fortalecimento da participação política. Em sociedades cada vez mais fundamentadas no compartilhamento de saberes, a tecnologia digital insere o sujeito num novo contexto cultural, em que não somente ele transforma a tecnologia, mas é por ela transformado, através de seus hábitos de consumo, de trabalho, de comunicação e de acesso à informação. Ao mesmo tempo, a possibilidade de interação em tempo real, as iniciativas de governo eletrônico e a convergência dos diferentes formatos midiáticos, orientados a facilitar a mobilidade e ubiquidade dão à internet o potencial de tornar-se um novo contexto de participação democrática. (PISCHETOLA, 2016, p.13).

Segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da ONU especializada em Tecnologias de Informação e Comunicação, em 2016, cerca de 3,7 bilhões de pessoas permaneceram sem acesso à Internet no mundo, apesar da queda dos preços dos serviços de telecomunicações globalmente (UIT, 2016).

Brahima Sanou, diretor da UIT, declara, em seu relatório anual, intitulado FATOS E FIGURAS TIC, referente ao ano de 2016, que, neste mesmo ano, mais de dois terços da população mundial vive dentro de uma área coberta por uma rede de banda larga móvel e que os serviços de TIC continuam a se tornar cada vez mais acessíveis. Mas que, apesar destas oportunidades sem precedentes, mais da metade da população ainda não está usando a Internet e que são grandes as diferenças das bandas-larga disponíveis, variando quanto à velocidade e qualidade (UIT, 2016).

Em 2017, Brahima Sanou declarou, no relatório da FATOS E FIGURAS TIC 2017, que a UIT vem contribuindo muito para o desenvolvimento das TIC em todo o mundo, por uma transformação mais ampla da sociedade. Ele chamou atenção para os jovens que ocupam uma posição vanguardista em relação à economia digital de hoje, onde cerca de setenta por cento da juventude mundial está conectada (COMMITTED TO CONNECTING THE WORLD, 2017).

Ele ainda pondera que o desenvolvimento das TIC de hoje é impulsionado pela distribuição de serviços de banda larga móvel, que teve um crescimento significativo, ultrapassando o da banda larga fixa. Os preços da banda larga móvel caíram 50%, em média, ao longo dos últimos três anos. O relatório assinala que cerca de metade da população mundial utiliza serviços da internet, através da banda larga com velocidades muito mais altas (COMMITTED TO CONNECTING THE WORLD, 2017).

Segundo o relatório de 2017, à medida que as TIC continuam sendo um facilitador chave da economia e do desenvolvimento, a UIT tem um papel fundamental nos esforços globais, servindo de ponte entre a divisão digital e a promoção de uma economia digital inclusiva (COMMITTED TO CONNECTING THE WORLD, 2017).

Os relatórios FATOS E FIGURAS, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 da UIT, demonstram que grandes progressos estão sendo feitos na expansão do acesso à Internet através da maior disponibilidade de redes de banda larga. A conectividade digital desempenha um papel crítico na melhoria das vidas, uma vez que abre portas para um conhecimento, emprego e oportunidades financeiras sem precedentes para bilhões de pessoas em todo o mundo. Mas, mesmo com o aumento significativo dos acessos à rede e motivados pela redução dos custos operacionais e pela baixa dos preços dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), se constatou que ainda não temos um cenário satisfatório.

Takahashi (2000) observa que cada país optou por construir uma sociedade da informação em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social,

segundo estratégias moldadas de acordo com seu contexto e pela forma que foram influenciados pelo paradigma técnico científico. Cada região, segmento social, setor econômico, organizações diversas e indivíduos foi diferentemente afetado, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar.

No Brasil, a internet passou a ganhar popularidade a partir do ano de 1995, quando os ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia cunhou a Portaria Interministerial nº 147 de 31 de maio de 1995, que, através da figura do provedor de acesso privado à Internet, liberou a operação comercial no Brasil, possibilitando o surgimento acelerado de provedores de acesso, portais de serviços e o barateamento dos computadores. Os primeiros *sites*³ brasileiros surgidos eram de notícias. Mais tarde, surgiram os de entretenimento, pesquisa e *sites* de compras (TERRA, 2002).

A regulamentação da internet no Brasil se dá através da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, vindo estabelecer princípios, garantias e deveres para o uso da internet no Brasil. Regulamenta não só os usuários, mas os provedores de serviços, conteúdos e demais envolvidos com o uso da Internet (BRASIL, 2014).

Esta lei traz, no seu artigo 7º, a afirmação de que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, ratificando a relação entre o acesso à internet, cidadania e políticas públicas que viabilizem este acesso, principalmente para a parcela da população que não participa dessas estruturas (BRASIL, 2014).

A promulgação dela ficou conhecida como “Marco Civil da Internet” e está pautada nos seguintes princípios:

- I - Garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
- II - Proteção da privacidade;
- III - Proteção dos dados pessoais, na forma da lei;
- IV - Preservação e garantia da neutralidade de rede;

É indiscutível a relevância da internet tanto para as pessoas, quanto para os mais diferentes tipos de organizações, tanto no Brasil, quanto em qualquer parte do mundo, o que justifica os investimentos em infraestrutura e o aumento significativo no acesso à rede.

³ *Site(s)* é o local na Internet identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia.

Segundo o Instituto de Pesquisas IBOPE NIELSEN ONLINE, uma parceria do grupo IBOPE e da Nielsen Company para medição e estatística da internet no Brasil, os costumes dos usuários brasileiros na internet apontam a existência de 120,3 milhões de pessoas com acesso à internet no país. O número é 18% maior que a estimativa divulgada um ano antes, que era de 102,3 milhões, no primeiro trimestre de 2013, e 14% maior que a última divulgação, que tinha sido de 105,1 milhões, referente ao segundo trimestre de 2013 (IBOPE NIELSEN ONLINE, 2014).

Ainda segundo a pesquisa do Instituto Nielsen IBOPE, “Número de Pessoas com acesso à Internet no Brasil supera 120 Milhões”, o Brasil tinha 87,9 milhões de pessoas que moravam em domicílios com acesso à internet, com um crescimento anual de 19%. Desse total com acesso domiciliar, 55 milhões foram usuários ativos em junho de 2014. Um quarto dos usuários ativos, em residências no Brasil, já utilizam banda larga com capacidade superior a 8 Mb (IBOPE NIELSEN ONLINE, 2014).

Quando se considera o conjunto das pessoas que têm acesso no trabalho ou em domicílios, 90,8 milhões de pessoas já têm acesso e 64,4 milhões foram usuárias ativas em junho, o que representou um aumento de 9,4% sobre os 58,9 milhões do mês anterior e de 18% sobre os 54,4 milhões de junho de 2013, em função da copa do mundo realizada no Brasil (IBOPE NIELSEN ONLINE, 2014).

O Brasil integra o grupo de 79 países onde mais de 50% da população tem acesso à Internet, uma vez que 57,6% das pessoas estão conectadas. Quanto à forma de acesso, a pesquisa revelou algumas variações, a cada 100 brasileiros, apenas 11,5 possuem uma assinatura de banda larga fixa e, para as assinaturas de banda larga móvel, esse valor sobe para 78,1 (IBOPE NIELSEN ONLINE, 2014).

Estudos apontam que 32,1 milhões de brasileiros, cerca de 21,9% da população acima dos 10 anos de idade, utilizam a rede mundial de computadores, a internet, no país. O Brasil ocupa a 62ª posição no mundo em relação ao uso da internet (IBGE, 2014).

Os resultados das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao ano de 2014, em relação aos domicílios que estão conectados, revelam a disparidade na utilização da internet, sendo que o maior percentual de usuários encontra-se no Sudeste (26,3%), enquanto o Norte e Nordeste tiveram o menor número de internautas (12% e 11,9%, respectivamente). O índice mais alto de usuários entre as unidades da federação foi registrado no Distrito Federal, que chegou a 41,1% da população acima de 10 anos (IBGE, 2014).

Ao analisar as impossibilidades de acesso à internet no Brasil, identificou-se, como o principal obstáculo, além do baixo poder aquisitivo da população, questões mercadológicas que impedem a chegada de requisitos de infraestrutura e portais de acesso em regiões menos desenvolvidas do país (UIT, 2016).

A União Internacional de Telecomunicações (UIT), com base nos resultados obtidos quanto à evolução das quantidades de pessoas conectadas, elogiou a iniciativa do governo brasileiro, que pretende implementar o Programa Nacional de Banda Larga 2.0, também chamado “Banda Larga para Todos”, até 2018. A proposta planeja instalar, em todo o Brasil, uma conexão que alcance a velocidade de 25mbps. A UIT também destacou o uso da Internet, no Brasil, em sistemas de monitoramento de chuvas e enchentes (UIT, 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem realizando pesquisas desde o exercício de 2000, no intuito de retratar a realidade e investigar características gerais da população. Algumas pesquisas são anualmente, outras eventualmente de acordo com a necessidade do país, para suprir a falta de informações sobre a população brasileira durante o período intercensitário, e estudar temas insuficientemente investigados ou não contemplados nos censos demográficos. Os indicadores produzidos conduzem o planejamento em nível nacional e servem também para estabelecer comparações com o cenário internacional, sobre a sociedade da informação e se estabelecem através do conhecimento dos perfis dos domicílios conectados. A pesquisa, ao abarcar as cinco regiões brasileiras, produz informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2014).

Em 2008, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) investigou, pela segunda vez, o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, com o intuito de expandir a noção sobre a utilização das tecnologias da informação e das comunicações no País (IBGE, 2014).

As publicações da PNAD apresentam os resultados, caracterizando as pessoas que utilizaram a Internet no País em função do local, finalidade e frequência do acesso e tipo de conexão no domicílio a esta rede, traçando os perfis dos usuários e não usuários da Internet e das pessoas que possuíam e não possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, segundo sexo, idade, nível de instrução, rendimento mensal domiciliar *per capita*, condição de estudante e situação de ocupação, e mostra, ainda, as diferenças entre as pessoas ocupadas que utilizaram a Internet em função das

formas de inserção no mercado de trabalho. A análise dos resultados, ilustrada por tabelas 1, 2, 3 e 4, ressalta as questões mais relevantes dessa investigação.

Segundo a PNAD, do IBGE (2014), os indicadores das Tecnologias de Informação e Comunicação, que fornecem estatísticas relevantes sobre bens e serviços que contribuem para o acesso à informação e comunicação, tornam-se instrumentos fundamentais para subsidiar o planejamento nacional e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do País.

Os avanços da TIC vêm-se refletindo em todo o mundo, embora com intensidade diferenciada em função do nível de desenvolvimento das sociedades ou de outros fatores (políticos, culturais etc.). Tendo em vista o impacto dessas tecnologias como fatores propulsores do desenvolvimento econômico e social dos países, cada vez mais se torna necessário acompanhar a sua evolução. (IBGE, 2014, p.21).

De acordo com a PNAD, com relação ao Acesso à Internet em 2014 e 2015, o Brasil apresentava a seguinte situação. Na Tabela 1 verifica-se maior acesso de computadores ligados a *internet* e telefones móveis na Região Sudeste. E menor acesso na Região Norte. No geral, o Brasil encontrava-se no ano de 2014 a baixo de 50% dos domicílios com computador ligados a *internet* e 91% de domicílios com telefones móveis. Verifica-se que o uso do celular substitui o computador, já que em muitos smartphones já utilizam funções mais avançadas do que o computador.

Tabela 1 - Domicílios Particulares Permanentes, Total e com alguns Bens e Serviços de acesso à Informação e Comunicação, segundo as Grandes Regiões (2014)

Regiões	Total de Domicílios Pesquisados (1)	Computador ligados a Internet (2)	% (2/1)	Telefones Móvel Celular (3)	% (3/1)
Norte	4 939	1 111	22,5	4 269	86,4
Nordeste	17 562	4 870	27,7	15 357	87,4
Sudeste	29 131	15 085	51,8	26 933	92,5
Sul	10 274	4 975	48,4	9 586	93,3
Centro Oeste	5 133	2 176	42,4	4 914	95,7
Brasil	67 039	28 218	42,1	61 060	91,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2014).

No ano de 2015 verificou-se uma diminuição no Brasil do uso do microcomputador ligados à *internet* em relação ao ano de 2014 e um aumento de telefones móveis em relação ao ano de 2014 (ver tabela 2).

Tabela 2 - Domicílios Particulares Permanentes, Total e com alguns Bens e Serviços de Acesso à Informação e Comunicação, Segundo as Grandes Regiões (2015)

Regiões	Total de Domicílios Pesquisados (1)	Microcomputador ligados à internet (2)	% (2/1)	Telefones Móvel Celular (3)	% (3/1)
Norte	5095	996	19,6	4389	86,2
Nordeste	17 837	4 606	25,8	15 505	86,9
Sudeste	29 473	14 736	50,0	27 407	93,0
Sul	10 417	5 682	48,2	9 775	93,8
Centro Oeste	5 215	2 531	41,8	4 983	95,5
Brasil	68 037	27 535	40,5	62 058	91,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

Na tabela 3 podemos ver que em 2014 a Região Sudeste é a que mais utiliza a internet no domicílio e a Região Norte é a que menos utiliza.

Tabela 3 - Domicílios Particulares Permanentes, por Existência de Utilização da Internet no Domicílio, segundo as Grandes Regiões (2014)

Regiões	Total de Domicílios Pesquisados (1)	Existência de utilização da Internet no domicílio (2)	% (2/1)
Norte	4 939	2 737	55,4
Nordeste	17 562	7 412	57,8
Sudeste	29 131	18 317	37,1
Sul	10 274	5 981	41,8
Centro Oeste	5 133	2 903	43,5
Brasil	67 039	36 814	54,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Constata-se na tabela 4, que o uso da internet pelo celular, nos domicílios particulares permanentes, foi o que mais cresceu no ano de 2015 nas Regiões do Brasil.

Tabela 4 - Domicílios Particulares Permanentes, por existência da Utilização da Internet, Total e Equipamentos Utilizados para Acessar a Internet no Domicílio Segundo as Grandes Regiões (2015)

Regiões	Total de Domicílios Pesquisados	Acesso por Microcomputador	Acesso Por Celular	Acesso por Tablet
Norte	2 296	996	2 221	248
(Valores %)	100	43,4	96,7	10,8
Nordeste	7 988	4 606	7 502	1 402
(Valores %)	100	57,7	93,9	17,5
Sudeste	19 452	14 736	17 805	4 663
(Valores %)	100	75,8	91,5	24,0
Sul	6 382	5 016	5 629	1 337
(Valores %)	100	78,6	88,2	20,9
Centro Oeste	3 177	2 181	3 037	631
(Valores %)	100	68,6	95,6	19,9
Brasil	39 295	27 535	36 194	8 281
(Valores %)	100	70,1	92,1	21

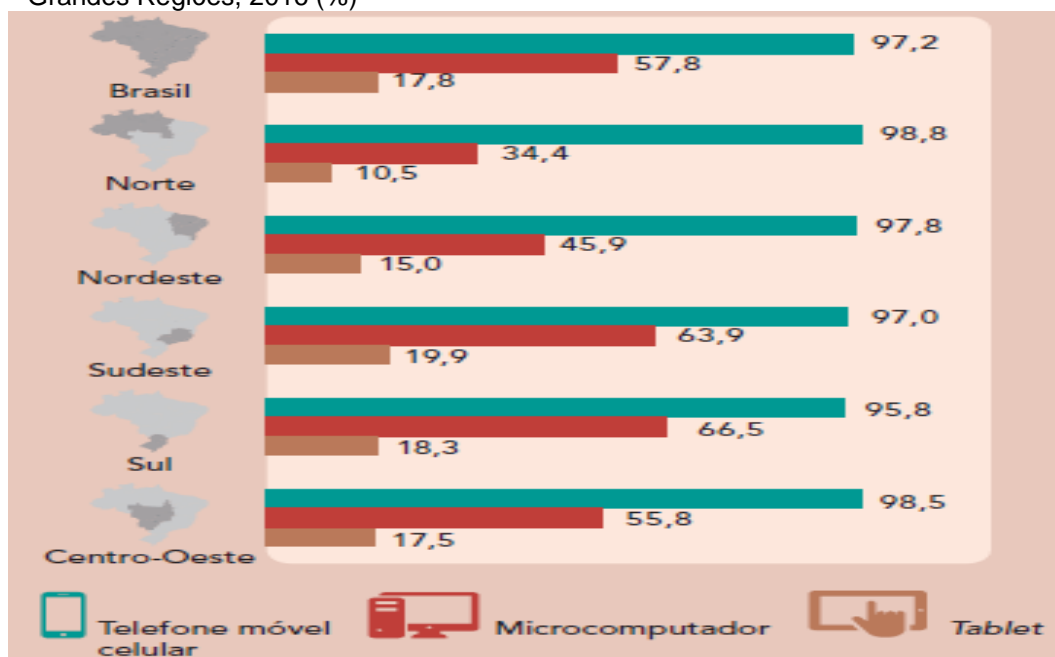
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

A agência IBGE Notícias (2018), órgão oficial e responsável pelo aperfeiçoamento da comunicação das estatísticas públicas e geociências, publicou informações relativas ao PNAD de 2016. São dados relevantes, que retratam o Brasil. Esse tipo de conhecimento permite a condução de políticas mais eficientes, possibilitando que um maior número de pessoas acesse a rede.

O PNAD de 2016 também aponta para o uso do celular mostrando que ele estava presente em 92,6% dos 69,3 milhões de domicílios pesquisados e sobre o uso da internet no Brasil, afirmando que 94,2% das pessoas, que utilizaram a Internet, o fizeram para trocar mensagens (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018).

Em 97,2% dos domicílios em que havia acesso à Internet, o celular foi utilizado para esse fim. Esse foi o equipamento de acesso mais usado nos domicílios. Em 38,6% das residências, o celular foi o único equipamento usado para acessar a Internet. Em segundo, vinha o computador: ele foi o único meio de acesso em apenas 2,3% das residências com Internet, embora estivesse presente em mais da metade (57,8%) desses domicílios (ver figura 2) (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018).

Figura 2 - Domicílios com acesso à internet, por tipo de equipamento utilizado, segundo as Grandes Regiões, 2016 (%)



Fonte: Agência IBGE Notícias (2018).

Observa-se na tabela 5 que os motivos de não haver utilização da *internet* em 2016, na Região Sudeste, foram por falta de interesse em acessar a *internet* e pelo serviço de acesso à *internet* ser caro. Já os motivos na Região Norte foram o serviço de acesso à *internet* não estava disponível na área do domicílio e o equipamento eletrônico necessário para acessar a *internet* era caro. Podemos justificar esses motivos na Região Norte pela falta de gestão do governo em aumentar a cobertura da Rede de *internet* e pela falta de recursos econômicos (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018).

Tabela 5 - Distribuição dos Domicílios Particulares Permanentes, segundo o motivo de não haver utilização da Internet – 2016 (%)

MOTIVOS	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE
Falta de interesse em acessar a Internet	34,8	26,8	27,6	41,5	41,3	38,4
Serviço de acesso à Internet era caro	29,6	22,1	34,8	28,0	26,8	24,0
Nenhum morador sabia usar a Internet	20,7	16,8	21,1	20,3	21,9	22,5
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	8,1	24,4	8,4	4,2	5,6	9,8
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	3,5	6,4	4,6	2,6	1,6	2,2
Outro motivo	3,3	3,5	3,4	3,4	2,8	3,1

Fonte: Agência IBGE Notícias (2018).

Sobre o perfil dos estudantes conectados, dos 37,2 milhões, com 10 anos ou mais, 81,2% utilizaram a Internet. Esse resultado cai para 60,4% entre aqueles que não eram estudantes. Na rede pública, 75,0% dos estudantes acessaram a Internet, em contraste com 97,4% dos alunos da rede privada (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018).

No Estado da Bahia, segundo a PNAD, 2014, dos 4.974 pesquisados, 1.529 apresentaram microcomputadores ligados à internet, representando 30,7%. Com relação ao celular, 4.370 dos domicílios pesquisados, ou seja, 87,9% dos domicílios possuíam telefones celulares. Sobre estar conectado à internet, do total de domicílios pesquisados, cerca de 2.170 (43,6 %) dos domicílios já estão conectados. Na Região Metropolitana de Salvador, dos 1.381 domicílios pesquisados, 519 utilizavam a internet no domicílio, representando 62,4% do total (IBGE, 2014).

Dentre os equipamentos utilizados para acessar a internet, dos 2.170 domicílios pesquisados, 70,5% acessam a internet através dos microcomputadores e 80,9% acessam através de aparelhos celulares e 18,7% de *tablets* (IBGE, 2014).

A PNAD 2015 divulgou novos dados do estado da Bahia: dos 5.010 domicílios pesquisados, 1.418 (28,3%) apresentavam 1.629 computadores e 1.418 estariam ligados à internet. Na Região Metropolitana de Salvador, dos 1.380 domicílios pesquisados, 642 apresentavam computadores ligados à internet, e cerca de 1.329 tinham celulares, representando 86,6 % do total (IBGE, 2015).

2.4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, CIBERCULTURA, CIBERESPAÇO E OUTRAS ESTRUTURAS

Detalhando mais o modelo atual de organização social, principalmente, observando a influência da mídia no desenvolvimento social, político e humano, faz-se necessário compreender alguns outros conceitos basilares, que serviram para ancoragem desta pesquisa.

O conceito de “sociedade da informação” surge, numa primeira instância, como a democratização do acesso, universal e global, à rede mundial de computadores, onde a informação está disponível através dos meios de comunicação e equipamentos eletrônicos. Em seguida, o de “sociedade do conhecimento” foi produzido a partir das redes sociais, tratando das possibilidades das interações e colaborações, entre os indivíduos.

Informação e conhecimento, a partir dos anos 90, passam a figurar entre os bens econômicos primordiais, reconhecidos como fonte principal de riquezas, caracterizando o padrão de acumulação capitalista. Surge, dessa forma, a expressão “sociedade da informação e do conhecimento”.

Esse formato da sociedade, onde a informação e o conhecimento ocupam importância na geração de riquezas, é discutido por Castells (1999), Lévy (2011), Giddens (2002), Bauman (1999), Drucker (1994), e percebe-se que há uma certa convergência quanto a ideia de que, aos novos parâmetros, agregaram-se, à produção, novos valores, com maior aproveitamento da inteligência humana.

Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. (CASTELLS, 1999, p.51).

Há, de certa forma, uma ruptura com os postulados da economia clássica, ao contrariar as leis basilares dos recursos empregáveis sob a ótica da economia, uma vez que a informação, sobre essa perspectiva, aponta para a economia da abundância.

A economia repousa largamente sobre o postulado da raridade dos bens. A própria raridade se funda sobre o caráter destruidor do consumo, bem como sobre a natureza exclusiva ou privativa da cessão ou da aquisição. “Ora, uma vez mais, se transmito a você uma informação, não a perco, e se a utilizo, não a destruo” (LÉVY, 2011, p. 55).

Observa-se que essa mudança de paradigma fez emergir uma sociedade com novos padrões tecnológicos e produtivos, onde informação, conhecimento e inovações tecnológicas são determinantes ao processo de desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

Com relação ao trabalho, há uma valorização do capital humano. Theodore Schultz (1973), professor de Economia da Educação, estabeleceu a Teoria do Capital Humano, considerando o conhecimento como forma de capital. A decisão de investir na capacitação do trabalhador passou a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade.

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que se têm desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31).

Lévy (2011) discute essa questão, colocando o trabalhador contemporâneo como aquele que não vende mais a sua força de trabalho, como fazia na era industrial, mas a sua competência ou a capacidade continuamente alimentada e melhorada de aprender e inovar, que pode se atualizar de maneira imprevisível.

A informação e o conhecimento, de fato, são doravante a principal fonte de produção de riqueza, mas a relação que como o conhecimento, que experimentamos desde a Segunda Guerra Mundial, e sobretudo nos anos setenta, é radicalmente nova. (LÉVY, 2011, p. 54).

Nesse sentido, segundo Cazeloto (2008), jornalista e professor de comunicação e semiótica, a mudança da fonte de criação das riquezas e a forma de produção, o trabalho e o capital, elementos básicos da sociedade industrial, foram cada vez mais subordinados ou sobrepostos à informação e ao conhecimento. Nesse prisma, o trabalho, um dos elementos chave do tecido social, deixou de ser uma centralidade, passou a ter uma posição subalterna, mas ainda importante, na sociedade, e observou-se ainda o fenômeno do desemprego estrutural como o desaparecimento de alguns postos de trabalho.

A pós-modernidade, uma concepção assumida de transformações e pelos arranjos provocados pela “informatização do cotidiano” e sua rápida expansão, desencadeou e agravou o quadro de desigualdade instalada nos mais diversos segmentos da sociedade, dando origem ao termo “exclusão digital”.

O capitalismo contemporâneo, ao apresentar uma certa instabilidade, em virtude da velocidade das transformações, onde tudo pode rapidamente mudar, desde novas técnicas ou novas configurações, conduziu também ao surgimento de um certo “obscurantismo digital”, quando grande parte da sociedade ficou alheia aos processos de informatização.

Ao aprofundar o olhar sobre as mudanças ocorridas na sociedade, faz-se necessário abarcar novos conceitos, estruturas e dinâmicas e suas peculiaridades advindas da amplitude alcançada pelo fenômeno da virtualização da sociedade.

Lévy (2011) procurou explicar o fenômeno da virtualização fazendo um contraponto entre os conceitos de real, virtual e atual e define virtualização como um movimento inverso à atualização.

A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade oncológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma solução), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer *mutar* a entidade em direção a essa interrogação e em definir a atualidade de partida como reposta a uma questão particular. (LÉVY, 2011, p. 17).

A dinâmica atual inclui novos espaços, novos tempos, em um movimento que permite infinitas combinações e conexões. A relação tempo e espaço, as formas de comunicação, a desterritorialização e as relações foram metamorfoseadas e os limites não são mais dados.

Dessa apreciação, surgiram ideias como o ciberespaço e cibercultura, que fazem menção aos “ambientes virtuais” criados pela internet, e que são utilizados para referenciar os agenciamentos sociais, ou seja, as mediações entre pessoas com interesses comuns nos grupos que se formaram no espaço eletrônico virtual. Cada vez mais estes grupos se ampliam e popularizam a utilização da internet e de outras tecnologias de comunicação, possibilitando assim maior aproximação entre as pessoas de todo o mundo.

Como uso diversas vezes os termos "ciberespaço" e "cibercultura", parece-me adequado defini-los brevemente aqui. O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17).

A Revolução Informacional ou Revolução Técnico-Científica e Informacional, caracterizada principalmente por inovações, abarcou diversas frentes tecnológicas: informática, robótica, telecomunicação, química e novos materiais, biotecnologia, engenharia genética. Essas descobertas foram inseridas em praticamente todos os segmentos produtivos dessa era.

Além disso, as mudanças, ocorridas na sociedade a partir da inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação, causaram um acelerado dinamismo no fluxo de capitais e mercadorias.

As mudanças estão ocorrendo em toda parte, ao redor de nós, mas também em nosso interior, em nossa forma de representar o mundo. É urgente que nos equipemos com ferramentas para poder pensar estas mudanças, avaliá-las, discuti-las — em suma, participar ativamente da construção de nossos destinos. (LEVY, 1992, p. 2).

Observou-se fenômenos inter-relacionados com a convergência da base tecnológica, que uniformizaram a informação no padrão “digital”, e onde destacou-se a dinâmica das indústrias, que tornou mais acessível a aquisição de computadores, procurando acompanhar o acelerado crescimento e disseminação da Internet, e, por último, a conectividade internacional, que pode ser observada como um fator estratégico e fundamental para o desenvolvimento das nações.

O impacto econômico-social ocasionado pelo fenômeno da internet, ora considerado como o novo paradigma técnico-econômico, ao ser analisado sob o seu aspecto transformador, alcançou as atividades sociais, pelo potencial integrador, pela capacidade de reduzir distâncias entre as pessoas e pelo compartilhamento de informações. Já sob a perspectiva econômica, destacamos que o nível de infraestrutura de informações pode determinar que algumas regiões sejam mais ou menos atraentes em relação a possibilidade de negócios e empreendimentos.

Quando uma circunstância como uma mudança técnica desestabiliza o antigo equilíbrio das forças e das representações, estratégias inéditas e alianças inusitadas tornam-se possíveis. Uma infinidade heterogênea de agentes sociais explora as novas possibilidades em proveito próprio (e em detrimento de outros agentes), até que uma nova situação se estabilize provisoriamente, com seus valores, suas morais e sua cultura locais. Neste sentido, a mudança técnica é uma das principais forças que intervêm na dinâmica da ecologia transcendental. A técnica não é sinônimo de esquecimento do ser ou do deserto simbólico, é ao contrário uma cornucópia de abundância axiológica, ou uma caixa de Pandora metafísica. (LÉVY, 1992, p. 09).

Faz-se necessário compreender a globalização a partir da inserção das redes de computadores, visto que outras formas de interação entre pessoas, agências e nações se estabeleceram.

O que mudou não foi o tipo de atividades em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade superior de processar símbolos. (CASTELLS, 1999, p. 110).

A globalização pode ser vista como uma saída estratégica para a conquista de novos mercados consumidores, e, ao utilizar-se das tecnologias da informação e comunicação, barreiras espaciais e geográficas foram derrubadas. A característica principal da globalização é a busca pelo barateamento do processo produtivo pelas indústrias, incentivada pela concorrência acirrada entre as empresas que, através dos recursos tecnológicos, procuraram baratear ao máximo seus preços e estabelecer contatos comerciais e financeiros de forma rápida e eficiente.

Castells (1999) discute a globalização diante da economia informacional observando duas características fundamentais e diferenciadas, e enfatiza a sua interligação. O aspecto *informacional* para o autor refere-se à produtividade e competitividade de unidades ou agentes dessa economia, e o aspecto *global* diz respeito às principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologias e mercados) estão organizados em escala global, direta ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos.

Ainda considerando as inúmeras modificações que incidiram na sociedade, as mudanças no perfil do trabalho e emprego, diante das necessidades constantes de especializações profissionais, e a criação de novos postos de trabalho, algumas ocupações tradicionais deixaram de existir ou foram adaptadas. Aumentaram as disparidades de remuneração em função do nível de qualificação e até mesmo algumas atividades intermediárias tornaram-se dispensáveis. Cada vez mais são exigidas, dos trabalhadores, atualizações contínuas e desenvolvimento de habilidades e competências que se adaptem aos novos requisitos técnico-econômicos que garantam a empregabilidade.

Com efeito, dois caminhos se abrem aos investimentos para aumentar a eficácia do trabalho: ou a reificação da força de trabalho pela automatização, ou a virtualização das competências por dispositivos que aumentem a inteligência coletiva. Num caso, pensa-se em termos de substituição: o homem, desqualificado, é substituído pela máquina. No caminho da virtualização, em troca, concebe-se o aumento de eficácia em termos de *coevolução* homem-máquina, de enriquecimento de atividades, de acoplamentos qualificadores entre as inteligências individuais e a memória dinâmica dos coletivos. (LÉVY, 2011 p. 61).

Esse atual modelo de sociedade, baseado no poder da informação e do conhecimento, instituído a partir da inserção das tecnologias digitais, promoveu diferentes maneiras de pensar e de conviver. Um novo padrão de competição ainda mais globalizado, inovações em um ritmo cada vez mais célere e de importância vital para as organizações, maior racionalidade e flexibilidade nos processos produtivos e, por conseguinte, maior eficiência quanto ao uso do capital, dos recursos em geral e principalmente do trabalho.

O conhecimento é fator essencial de todas as etapas do processo produtivo, sendo requerido cada vez mais ao longo da cadeia produtiva. A exigência de domínio das tecnologias requer pessoas cada vez mais capacitadas. O padrão de especialização pode agravar ainda mais as desigualdades na distribuição das oportunidades de trabalho, no padrão de consumo da sociedade e na repartição de renda.

A inserção favorável nessa nova onde requer, entretanto, além de base tecnológica e de infraestrutura adequada, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras em geral. O impacto positivo que a “nova economia” pode gerar para o país depende ainda mais do maior número de pessoas, organizações e regiões como usuárias ativas das redes avançadas de informação. (TAKAHASHI, 2000, p. 6).

O conhecimento, pela sua essência e pelas possibilidades que oferece, sempre teve um valor relevante para o ser humano, valorizado pela sua grandeza de objetivos e pelas liberdades que concede e provoca mudanças no comportamento do homem, contribui para a elevação da sua autoestima, leva-o à ação e reflexão.

Para Amartya Sen (2010, p.29-30), “no que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas em diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos”.

O conceito de desenvolvimento humano bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração do economista Amartya Sen.

O crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, faz-se necessário que outros fatores sejam considerados. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH agrupa três categorias consideradas mais relevantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), a possibilidade de se ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda) (SEN, 2010).

O PNUD (2016) está presente no Brasil desde a década de 60, e atua em frentes que promovam o desenvolvimento de capacidades, ciência e tecnologia, a modernização do Estado e o fortalecimento de suas instituições, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais.

Os projetos são concebidos por um processo que ocorre a partir das escolhas das pessoas, para que elas desenvolvam capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser, ou seja, é um conceito que busca olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades (SEN, 2010).

O desenvolvimento humano, ainda de acordo com PNUD (2016), pode ser utilizado como indicador que possibilita aferir o avanço na qualidade de vida de uma população, saindo do viés puramente econômico, que associa a situação de bem-estar de uma sociedade a fatores como renda e o que ela pode gerar, e passa a avaliar outras características sociais, culturais e políticas, que influenciam a qualidade de vida humana.

Pischetola (2016) considera que as políticas públicas, que visam promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação, são fundamentais ao desenvolvimento e podem fortalecer o desenvolvimento humano; visto que foram contempladas pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio; desenvolvimento de capacidades institucionais nos governos federal, estaduais e municipais; e fortalecimento do papel da sociedade civil e do setor privado na busca do desenvolvimento humano e sustentável.

A minimização da brecha digital se insere nessa mesma dinâmica, quando se considera que estas podem atender necessidades secundárias orientadas e

desencadear processos de crescimento e desenvolvimento social. A intervenção do Estado é essencial para se reconhecer o papel da tecnologia para a modernização e a inovação, do ponto de vista econômico.

Sendo assim, justifica-se a relevância dos programas que procuram promover o desenvolvimento econômico, através de políticas estruturadas e iniciativas de inclusão nessa sociedade agora dita da informação e do conhecimento.

Alguém talvez objete que a evolução da informática não é muito adequada a qualquer tipo de debate democrático ou a decisões "políticas". Parece-nos, entretanto, que a informatização das empresas, a criação da rede telemática ou a "introdução" dos computadores nas escolas podem muito bem prestar-se a debates de orientação, dar margem a múltiplos conflitos e negociações onde técnica, política e projetos culturais misturam-se de forma inextricável. (LÉVY, 1992 p. 4).

Os programas de inclusão digital, nas suas diversas iniciativas, buscam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, com a preservação da identidade cultural de cada região, garantindo a riqueza de nossa diversidade, além disso, visam a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional e, também, a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política.

Tentando minimizar essa questão, diversos setores da sociedade organizaram-se para combater essa realidade. Políticas públicas ou de iniciativas privadas para a inclusão adotaram algumas ações corretivas, principalmente quanto ao acesso aos equipamentos informáticos, abrandando as distâncias entre ricos e pobres, propiciando a igualdade de oportunidades e afastando a possibilidade de alguma cisão social.

Se, por um lado, o uso das tecnologias, aliada a um modelo de produção voltada para o consumo, permitiu a construção de um modelo econômico ágil e eficiente, por outro lado, os impactos no exercício da cidadania foram um contraponto a este modelo de sociedade, na medida em que a não possibilidade de acesso à informação fere fortemente aspectos relacionados aos direitos humanos e cria graves consequências ao exercício da democracia.

3 CIDADANIA, CIDADES DIGITAIS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL

Pensar em cidadania é difícil sem precisar sobre o seu surgimento, mas sabe-se que o sentido clássico está associado à participação política dos indivíduos em sua coletividade.

A partir desse olhar, Dallari (1998, p.14) explica que cidadania é um conjunto de “direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído [...], ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquele indivíduo que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego), que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático. (BONAVIDES; MIRANDA; AGRA, 2009, p.7).

Baracho (1994), ao fazer uma análise semântica da expressão “cidadania”, revela que a mesma deriva do latim *civitatem*, que significa cidade, remetendo à expressão grega *polis*, cidades-estados antigas; tipo de organização a que é atribuído, pela maioria dos historiadores, o conceito tradicional de cidadania. Neste ponto de vista, a cidadania se restringia à participação política de determinadas classes sociais. Cidadão, era concebido como aquele que morava na cidade e participava de seus negócios.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das *polis* gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Por outro lado, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época. (REZENDE FILHO, CÂMARA NETO, 2013, p. 1).

3.1 UM BREVE RESUMO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CIDADANIA E A CIDADANIA NO BRASIL, PERCURSO HISTÓRICO

Compreender a extensão da cidadania requer entendê-la como fenômeno histórico e concebê-la nessa perspectiva. Torna-se interessante apresentar, objetivamente, um panorama evolutivo que possibilite visualizar o contorno histórico e progressivo da análise do conceito de cidadania.

Resumidamente, as primeiras percepções de cidadania poderiam ser atribuídas possivelmente à civilização hebraica, onde registram-se os primeiros indícios de quando a civilização deixa de ser politeísta e se concebe a existência de apenas um deus, que, através dos seus profetas, estabeleciam limites ao poder estatal e se preocupavam com a sorte de seu povo, impondo um padrão de comportamento ético aos seus seguidores.

Na civilização grega, vislumbra-se um modelo de cidadania centrado no cidadão, membro masculino da comunidade, que, por suas peculiaridades, podia se debruçar sobre as discussões públicas e gerir a *polis* (BODENHEIMER, 1942).

Para a civilização romana, a cidadania não se distanciava da concepção grega em muitos aspectos. Poucos eram entendidos como cidadãos, durante quase toda sua existência. Porém, destaca-se sua grande importância, visto que seus estatutos foram resgatados e, ainda hoje, alguns aspectos característicos do estágio final da história romana mostravam - se muito próximos daqueles ainda hoje vigentes (BODENHEIMER, 1942, p.131-132).

A ideia dos Direitos Naturais, por sua vez, surgiu na Grécia Antiga, com a crença na existência de um "direito natural" permanente e eternamente válido, independente de legislação, convenção ou qualquer outro expediente imaginado pelo homem.

Tanto na Grécia antiga como em Roma, a cidadania era confundida com o próprio conceito de naturalidade. Somente eram cidadãos aqueles nascidos em solo grego e só esses podiam exercer e usufruir dos direitos políticos. Essa mesma situação se repetia em Roma, onde se via claramente a exclusão dos romanos não nobres e de estrangeiros, que não detinham nenhuma espécie de direitos. Observa-se então que, tanto na Grécia quanto em Roma, a cidadania manifesta-se como um direito de poucos, nota-se que já há uma oposição entre o discurso teórico e a aplicação prática na sociedade (BODENHEIMER, 1942).

Durante a Idade Média, a ideia da cidadania era quase inexistente. A sociedade de estamentos apresentava uma organização que incluía a nobreza, o clero e os camponeses, tendo as referidas classes direitos e privilégios distintos. A cidadania medieval só vai emergir no fim do feudalismo e com formação dos burgos (BODENHEIMER, 1942).

A Idade Moderna é o período em que a cidadania se reencontra e redescobre os conceitos das civilizações clássicas, e veste-se de uma roupagem visivelmente liberal (BODENHEIMER, 1942).

Com o passar dos tempos, entretanto, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas que não apenas a política. Assim, para entender seu significado, somos obrigados a atentar para os direitos civis e sociais, situando a cidadania também na esfera jurídica e moral. (MARSHALL, 1967, p. 63-65).

A cidadania, ao longo da história, apresenta aspectos mutáveis e suscetíveis ao processo de evolução, contrapondo alguns posicionamentos doutrinários, aparentemente equivocados, que atribuem à dimensão da cidadania um valor estático, permanente e objetivo.

Para Marshall (1967), a cidadania é composta dos direitos civis e políticos: direitos de primeira geração; e dos direitos sociais: direitos de segunda geração. Os direitos civis, conquistados no século XVIII, correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito a vida, segurança etc.

A cidadania moderna, concebida a partir das ideias iluministas, foi muito importante para o desenvolvimento do conceito atual de cidadania. Foram os filósofos iluministas, sobretudo John Locke, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, que disseminaram as bases para a percepção moderna da relação entre Estado e indivíduos ao conceber o ser humano como um indivíduo dotado de razão e de direitos intrínsecos à sua natureza (“direitos naturais”), como o direito à vida, à liberdade e à propriedade, abrindo-se espaço para o nascimento do Estado de Direito (MARSHALL, 1967).

Já os direitos políticos, alcançados no século XIX, dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal (direito de voto a toda a população adulta de um estado, independentemente de raça, sexo, religião ou condição social), sendo também

chamados de direitos individuais exercidos coletivamente, os quais acabaram se incorporando à tradição liberal. Já os direitos de segunda geração (sociais, econômicos ou de crédito) foram conquistados apenas no século XX, a partir das lutas do movimento operário e sindical. São direitos: o trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego, enfim, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social (MARSHALL, 1967).

Partindo-se das referidas concepções – a primeira e a segunda gerações dos direitos –, Marshall apresenta, então, a cidadania como algo que se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967).

Ainda para Marshall (1967), a cidadania aperfeiçoa-se quando ela se aproxima da igualdade entre os cidadãos. Ou seja, na medida em que as pessoas vão sendo cada vez menos desiguais entre si, elas vão atingindo o chamado *status* da cidadania.

Esse "estado de cidadania" é um ponto, um local de igualdade entre os indivíduos, visto que, quando se fala em cidadãos, estabelecem-se direitos mínimos dentro de um lócus em que todas as pessoas são iguais em direitos e obrigações. Dentre suas várias reflexões, pode-se citar o aspecto integrador na cidadania, pelo qual existe uma formação da consciência nacional.

A cidadania exige um elo de liderança diferente, um sentimento de direito de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos, quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos. (MARSHALL, 1967, p. 75).

Na segunda metade do século XX, surgiram, então, os assim chamados “direitos de terceira geração”. Trata-se de direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao meio ambiente etc. Na perspectiva dos novos movimentos sociais, os direitos de terceira geração seriam os relativos aos interesses difusos, como direito ao meio ambiente e direito do consumidor, além dos direitos das mulheres, das crianças, das minorias étnicas, dos jovens, idosos, dentre outros (MARSHALL, 1967).

Vieira (1999) traz o direito da quarta geração, no final da metade do século XX, relativo a bioética, com o intuito de impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas desta em laboratório pela engenharia genética. Nesta quarta geração que se inclui também o direito ao acesso à informação e conhecimento através das tecnologias da informação e comunicação.

No Brasil, o caminho percorrido foi marcado por algumas conquistas significativas, que passam pelos movimentos sociais e pelas lutas de classes, destacando a abolição da escravatura, o direito ao voto pelas mulheres e o processo de redemocratização do país.

A Constituição Imperial de 1824 e a Primeira Constituição Republicana de 1891 inauguravam a expressão “cidadania”. As constituições federais, instrumento destinado a garantir o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, evidenciam a evolução da cidadania. Sendo assim, constatamos que a concepção de cidadania está diretamente ligada ao percurso histórico da evolução constitucional do País (VIEIRA, 1999).

Autores como Bobbio (1992), Vieira (1999) e Telles (2001) sustentam que a história da cidadania no Brasil é praticamente inseparável da história das lutas pelos direitos fundamentais da pessoa: lutas marcadas por massacres, violência, exclusão e outras variáveis que caracterizam o Brasil desde os tempos da colonização. Por isso, a concepção de cidadania vai modificando-se, enriquecendo, chegando a ficar inseparável da democracia, isto é, atinge-se uma situação em que não existem cidadãos sem democracia ou democracia sem cidadãos.

Desde então, nacionalidade refere-se à qualidade de quem é membro do Estado Brasileiro, e o termo cidadania tem sido empregado para definir a condição daqueles que, como nacionais, exercem direitos políticos. Assim, no Brasil, as fases do desenvolvimento da cidadania não acompanham o mesmo trajeto do caso inglês apresentado por Marshall (1967) anteriormente.

No cenário brasileiro, houve, inicialmente, o aparecimento dos direitos sociais, em 1930, na Era Vargas. A partir desse momento histórico, houve avanços no campo do direito trabalhista.

Em 1988, a Constituição Federal, Título I, Dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 1º., estabeleceu o Estado democrático de direito que tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – pluralismo político.

A inclusão digital ancora-se na primeira instância, no que rege a Constituição de 1988, quando aborda os princípios de cidadania dispostos no artigo 1º e no capítulo III, artigo 205º, que dispõe sobre Educação, Cultura e Desporto, legitimando educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e que deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Democratizar para todo cidadão o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), oportunizando a inserção na sociedade da informação e do conhecimento, seria uma forma concisa e pragmática de resumir a inclusão digital. Mas, por conta da própria complexidade do tema, das diversas questões envolvidas, outros olhares sobre essa questão são de extrema relevância para a seu entendimento.

Se é certo que a informação e a comunicação são pré-requisitos do conhecimento assim como o desenvolvimento como do exercício da cidadania e que a tecnologia veio favorecer a democratização do acesso à informação e comunicação, também o é que, por outro lado, toda tecnologia carrega consigo um contraponto significativo em termos de elementos potencializados de algum tipo de debilitação do ser humano. (BECKER, 2009, p. 11).

Segundo Lemos (2007), em seu livro *Cidades Digitais*, parte-se do princípio de que a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício de sua cidadania. A inclusão digital deve, conseqüentemente, ser pensada

de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico.

Dentro desse contexto, é possível compreender as políticas de ações afirmativas que procuram beneficiar grupos desfavorecidos da população, na alocação de recursos escassos, promovendo empregos, vagas na universidade, capacitações diversas e contratos públicos.

3.2 *APPROACHES* CRÍTICOS DA INCLUSÃO E DA EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL E NO MUNDO

Não é condição suficiente para que o indivíduo se sinta incluído na sociedade do conhecimento o simples acesso a computadores ou à internet, também não está limitada à alfabetização informacional, a questão é ampliada quando a análise parte para os vetores de transformação do capital.

O fenômeno da inclusão digital só pode ser compreendido tendo como parâmetros as relações sociais e a distribuição social do trabalho típicas deste momento do capitalismo, ou seja, a reflexão sobre o papel dos programas de inclusão digital demanda necessariamente uma crítica da pós-modernidade e da cibercultura. Pensar a inclusão digital ainda nos quadros teóricos-institucionais da modernidade industrialista é, no mínimo, sujeitar à resultante de uma enorme distorção. (CAZELOTO, 2008, p. 61).

Bonilla e Pretto (2011), sobre o termo inclusão digital, sugerem que este tem sido frequentemente utilizado, em especial, pelas organizações internacionais e pelo setor público, para compor o jargão apelativo nas abordagens políticas de caráter geral e populista.

A inclusão digital ocasiona a inclusão social, bem como a exclusão digital aprofunda a exclusão social. Este último assinala para um processo de alienação, separação ou privação dos indivíduos ou grupos sociais de algumas estruturas da sociedade. Faz parte de condição inerente ao capitalismo contemporâneo, ou seja, é uma questão social estimulada e agravada pelos sistemas econômicos e políticos.

A expressão “exclusão digital” está relacionada com as disparidades econômicas e sociais, em escala global, que existem entre países industrializados e os países em desenvolvimento. Geralmente, o conceito se refere às desigualdades no acesso do uso das tecnologias digitais, mas a aparente simplicidade dessa definição esconde questões conceituais difíceis de resolver, inclusive de explicar. A

exclusão digital é uma consequência das diferenças existentes entre o Primeiro e o Terceiro Mundo ou é uma causa adicional? É expressão da desigualdade socioeconômica no sistema de mercado contemporâneo ou manifestação de uma nova e mais profunda desigualdade?

Um excluído digital tem três formas de ser excluído. Primeiro por não ter acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com capacidade técnica muito baixa. Terceiro, (para mim é a mais importante forma de ser excluído, e da que menos se fala) é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave, porque amplia e aprofunda a exclusão mais séria de toda a História; é a exclusão da educação e da cultura, porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente. (CASTELL, 2005 *apud* BONILLA; PRETTO 2011, p. 38).

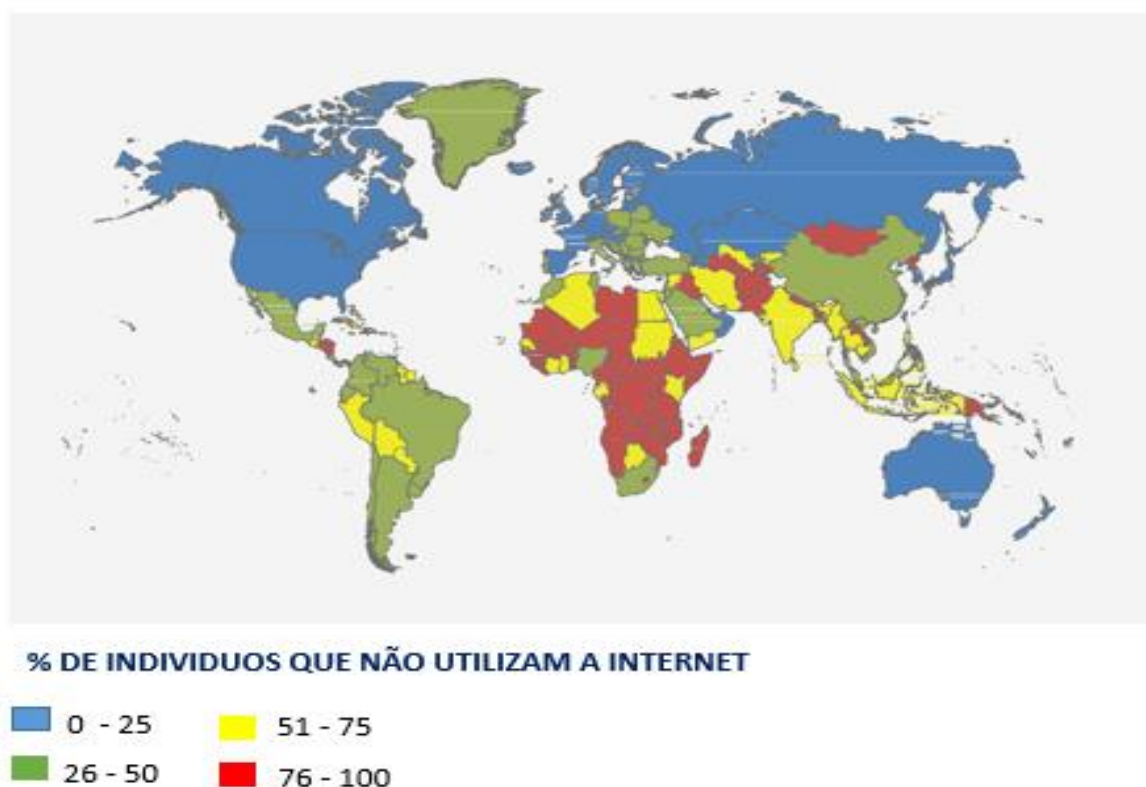
Pischetola (2016), ao comentar os resultados dos relatórios da Agência Nacional de Telecomunicações dos Estados Unidos, que divulgaram como o acesso se configurou no mundo, passou a definir, dentro dessa lógica, exclusão digital como sendo uma desigualdade socioeconômica dos indivíduos, marcada pelo nível de acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Inaugurando a distinção entre os chamados “ricos de tecnologia” e os “pobres de tecnologia”, meras etiquetas ilustrativas da simplificação do conceito na direção de uma polarização: a desigualdade entre quem tem acesso às TIC e quem não tem.

Segundo Lemos (2007), nas metrópoles contemporâneas, o indivíduo, a todo momento, se vê obrigado a lidar com sistemas informatizados de diferentes tipos, incitando uma forma de inclusão espontânea, existindo a inserção compulsória dos indivíduos na sociedade de informação. Uma outra maneira de inclusão seria a induzida, quando ela ocorre fruto de um trabalho educativo e de políticas públicas que visam dar oportunidades a uma grande parcela da população excluída do uso e dos benefícios da sociedade da informação.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através da agência União Internacional de Telecomunicações (UIT), em artigo publicado em 20/09/2017, no site oficial da ONUBR revelou como está distribuído o acesso à *internet* pelo mundo. Nota-se que esta temática do acesso à *internet* faz com que diversos organismos nacionais e internacionais aprofundem suas pesquisas procurando mapear os “incluídos” e “excluídos”. A pesquisa revelou que cerca de 40% da população mundial já acessa a internet, mas, na contrapartida, cerca de 3,9 bilhões de pessoas ainda estão

desconectadas, e que não há perspectiva de melhora nesse cenário até o final do ano. Nas Américas e no CIS⁴, cerca de 1/3 da população está sem acesso à internet. Na Ásia, no Pacífico e nos Estados Árabes, o percentual da população que não usa a internet é muito semelhante: 58,1 e 58,4% respectivamente (ver figura 3).

Figura 3 - Inclusão Digital no Mundo



Fonte: Committed to Connecting the World (2017).

Foi, a partir desta constatação, que a União Internacional de Telecomunicações (UIT) ao lado de outras agências da ONU fez um apelo aos líderes da indústria e dos governos, para que haja mais esforços no sentido de popularizar o acesso à rede (ONUBR, 2015).

Ainda segundo a instituição, no mundo em desenvolvimento, a internet deverá alcançar 41,3% da população até o final de 2017. Nos países menos desenvolvidos, o índice não passará dos 17,5% (ONUBR, 2015).

⁴ CIS (Comunidade dos Estados Independentes: União Soviética (Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão)).

3.2.1 Inclusão Digital: o mais Novo Direito Humano e um Direito Básico na da Sociedade

Nesta era digital, o acesso ou não aos recursos tecnológicos pode, de certo modo, estabelecer-se como elemento de exclusão social, quando se observa o que está no centro da dinâmica atual, e que suscita novos conhecimentos a serem apropriados. A inclusão digital deveria ser vista como um agente de transformação.

A consciência e a formulação dos direitos humanos se constituem na tentativa ambiciosa que a humanidade tem criado através da história para construir uma ordem social justa, que assegure uma convivência pacífica. (LÓPEZ; SAMEK, 2011, p. 22).

A Organização das Nações Unidas (ONU) define direito humano como sendo aquele inerente a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, dentre muitos outros.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Segundo os autores López e Samek (2011), há uma outra concepção para Direitos Humanos, sendo um conjunto de competências e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade e a igualdade humana às quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional.

Ao explicar a evolução histórica dos direitos humanos, o autor da Teoria Geracional, Karel Vasak, jurista tcheco, naturalizado francês, procurou explicar as gerações dos direitos humanos. Ao ser convidado para a Conferência no Instituto Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo (França) em 1979, não tendo tempo para preparar a exposição, lembrou-se da bandeira francesa, cujas cores representam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Fundamentando-se nisso, desenvolveu a teoria, objetivando, metaforicamente, mostrar a evolução dos direitos do homem (MARMELSTEIN, 2008).

López e Samek (2011) explicam os direitos humanos sob a mesma perspectiva de Karel Vasak da “teoria geracional dos direitos do homem”, os classificando em 4 gerações: a primeira geração comporta os direitos civis e políticos, demonstrando a demarcação entre Estado e não-Estado; a segunda os direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade, como disposto no artigo da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, que faz referência à qualidade de vida adequada (saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários).

A crítica realizada para esta classificação reside no fato de que, nos direitos de primeira geração, o cidadão defendia-se do poder abusivo do estado. Já na segunda, ele pede ao estado que garanta um acesso igualitário aos direitos enunciados, procurando compensar as desigualdades naturais criadas pelas vantagens e desvantagens procedentes das diferenças sociais dos indivíduos. A terceira geração trata dos direitos do homem, do direito à paz, ao meio-ambiente, à proteção do ecossistema e um ambiente ecologicamente equilibrado, à comunicação, ao desenvolvimento, aos direitos dos consumidores e vários outros direitos, sobretudo, aqueles relacionados a grupos de pessoas mais vulneráveis: a criança, o idoso, o deficiente físico etc. São reivindicações dos cidadãos diante das transformações tecnológicas e dos novos conhecimentos científicos e suas aplicações no campo da vida humana. A quarta geração, que, dentre outros aspectos, determina os alicerces jurídicos dos avanços tecnológicos e seus limites constitucionais, também trata dos direitos da manipulação genética, relacionados à biotecnologia e bioengenharia e os direitos à comunicação e a informação, direitos na rede (LÓPEZ; SAMEK, 2011).

Foi através da classificação dos direitos humanos e suas abordagens, que os autores Cuevas e Simeão (2011) sugeriram que a inclusão digital pode ser um direito humano de 4ª geração, visto que é procedente do novo ambiente tecnológico, que tem sido criado na rede.

Os avanços na informação e comunicação devem ser desfrutados por todos os serem humanos, e cabe considerar que, na atualidade, exclusão digital equivale a exclusão social. Essa ideia é reforçada pelo artigo 19º dos Direitos Humanos, que versa sobre o direito que todo o homem tem à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

Não há dúvidas quanto a intrínseca relação dos direitos humanos com os processos de inclusão digital. A partir dessa premissa, constatou-se que democratizar o acesso à informação, através das tecnologias digitais, para permitir a entrada das pessoas na sociedade da informação e do conhecimento, é compreender o primeiro passo rumo à inclusão digital.

Estar incluído significa desfrutar das facilidades na execução das rotinas diárias, da maximização do tempo, da ampliação de conhecimentos e de muitas outras vantagens, que devem ser assegurados aos cidadãos.

Inclusão digital é mais do que a democratização do acesso às tecnologias da informação, ou seja, não se restringe ao computador, às redes ou ao domínio dessas tecnologias, suas ferramentas e suas linguagens. Além de todos esses aspectos, o encontro dos sujeitos com um ambiente densamente tecnológico e simbólico comporta uma outra dimensão, cuja importância é decisiva para os processos de inclusão social: as próprias relações dos sujeitos com os saberes, os conhecimentos, as técnicas e as tecnologias. Inerentes aos processos de ensino e à aprendizagem, tais relações precisam ser resgatadas, explicitadas, compreendidas, sob a pena de potencializar novos processos de exclusão social. (FIALHO; NOVAES, 2008, p.105).

A cidadania se fortalece quando o Estado, através das políticas públicas de inclusão digital, desenvolve programas que têm como princípio capacitar o cidadão para a compreensão e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Democratizar o acesso à informação, ampliar a participação popular nas discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos, com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais, são outras lacunas também abarcadas por estas políticas (PISCHELOTA, 2016).

No contexto da sociedade em redes, as tecnologias digitais impuseram-se como um elemento cada vez mais importante na mudança dos modos de viver, pensar e comunicar. Portanto, não surpreende que a expressão inclusão digital tenha entrado no vocábulo das políticas públicas. (PISCHELOTA, 2016, p. 9).

As iniciativas de inclusão digital também procuram promover a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento educacional, social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos.

Dentre as diversas iniciativas, destacamos: Banda Larga nas Escolas, Casa Brasil, Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), Cidades Digitais,

Computadores para Inclusão, Inclusão Digital da Juventude Rural, Oficina para a Inclusão Digital, Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, Plano Nacional de Banda Larga, Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa de Inclusão Social e Digital, ProInfo Integrado, Redes Digitais da Cidadania, Telecentros, Territórios Digitais, um computador por aluno, etc (TCU, 2015).

3.2.2 Inclusão Digital: Pensando a Cidadania nos Tempos Atuais

Tanto o termo cidadania, quanto a sua significância e adaptação encontram-se em constante evolução, modificando-se, ampliando-se através da história. Hoje, considerado um conceito intrinsecamente ligado à participação e contribuição social.

A ideia de uma “nova cidadania”, construída diante da necessidade de pertencimento à sociedade do conhecimento, parte do reconhecimento que cada vez mais as tecnologias da comunicação e informação propiciam a diferentes grupos sociais que reconfigurem suas identidades, expressem suas demandas, debatam assuntos públicos e se reconheçam como membros de uma comunidade através das suas representações simbólicas midiáticas.

A cidadania, em tempos atuais, relaciona-se profundamente com a educação, quando, através do compartilhamento de informações e conhecimentos, busca despertar para uma sociedade mais reflexiva. Neste propósito, a internet participa como um excelente recurso formador e dissipador de ideias e ações, que podem ampliar os horizontes da população para a necessidade de melhorias nas condições de vida. Assim como as tecnologias, transformações sociais são intensas e rápidas. É preciso estar atento e adequar fórmulas e conceitos que acompanhem essa dinamicidade.

Os cidadãos poderiam participar de uma administração *sociotécnica* de novo tipo, permitindo a grandes coletividades comunicar-se entre si em tempo real. O ciberespaço cooperativo deve ser concebido como um verdadeiro serviço público. Essa ágora virtual facilitaria a navegação e a orientação no conhecimento, promoveria a troca de saberes, acolheria a construção coletiva do sentido, proporcionaria visualização dinâmica das situações coletivas, permitiria, enfim, a avaliação de múltiplos critérios, em tempo real, de uma enorme quantidade de proposições, informações e processos em andamento. (LÉVY, 1993, p.64).

Becker (2009) salienta que, ao mesmo tempo em que as tecnologias se apresentaram como solução para a cidadania, também passaram a constituir um grave problema para a cidadania, o chamado “digital divide” ou “apartheid digital”. Mapear a exclusão digital no Brasil é um trabalho relevante para chamar a atenção para a necessidade da equalização de oportunidades, através da parceria entre cidadania e inclusão digital. A exclusão digital chama a atenção para o analfabetismo digital, para a falta de conectividade e de acesso às informações, trazendo prejuízos para todos os campos da vida do indivíduo.

Segundo Neri (2012), coordenador do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas, em estudo publicado sobre o mapa da exclusão digital, a brecha digital preocupa não apenas porque a distância de oportunidades e de resultados entre providos e desprovidos de acesso à Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) tende a aumentar numa época de forte inovação tecnológica, mas pela oportunidade de diminuir esta mesma desigualdade através de ações que melhorem a distribuição da quantidade e da qualidade do acesso digital. Entretanto, existem ainda poucos diagnósticos empíricos no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital e políticas associadas a ele.

A discussão ainda pode ser aprofundada, pois, para Becker (2009), do ponto de vista do conjunto da sociedade, os benefícios trazidos pelas tecnologias da informação e comunicação seriam uma “faca de dois gumes”, pois implicariam um crescimento constante e irremediável das diferenças entre quem está e quem não está integrado às redes de computadores, uma vez que esta integração teria passado a significar acesso à informação, lazer, arte, serviços públicos, participação política, comunicação e expressão, programas educativos, sendo defendida por muitos, em última instância, como o acesso à própria cidadania.

A respeito dessa questão, Pischetola (2016) questiona se as TIC estariam reproduzindo as fraturas sociais já existentes ou se seria a própria tecnologia geradora de novas desigualdades. Servindo de contraponto a essa questão, a autora argumenta que as desigualdades causadas pela “digitalização da sociedade” ainda é um fenômeno relativamente novo, mas que as teorias já atestam que o acesso à informação é, na sociedade contemporânea, uma forma de aquisição de poder.

Um outro aspecto a ser considerado sobre as relações entre as desigualdades sociais e o acesso as tecnologias colocadas por Becker (2009), é quanto ao consenso sobre o fato de que a inclusão digital, por ser um direito do cidadão, deve ter um maior

reconhecimento do dever do Estado em prover serviços de forma a universalizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação. Ou seja, independente das iniciativas empresariais ou de organizações da sociedade civil, ações de inclusão digital devem ser implementadas por meio de políticas públicas convergentes entre as instâncias de governo público municipal, estadual e federal, principalmente em países com um grau extremo de desigualdade social, como é o caso do Brasil.

3.2.3 Inclusão Digital: Educação e Desenvolvimento Socioeconômico (Mercado, Trabalho e Novas Oportunidades)

Para que o indivíduo possa ser inserido na sociedade do conhecimento, é necessário mais do que iniciativas e programas de governo para o acesso e também não se limita a disponibilizar elementos de infraestrutura, mas é fundamental a educação informacional ou educação digital. É preciso pensar em desenvolver e habilitar pessoas para utilizar a tecnologia. Educação Informacional ensina o “saber lidar” e a compreender as influências e dimensões da tecnologia. Além de suprir as necessidades informacionais dos usuários, é também desenvolver competências para lidar com esses novos formatos.

A sociedade da informação exige letramento e alfabetização digital e de informação. Por isso somos forçados a reconsiderar o que significa uma pessoa alfabetizada para redefinir as competências, habilidades e conhecimentos que precisamos, se queremos estar qualificados para intervir em uma sociedade cada vez mais interconectada e repensar quem é o responsável pela alfabetização digital e alfabetização de informação. São escolas e centros educativos? As bibliotecas? Ou ambos. (CUEVAS; SIMEÃO, 2011, p. 39).

A importância da aproximação da educação com o universo informacional fez com que estabelecessem parcerias entre o Governo Federal, Estados e Municípios e as instituições de ensino, principalmente nas escolas públicas, estreitando a relação entre alunos, professores e a inclusão digital. À exemplo dessas iniciativas, destaca-se o “Programa Um Computador por Aluno”, o PROUCA. Incluído na Lei nº 12.249, de 10 de junho de 2010, o PROUCA tem como objetivo promover a inclusão digital nas escolas públicas por meio da compra de equipamentos de informática, programas de computador, suporte e assistência técnica (BRASIL, 2010b).

Discutindo sobre o modelo de educação frente às tecnologias, o texto “Educação para o Milênio”, discurso elaborado para a colação de grau dos licenciados em Pedagogia, ano de 1998, da Universidade Federal da Bahia de autoria do professor Edivaldo Boaventura, faz uma reflexão sobre o formato apropriado da educação. Para o autor, o mundo precisa tanto de paz, de respeito aos direitos humanos e de justiça social como corretivo das desigualdades sociais, que é preciso educar para um meio ambiente com desenvolvimento sustentado (BOAVENTURA, 1998).

Considerando que a informatização é parte da escolarização e da alfabetização, tudo deve ser operado de uma forma muito simples. Assim, deve-se ter cuidado em recepcionar o conhecimento elaborado pela universidade, retirando o jargão acadêmico que tanto confunde e perturba a criança.

Na mesma linha de previsões, Dryden e Jeannette Vos (1993), em recente obra sobre a revolução da aprendizagem, propõem algumas indicações para o século XXI. Em primeiro lugar, a aprendizagem precisa repensar o papel das comunicações eletrônicas na educação, pois, para o exercício pleno da cidadania, devemos todos possuir uma efetiva experiência de informática. A escolarização implica em informatização.

As ações para reduzir essa desigualdade digital apenas são efetivas quando são assegurados aos excluídos digitais os meios tecnológicos, ou recursos, de usabilidade, as ferramentas de assistência, os apoios institucional e social, assim como as capacitações e habilidades para que eles possam vencer todos os tipos de barreiras e, assim, percorrer a trajetória rumo ao centro participativo da sociedade informacional. (AVILLA; HOLLANDA, 2006 *apud* TCU, 2015, p.19).

Para Amaral (2013, p.25), “a grande revolução vivida pela sociedade com o advento da cultura digital traz mudanças consideráveis também ao campo educacional”.

Desse modo, surgem novas formas de ensinar e aprender, e cria-se um novo paradigma de educação, com a inclusão digital em ambientes interativos e o uso da tecnologia no contexto educacional. Esse caráter dialógico começa a impor novo ritmo também à educação. (AMARAL, 2013, p.25).

Sobre a alfabetização digital, Pischetola (2016) diz que ela abarca as mais variadas ações: “a aquisição de habilidades técnicas, a capacidade de compreender

a informação acessada e de utilizá-la de maneira estratégica, de acordo com diferentes objetivos e em linguagens distintas” (BAWDEM, 2008 *apud* PISCHETOLA, 2016, p. 41).

Na nova economia, não basta dispor de uma infraestrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação o elemento chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que as pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita, ao indivíduo, não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas sobretudo inovar. (TAKAHASHI, 2000, p. 7).

De fato, uma das características marcantes dessa sociedade é a construção do conhecimento em rede. As TIC viabilizaram novos modelos de aprendizagem, a exemplo dos diversos cursos na modalidade EaD (Ensino a Distância), como: capacitações e treinamentos *on line (e-learnig)*, os MOOCs (*Massive Open Online Course*), que propiciam a construção coletiva do conhecimento, possibilitando a troca de informações entre os membros da comunidade, resultando na descoberta de novos conceitos, novas formas de se fazer alguma coisa, constituindo as comunidades de aprendizagem (PISCHETOLA, 2016).

No âmbito da educação, surgem novas teorias da aprendizagem e originais propostas sobre a construção social do conhecimento mediada pelas redes. A maioria delas reflete, implícita ou explicitamente, o interesse, de pedagogos e filósofos, pela teoria de Vygotsky sobre a cognição como produto de determinado ambiente social. (PISCHETOLA, 2016, p. 47).

A transformação do trabalho e do mercado de trabalho, a partir do paradigma informacional, é analisado profundamente por Castells (1999) e ele chama a atenção para a evolução do mercado de trabalho.

Durante o chamado período pós-industrial (1970-90), mostrava, ao mesmo tempo, um padrão geral de deslocamento do emprego industrial e dois caminhos diferentes em relação à atividade industrial: o primeiro significa uma rápida diminuição do emprego na indústria e uma grande expansão do emprego em serviços relacionados à produção (em percentual) e em serviços sociais (em volume), enquanto outras atividades de serviços ainda são mantidas como fontes de emprego. O segundo caminho liga mais diretamente os serviços industriais e os relacionados à produção, aumenta com mais cautela o nível de emprego em serviços sociais e mantém os serviços de distribuição. (CASTELLS, 1999, p.237).

Ainda para Castells (1999), com o processo de transformação da estrutura de mercado de trabalho, não desapareceu nenhuma categoria importante de serviço. Ocorreu uma diversidade maior das atividades e o surgimento de um conjunto de conexões entre as diferentes atividades, que tornaram obsoletas as categorias de emprego.

A evolução histórica do emprego, no âmago da estrutura social, foi dominada pela tendência secular para o aumento da produtividade do trabalho humano. Conforme as inovações tecnológicas e organizacionais foram permitindo que homens e mulheres aumentassem a produção de mercadorias com mais qualidade e menos esforço e recursos, o trabalho e os trabalhadores mudaram da produção direta para a indireta, do cultivo, extração e fabricação para o consumo de serviços e trabalho administrativo e de uma estreita gama de atividades econômicas para um universo profissional cada vez mais diverso. (CASTELLS, 1999, p.249).

Na perspectiva do trabalho, pode-se afirmar que a inclusão digital é um dos principais caminhos para que o indivíduo consiga uma oportunidade no mercado de trabalho. A economia que revolucionou as estruturas produtivas e também o trabalho exige uma maior qualificação. Há a necessidade de ampliar a empregabilidade através do aprendizado contínuo e do desenvolvimento de habilidades, capazes de atender às exigências do paradigma técnico-econômico, principalmente quanto à produtividade e competitividade (TAKAHASHI, 2000, p. 9).

O avanço das tecnologias de informação e comunicação resultou no desenvolvimento de um grande número de aplicações como a telemedicina, o ensino a distância, o comércio eletrônico, etc., que podem melhorar significativamente a qualidade de vida dos cidadãos e elevar a competitividade das empresas.

O mercado de trabalho exige o domínio dos recursos tecnológicos, esse tipo de competência torna-se uma prerrogativa ao preenchimento de vagas nas organizações. O fato do indivíduo não se enquadrar neste processo, já o insere na parcela da sociedade dos excluídos digitais (TAKAHASHI, 2000).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

As políticas públicas, nas diversas dimensões, se concretizam através de programas, ações e das atividades desenvolvidas pelos governos, objetivando assegurar determinados direitos de cidadania, seja através da participação direta ou indireta, de entes públicos ou privados, para atender um determinado nicho social, cultural, étnico ou econômico.

Os eixos das políticas públicas, da cidadania e inclusão digital convergem para o ponto onde se constata que, em tempos atuais, ainda existem milhares de brasileiros que não têm acesso à internet, alargando a classe de excluídos digitais, que perdem oportunidades de trabalho, por não estarem usufruindo dos conteúdos culturais, e não participam de maneira efetiva e crítica da sociedade da informação.

Segundo estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2015, sobre políticas públicas de inclusão digital, as TIC proporcionam aos indivíduos oportunidades concretas para a melhoria da sua condição de vida: possibilitam usufruir das facilidades oferecidas pelo comércio eletrônico, dos serviços bancários, do acesso aos programas de governo ligados à saúde, educação e segurança pública. As redes digitais permitem uma maior interação com seus pares e um certo fomento ao associativismo, ao cooperativismo e ao empreendedorismo; além da maior participação comunitária e política (TCU, 2015).

Ao estabelecer vínculos entre aspectos relativos ao exercício da cidadania, o desenvolvimento de programas de governo tem como princípio a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos, com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais. O próprio governo eletrônico atua por meio da inclusão digital, para que o cidadão exerça a sua participação política na sociedade do conhecimento (TCU, 2015).

Ainda de acordo com o relatório, as TIC se caracterizam, ao mesmo tempo, como uma oportunidade e risco ao equilíbrio social, pois pode conduzir tanto para a redução da desigualdade de renda entre as classes e a melhoria da qualidade de vida, pela equidade de oportunidades, como a perpetuação da desigualdade, pelo surgimento de uma classe excluída digitalmente (TCU, 2015).

O relatório ainda propõe, com base em estudos acadêmicos, um modelo para o funcionamento da política pública de inclusão digital, pautado em três pilares, que visam garantir a sua efetividade: 1º A alfabetização do indivíduo para o uso das TIC; 2º A infraestrutura que garanta a disponibilidade de acesso; e 3º Conteúdos adequados às necessidades dos usuários (TCU, 2015).

Além desses pilares acima citados, caberia aos gestores das políticas públicas garantir aos cidadãos o acesso e a infraestrutura, o desenvolvimento de habilidades e competências para compreensão do potencial das TIC, a motivação do indivíduo quanto à alfabetização digital e, por último, e não menos importante, o estabelecimento da confiança da informação, com relação à violação de dados e informações, questões psicológicas e capacidade individual de aprendizagem.

Embasando o relatório do TCU, Teixeira, Pereira e Tretins (2013), ao tratarem da inclusão digital, no contexto das políticas públicas, ressaltam que a educação é o tema destaque frente aos desafios enfrentados. O ponto é possibilitar o acesso fundamental para que cada cidadão possa fazer parte dos processos decisórios do mundo contemporâneo, ao tempo que goze de possibilidades de acesso a bens culturais que potencializem seu desenvolvimento enquanto ser humano integral.

As iniciativas nessa área visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos.

Se é certo que a informação e a comunicação são pré-requisitos do conhecimento, assim como o exercício da cidadania, e que a tecnologia digital veio favorecer a democratização do acesso à informação e comunicação, também o é que, por outro lado, toda tecnologia carrega consigo um contraponto significativo em termos de elementos potencializadores de algum tipo de debilitação do ser humano. (BECKER, 2009, p.11).

Concluindo o que foi exposto, o desafio é lançar políticas claras e estruturadas essenciais para o avanço da inclusão digital no Brasil. Políticas dirigidas, estrategicamente, para os diversos segmentos da sociedade, de modo a atender suas expectativas. Planejamento e efetividade que envolvam tanto a iniciativa pública quanto a privada e que capacitem a população para as necessidades do cidadão moderno.

3.4 CIDADES DIGITAIS: A CIDADE A SERVIÇO DO CIDADÃO

Cidade Digital, em uma visão mais ampla, pode ser definida como uma forma de gerir a cidade por meio das tecnologias. Pode estar relacionada aos projetos do governo ou da sociedade civil, e pode apresentar, como produto, a criação de uma identidade *web*, como portais de informações e comunidades de representação política (LEMOS, 2007).

Outro aspecto, contemplado pelo conceito de Cidade Digital, volta-se para a criação de infraestruturas, serviços e acesso gratuito de novas tecnologias em áreas urbanas, como o *wi-fi* gratuito em lugares públicos. Mas ainda há outra aplicação do conceito que se refere às modelagens de Sistemas de Informação Espacial que simulam ambientes urbanos e ajudam no planejamento das cidades. Uma outra funcionalidade diz respeito às comunidades virtuais, como fóruns e *chats*, que visam a organização do acesso e disseminação de informações (LEMOS, 2007).

O conceito de “Cidades Digitais” foi instituído com a finalidade de estabelecer uma inter-relação entre a dinâmica das cidades e as novas tecnologias de comunicação e informação. Dentre as categorias que fazem parte desta relação, encontra-se a inclusão digital, infraestrutura de redes sem fio, governo eletrônico (portais e conteúdo informacional) (LEMOS, 2007).

O projeto de Cidades Digitais pretende gerar benefícios para a gestão econômica dos municípios. O objetivo direto e em curto prazo de uma cidade digital é prover economia com relação aos custos de transporte de dados e comunicação na governança pública. Além disso, pode-se destacar fatores econômicos indiretos, como: (i) aumento na eficiência da Gestão Pública; (ii) incentivo e fortalecimento da economia digital; (iii) infraestrutura de comunicação adequada para implantação de negócios de grande porte (LEMOS, 2007).

Todos esses fatores, aliados à percepção de melhoria pela população, têm a capacidade de promover mudanças radicais na sociedade, principalmente no que diz respeito ao exercício da cidadania e assim justificam a relevância do programa.

As grandes cidades sofrem graves consequências em função da grande velocidade da urbanização de forma pouco planejada. O crescente desequilíbrio é inevitável, principalmente quanto às necessidades da população e a capacidade da gestão pública de promover um desenvolvimento ordenado e sustentável nos centros urbanos.

Para a viabilização do projeto “Cidades Digitais”, é imprescindível a visão sistêmica e integrada da cidade e cabe, ao gestor público, o grande desafio de proporcionar serviços com qualidade, uma administração eficiente e transparente dos recursos e o fomento da cidadania, incentivando a população a participar dos mecanismos de gestão (LEMOS, 2007).

As “Cidades Digitais” são resultados dos impactos das tecnologias digitais nos espaços urbanos, nas cidades contemporâneas. Lemos (2007) explica o termo Cibercidades (*ciber city, digital city, digital village*) analisando quatro categorias: a primeira como projetos governamentais (privados e/ou da sociedade civil), que criam uma representatividade na *web* de uma determinada cidade; outra possibilidade é entender a *cibercidade* como implantação de infraestrutura (serviços e acesso em uma determinada área urbana); a terceira serviria à simulação de espaços urbanos para auxiliar no planejamento; e a quarta tem por objetivo criar cidades *não reais* para a criação de *sites* de comunidades virtuais, que utilizam a metáfora de uma cidade para a organização do acesso e da navegação pelas informações.

Em todas as acepções do termo, fica evidente que por *cibercidade* devemos compreender uma forte relação entre as cidades e as novas tecnologias de informação e comunicação. De forma genérica, e transcendendo a tipologia apresentada, *cibercidades* seriam cidades para as quais as infraestruturas já são uma realidade. Nesse sentido, todas as grandes metrópoles contemporâneas são *cibercidades*. Trata-se de um conceito que visa colocar o acento nas novas tecnologias de informação e comunicação em interface com o espaço urbano, seja para promover vínculo social, inclusão digital, informações aos cidadãos, produção de dados para gestão do espaço, aquecimento das atividades políticas, culturais e econômicas. A *cibercidade* é a cidade da cibercultura. (LEMOS, 2007, p. 10).

Lemos (2007) refere-se à *cibercidade* como a cidade mundial, considerada como cidades da informação, cidades transacionais, centros de trocas de informações digitais na economia mundial, cidades globais. Ainda para o autor, esta revolução é uma das mais fundamentais mudanças no desenvolvimento das redes urbanas, desde o começo do século passado.

O resultado é o movimento em direção ao gerenciamento em tempo real e ao desenvolvimento das redes de infraestrutura *hiperconectadas*. Atualmente, as tecnologias sem fio têm causado novas transformações na mobilidade urbana e, conseqüentemente, novos desenhos das *cibercidades*. (LEMOS, 2007, p. 11).

O programa Cidade Digital, sob a coordenação do Ministério Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, consiste na implantação de uma rede municipal de telecomunicações multimídia, que permite o tráfego de informações – dados e voz (VOIP) entre as unidades da Administração Municipal, interligadas por uma rede de fibra óptica. Além disso, estabelece uma malha pública de acesso à rede mundial de computadores, através de estações rádio bases *wi-fi*⁵ responsáveis pela transmissão do sinal de Internet para a população em locais públicos. Esse programa e suas ações são gerenciados por secretarias vinculadas às prefeituras municipais.

Projeto da Rede Cidade Digital (RCD) articula regionalmente ações de comunicação e educação não-formal com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Planejada no princípio de rede, ou seja, com ênfase na igualdade dos membros constituintes e no fácil fluxo informacional, têm como público: gestores municipais, desenvolvedores de solução e gestores de instituições de fomento ao desenvolvimento sustentável. Os membros das Redes Regionais de Cidades Digitais compartilham o conhecimento entre si, no intuito de difundir as soluções dos desafios identificados na metodologia desenvolvida pela RCD. (REDES REGIONAIS DE CIDADES DIGITAIS; 2013, p. 01).

O termo “Cidades Digitais” também passou a ser propagado por pequenos municípios que implantaram, com recursos próprios, sistemas para distribuição gratuita do sinal da internet (BRASIL, 2017).

Dentre os objetivos do programa, destaca-se a necessidade de modernização da gestão pública, através da ampliação do acesso aos serviços oferecidos à sociedade, pelo meio das tecnologias da informação e comunicação, promovendo o desenvolvimento dos municípios brasileiros por meio da tecnologia. Para isso, atua nas seguintes frentes:

- Construção de redes de fibra óptica que interligam os órgãos públicos locais;
- Disponibilização de aplicativos de governo eletrônico para as prefeituras;
- Capacitação de servidores municipais para uso e gestão da rede;
- Oferta de pontos de acesso à internet para uso livre e gratuito em espaços públicos de grande circulação, como praças, parques e rodoviárias (BRASIL, 2017).

⁵ *Wi-Fi* é uma abreviação de “Wireless Fidelity”, que significa fidelidade sem fio, em português. *Wi-fi*, ou *wireless* é uma tecnologia de comunicação que não faz uso de cabos, e geralmente é transmitida através de frequências de rádio, infravermelhos etc.

Em 2013, o "Cidades Digitais" foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que selecionou 262 municípios com população de até 50 mil habitantes para serem contempladas. Mas somente a partir de 2016, o programa foi reestruturado, de forma que seu financiamento ocorreu somente com recursos de emendas parlamentares (BRASIL, 2017).

Para a implementação do programa "Cidade Digital", alguns pré-requisitos são imprescindíveis, destacando-se os investimentos em infraestrutura de redes. Independente do modelo tecnológico adotado, a infraestrutura necessita ser corretamente dimensionada para o fluxo de dados, mas prevendo o rápido aumento do fluxo futuro (BRASIL, 2017).

Inicialmente, foi sugerida a implantação de equipamentos de infraestrutura que pudessem interligar os diversos órgãos da administração municipal, tendo em vista a economia com telecomunicações e por representar a base para a implantação de aplicativos de gestão e atendimento ao cidadão (BRASIL, 2017).

Partindo-se da premissa que a informação é um direito básico e que a comunicação entre governo e sociedade é imprescindível, a comunicação efetiva entre a população e os diversos atores sociais (Estado, Instituições e outros cidadãos) vai se constituindo na formação de uma cultura digital.

Cabe aos gestores públicos garantir a comunicação, oferecer a infraestrutura necessária e promover ações de democratização ao acesso a este modelo digital de agir em sociedade. Ações que garantam a efetividade comunicacional, que vão para além de comunicar, mas educar e induzir o desenvolvimento local. Estas demandas, comunicação, educação e inclusão, são a tríade basilar capaz de promover uma nova dinâmica social, de participação popular e desenvolvimento, fomentando a inserção de novos empreendedores na esfera virtual (BRASIL, 2017).

No entanto, a flexibilização dos projetos é mandatória, pois não há um padrão a ser utilizado para todas as cidades, apenas diretrizes com o objetivo de facilitar a construção de um ecossistema de inovação para fomentar o desenvolvimento.

O ideal para uma "Cidade Digital" é, ao iniciar a implantação de seus programas, antes de tudo, pensar em pavimentar seu caminho com o objetivo maior de que, através das TIC, possa proporcionar melhorias concretas na gestão pública e na vida das pessoas (BRASIL, 2017).

O modelo aplicado deverá considerar a realidade local para que o projeto obtenha êxito. Essa é a chave do sucesso. A partir desta comprovação, pensar nas

soluções mais adequadas para os problemas atuais e para o futuro pode representar a diferença entre o fracasso e o sucesso deste investimento (BRASIL, 2017).

Na atualidade, o Projeto “Cidades Digitais” evoluiu e se ampliou, constituindo-se no projeto “Cidades Inteligentes”. Trata-se de cidades mais inteligentes, avaliando aspectos como a integração entre mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança em mais de 500 cidades brasileiras, usando 70 indicadores. “Cidades Inteligentes” trazem na sua significação uma cidade criativa e sustentável, que faz uso da tecnologia em seu processo de planejamento com a participação dos cidadãos (FGV PROJETOS, 2015).

Segundo a união Europeia, Smart Cities são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade. De acordo com o Cities in Motion Index, do IESE Business School na Espanha, 10 dimensões indicam o nível de inteligência de uma cidade: governança, administração pública, planejamento urbano, tecnologia, o meio-ambiente, conexões internacionais, coesão social, capital humano e a economia. (FGV PROJETOS, 2015, p. 01).

Ainda segundo o *site* da FGV Projetos (2015), apesar de ser um conceito relativamente recente, o conceito de *Smart Cities*⁶ já se consolidou como assunto fundamental na discussão sobre o desenvolvimento sustentável e movimenta um mercado global de soluções tecnológicas, que é estimado a chegar em US\$ 408 bilhões até 2020. Atualmente, cidades de países emergentes estão investindo bilhões de dólares em produtos e serviços inteligentes para sustentar o crescimento econômico e as demandas materiais da nova classe média. Ao mesmo tempo, países desenvolvidos precisam aprimorar a infraestrutura urbana existente para permanecer competitivos. Na busca por soluções para esse desafio, mais da metade das cidades europeias acima de 100.000 habitantes já possuem ou estão implementando iniciativas para se tornarem de fato *Smart Cities*.

⁶ *Smart Cities* ou cidades inteligentes são centros urbanos planejados com processos eficientes e projetados para beneficiarem os locais em que são aplicados e melhorarem a qualidade de vida de seus moradores.

3.4.1 O Programa Cidades Digitais e a sua Distribuição no Brasil e no Estado da Bahia

O programa Cidades Digitais, iniciou-se no Brasil em 2012, quando o Ministério das Comunicações abriu a primeira seleção para o projeto-piloto do programa, em que 80 municípios foram contemplados. No primeiro momento, deu-se a implantação de infraestrutura nessas primeiras localidades e, em 2014, a fase de implantação foi concluída. A segunda fase do programa beneficia uma população total de 6,2 milhões de pessoas em 262 cidades e o programa faz parte das ações do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento – criado em 27 de janeiro de 2007, através do decreto no. 6.025 (BRASIL, 2017).

As cidades que receberam o programa foram indicadas por meio de sistematização de dados de municípios que possuem políticas públicas de inclusão digital, tendo como base a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações de veículos oficiais de comunicação das prefeituras e governos estaduais.

Os critérios para a indicação de cidade digital partem do princípio de que estes municípios atendam, no mínimo: o fornecimento de sinal de internet (*Wi-Fi*) gratuito para os cidadãos, em sua totalidade ou em determinada área; e/ou, disponibilidade de ferramentas e infraestrutura de governo eletrônico (*E-gov*), como serviços de atendimento via *web* ou ligação de órgãos e prédios públicos por meio de cabeamento óptico (BRASIL, 2017).

A seguir, o *ranking* das Cidade Inteligentes do Brasil, no período 2016/2017 e o *ranking* dos Municípios Inteligentes da Região Nordeste do Brasil em 2017 (ver figuras 4 e 5).

Figura 4 - Ranking das Cidade Inteligentes do Brasil - 2017

Posição		Município (UF)	Pontos
2017	2016		
1º	1º	São Paulo (SP)	33,197
2º	3º	Curitiba (PR)	32,472
3º	2º	Rio de Janeiro (RJ)	32,125
4º	5º	Belo Horizonte (MG)	30,785
5º	6º	Vitória (ES)	30,426
6º	7º	Florianópolis (SC)	30,281
7º	4º	Brasília (DF)	29,987
8º	10º	Campinas (SP)	29,788
9º	13º	São Caetano do Sul (SP)	29,418
10º	9º	Recife (PE)	29,339

Fonte: Encontro Regional Nordeste do *Connected Smart Cities* (2018).

Figura 5 - Ranking dos Municípios Inteligentes da Região Nordeste do Brasil – 2017

Connected Smart Cities		
MUNICÍPIO (UF)	GERAL	REGIÃO Nordeste
Recife (PE)	10º	1º
Salvador (BA)	17º	2º
Fortaleza (CE)	29º	3º
Teresina (PI)	46º	4º
João Pessoa (PB)	47º	5º
Natal (RN)	71º	6º
Aracaju (SE)	94º	7º
Campina Grande (PB)	97º	8º
Mossoró (RN)	-	9º
Lauro de Freitas (BA)	-	10º

Fonte: Encontro Regional Nordeste do *Connected Smart Cities* (2018).

O Projeto de Cidades Digitais no estado da Bahia tem como principal objetivo tornar disponível, em uma primeira etapa, a 51 cidades, infraestrutura de rede de alta velocidade que atenda aos governos estadual e municipal, com o propósito de tornar mais eficientes os serviços oferecidos à população, além de criar condições para o

controle público das administrações, permitindo o acompanhamento das atividades dos governos, com a instalação de pontos de acesso público (REDE CIDADE DIGITAL, 2014).

Considerando-se que a massificação da banda larga é o sistema nervoso da economia atual, o amplo acesso à rede de comunicação de alta velocidade é visto, atualmente, como essencial ao desenvolvimento econômico do País e de suas regiões. O acesso universalizado, assim como, a apropriação social do uso das novas tecnologias de informação e comunicação tornaram-se tão importantes quanto a educação e a saúde pública. Por isso, requerem políticas públicas integradas para sua plena realização (REDE CIDADE DIGITAL, 2014).

De acordo como o *síte* Rede Cidade Digital (2014), a Bahia era o estado mais populoso da Região Nordeste e o primeiro a ser mapeado pela equipe da Rede Cidade Digital, apresentando mais de 50 cidades digitais.

Assim, ao promover este Projeto, o Governo do Estado alinha-se ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e ao seu objetivo de massificar, até 2014, a oferta de acessos a banda larga, fomentando o crescimento da infraestrutura de telecomunicações do País. Concomitantemente, este Projeto complementa a iniciativa do Estado de construir uma estrutura centralizada, capacitada para prover a Bahia com uma infraestrutura de dados de alta velocidade (REDE CIDADE DIGITAL, 2014).

Para isso, estabeleceu-se o percurso metodológico da pesquisa, que se propôs a analisar como o Programa Cidades Digitais, ao disponibilizar o acesso gratuito à população, num espaço público, pode estar contribuindo para o exercício da cidadania no município de Lauro de Freitas.

4 OPÇÃO METODOLÓGICA

Este capítulo procura esclarecer a base metodológica que deu suporte a este estudo de natureza qualitativa. Para sua construção, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, documental e à pesquisa de campo. A opção metodológica permitiu identificar e avaliar dados que não podiam ser mensurados numericamente, como, a exemplo, a observação e análise de sentimentos, percepções, intenções e comportamentos.

O conhecimento é o resultado das relações humanas com a natureza e com os seus semelhantes, em busca da apreensão de determinadas realidades. Trata-se de um processo estritamente humano. Quando científico, o conhecimento é sistemático, se origina do desejo de investigar, e de se chegar à verdade através de operações mentais e de técnicas para verificação.

A pesquisa é o instrumento utilizado na busca e sistematização de informações para construção de novos conhecimentos. O propósito é a averiguação das informações disponíveis sobre um tema de pesquisa a fim de se gerar uma nova informação que é agregada como conhecimento sobre ele.

A pesquisa social atua no campo da realidade. Gil (2008, p.26) trata a “realidade social no sentido amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com os outros homens e instituições sociais”.

O método científico pode ser definido também como procedimentos intelectuais e técnicos para atingir o conhecimento, isto é, ele é o caminho para se alcançar um determinado objetivo (GIL, 2008).

Os procedimentos intelectuais e técnicos para atingir o conhecimento, isto é, o caminho para se alcançar um determinado objetivo, se configura no método científico (GIL, 2008).

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definir metodologicamente a forma como seria conduzida a pesquisa, foram considerados algumas particularidades sobre o método qualitativo e a sua relação ao tema pesquisado.

Lakatos e Marconi (1996) explicam que a abordagem qualitativa tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a

complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa está nos processos e nos significados.

Sendo a abordagem qualitativa, os resultados obtidos são diferentes daqueles mostrados por outros métodos, uma vez que, neste tipo de pesquisa, não são apresentados recursos estatísticos. Os dados coletados não são tabulados para obtenção de resultado e sim apresentados através de relatórios que enfocam os pontos de vista dos entrevistados (LAKATOS; MARCONI, 1996).

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa: o sujeito observador é a parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (CHIZZOTTI, 2010, p.79).

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se ocupando, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e das atitudes.

Os objetivos da pesquisa científica esclarecem a sua estrutura e contornos, descrevendo as intenções propostas pelo pesquisador e as possibilidades de obtenção de resultados mediante o trabalho realizado. Os objetivos propostos nesse estudo a caracterizam como exploratória, uma vez que, segundo Gil (2008), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

4.2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS

A construção da pesquisa envolve o conjunto das normas básicas que devem ser seguidas para a produção de conhecimentos, dentro do rigor da ciência. Ela deve ser sistematizada, com etapas definidas e delimitadas, que serão utilizadas na comprovação de um determinado conteúdo. O método organiza, estrutura a busca por respostas às questões levantadas e constitui-se no caminho trilhado para a

formulação de respostas para a pesquisa científica. Minayo (1994) diz que eles são os parâmetros que encaminham a produção de um conhecimento e que acrescentam algo ao acervo das descobertas de nossa área.

Para esta pesquisa, utilizou-se do método do estudo de caso, por se tratar de um procedimento mais adequado, que admite intensificar a compreensão e um melhor planejamento da intervenção, destacando as possibilidades de integração através de diferentes técnicas e campos do conhecimento.

Como delineamento de pesquisa, o estudo de caso, assim como o experimento e o levantamento, indica princípios e regras a serem observados ao longo de todo o processo de investigação. Mesmo sem apresentar rigidez dos experimentos e levantamentos, os estudos de caso envolvem etapas de formulação e delimitação do problema, da seleção da amostra, da determinação dos procedimentos para coleta e análise de dados, bem como modelos para a sua interpretação. (GIL, 2009, p. 5).

Com base nos trabalhos de Yin e Stake, Gil (2002) elaborou um conjunto de etapas para as pesquisas que elegeram esse método.

Para a elaboração desse estudo, procurou-se seguir as recomendações acima, sendo assim, a primeira etapa contemplou a questão problema, que procurou compreender, dentro da conjuntura da política pública Cidades Digitais, de que forma esse programa, através do acesso gratuito à internet na praça matriz de Lauro de Freitas, poderia estar contribuindo para o exercício da cidadania dos seus munícipes e o desenvolvimento local, no período de 2012 a 2017.

A segunda etapa solicitou a definição da unidade-caso, definida por Gil (2002 p. 138) como “o ponto de vista espacial ou temporal”. A delimitação utilizada para unidade caso desse estudo foi o município de Lauro de Freitas, mais precisamente, sua praça matriz, por se tratar do recorte espacial onde houve a disponibilização do acesso gratuito à internet através do programa Cidades Digitais.

A terceira etapa solicita a determinação de número de casos. Nesta perspectiva, o estudo abarcou um caso único uma vez que, no período em que a pesquisa aconteceu, não havia outros espaços públicos prestando esse serviço no município.

A quarta etapa, elaboração do protocolo, se constituiu não só nos instrumentos de coleta de dados, mas também na conduta para a sua aplicação. Este protocolo inclui as seguintes seções: “a) visão global do projeto; b) procedimentos de campo; c)

determinação das questões; e d) guia para elaboração do relatório” (YIN, 2001, p. 89 *apud* GIL, 2002, p. 140).

Para a coleta de dados, foram utilizadas duas técnicas: a observação participante e entrevistas não estruturadas com os gestores.

A observação participante, segundo Minayo (1994, p. 64), devido à sua importância para a pesquisa qualitativa, “não se trata apenas de uma estratégia, no conjunto de investigações, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade”. O autor ainda a define como um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.

Para Gil (2009), a observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O pesquisador assume, pelo menos até um certo ponto, o papel de membro do grupo.

Quanto à entrevista não estruturada, utilizada na pesquisa de campo, concedeu ao pesquisador autonomia para realizar as perguntas desejadas, de acordo com cada situação. Esse é um modelo muito mais flexível de entrevista, caracterizando-se pela liberdade dada ao entrevistador, utilizado nas conversas realizadas com os gestores do município.

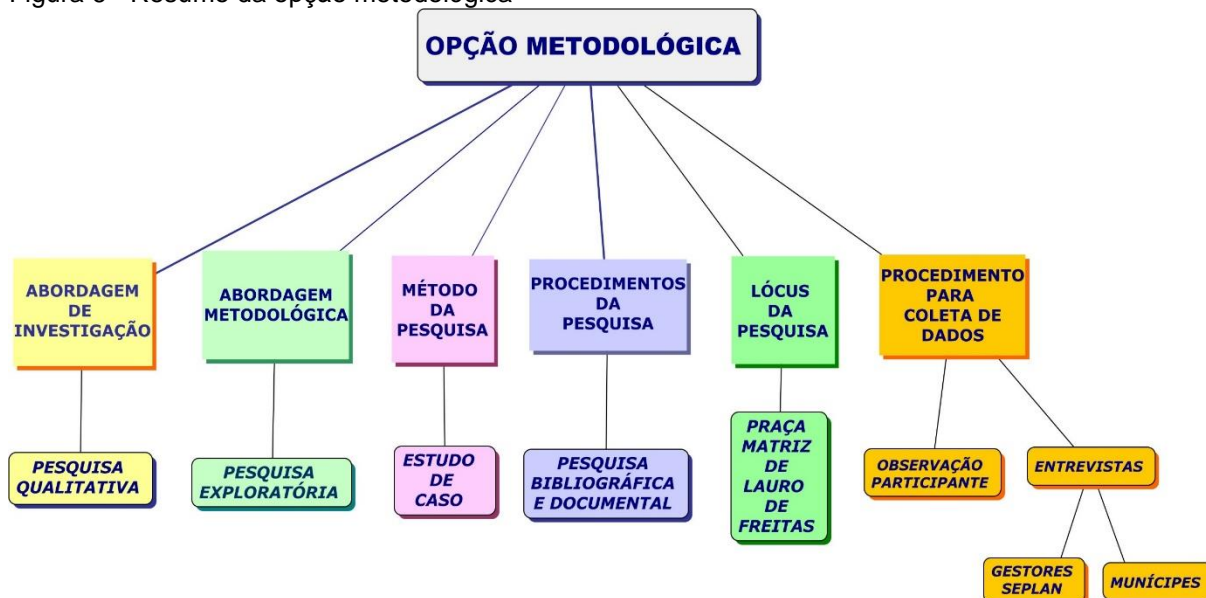
Para Mattos (2005) em seu artigo “A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões, para sua análise”, há certo consenso — e aqui se parte desse pressuposto — de que elas servem a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de conceitos, o esclarecimento de situações, atitudes e comportamentos, ou o enriquecimento do significado humano deles. Isso tem extensões poderosas na geração de teorias e decisões práticas, e não se confunde com outro tipo de utilidade, a generalização indutiva, propiciada pela estatística.

A quinta etapa, destinada à análise e interpretação dos dados, é de fundamental à preservação da totalidade da unidade, a fim de evitar a falsa sensação de certeza. Cabe, ao pesquisador, elaborar um quadro de referência teórico, com vista a evitar especulações no momento da análise.

A sexta e última etapa aborda a redação do relatório. Considerando que o estudo de caso é um método mais flexível que os demais, o relatório pode apresentar um menor grau de formalidade e ainda, quando se trata de um único caso,

tradicionalmente, são elaborados sob a forma dissertativa. A seguir, um resumo da opção metodológica que será utilizada (ver figura 15).

Figura 6 - Resumo da opção metodológica



Fonte: Acervo pessoal da autora desta dissertação (2018).

O desenvolvimento da pesquisa requer também procedimentos técnicos como a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2002, p. 45), a pesquisa bibliográfica “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos e a cobertura de estudos históricos”. Já na pesquisa documental, a diferença reside nas fontes, pois, enquanto a bibliográfica faz a contribuição dos diversos livros e artigos, a documental vale-se de materiais sem o crivo analítico, que podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa.

Utilizou-se o conceito de ecologia humana, no qual diz respeito ao comportamento humano, para fazer o estudo local. Assim, observou-se a posição dos indivíduos no meio social urbano e a abordagem ecológica, que questionou em que medida o habitat social, ou seja, o espaço físico e as relações sociais, podem determinar ou influenciar o modo e o estilo de vida dos indivíduos (CANCIAN, 2011).

A praça matriz de Lauro de Freitas configurou-se como um precioso e particular espaço de conhecimento, semelhante a um laboratório, no qual a todo momento se testam e se constroem hipóteses. Nesse espaço, lócus da pesquisa, confrontaram-se teoria e realidade, hipóteses e soluções, no embate cotidiano de superação de dificuldades e buscas por melhores condições de vida.

A partir da necessidade de obter dados dentro de um contexto, a observação desempenha um papel imprescindível para a coleta, então optou-se por realizar, como procedimentos metodológicos, a observação simples e participante.

A observação simples, segundo Gil (2008, p.101), é “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o qual confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos.

Ainda segundo Gil (2008), alguns itens devem ser considerados pelos pesquisadores:

- a) Os sujeitos (Quem são? Quantos são? Suas idades? Como se vestem? Que movimentos expressam?);
- b) O cenário (Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local? Como as pessoas se relacionam? Com que sistema social pode ser identificado?);
- c) O Comportamento social (O que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo fazem? Que linguagem utilizam?).

Gil (2008) ainda ressalta que o pesquisador seja dotado de conhecimentos prévios acerca da cultura do grupo que pretende observar.

A observação participante possibilitou obter uma visão holística do problema investigado. O nível e o tipo de interação entre pesquisador e pesquisado, seu comportamento e as relações que ele desenvolve com o grupo estudado vão determinar a qualidade das informações obtidas.

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação do real conhecimento na vida da comunidade, do grupo de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p. 103).

Para Minayo (1994), a filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro.

Chizzoti (2010) complementa, quando diz que a observação participante exige cuidados e um registro adequado para garantir a viabilidade e a pertinência dos dados. Para eliminar impressões meramente emotivas, deformações subjetivas e interpretações fluidas, sem dados comprobatórios.

Atendendo aos protocolos requeridos pelo estudo de caso, e de acordo com a natureza do objeto estudado, a pesquisa requereu uma vivência direta e observação, *in loco*, na praça matriz do município de Lauro de Freitas, no período compreendido de dezembro de 2016 a dezembro de 2017. A próxima seção pretende descrever a parte empírica: o processo de coleta, análise e interpretação das observações realizadas.

5 LAURO DE FREITAS: UMA CIDADE DIGITAL

A história de Lauro de Freitas, conforme descrito pela Prefeitura Municipal, se inicia no século XVI, quando Garcia D'Ávila⁷ recebeu, de Tomé de Sousa (1552), lotes de terra no litoral baiano até o estado do Maranhão. Ali foi instalada uma missão jesuíta que deu origem à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, em 1758, com apoio da família D'Ávila, proprietária da Casa da Torre⁸. A região era habitada por indígenas do Morro dos Pirambás e sua proximidade com o mar favorecia o escoamento da produção agrícola, por isso se instalaram na região os engenhos de açúcar e, com eles, os negros que influenciaram fortemente a cultura local. Ainda hoje, se pode encontrar descendentes de famílias escravas com muitos costumes afros, principalmente praticantes do candomblé e colônias de pescadores (LFNEWS, 2016).

No século XVII, a história da cidade é marcada por um surto de cólera, que dizimou parcela considerável da população da região, e pela construção da igreja matriz de Santo Amaro de Ipitanga, erguida na parte mais alta da cidade e que se constituiu na construção mais representativa desse período colonial no Brasil (LFNEWS, 2016).

Originalmente, Lauro de Freitas pertencia a Salvador, até que em 1880 passou a distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932, retornou a Salvador, até que, em 31 de julho de 1962, foi transformado em município. Onze anos depois passou a integrar a Região Metropolitana de Salvador (LFNEWS, 2016).

Em 2016, houve uma reestruturação do município, baseada na Lei Municipal nº 1.596, de 19 de novembro de 2015, apresentando uma nova configuração dos bairros. Dessa forma, o município passou a ter 19 bairros e 1.510 logradouros: Ipitanga, Vila Praiana, Vilas do Atlântico, Aracuí, Pitangueiras, Buraquinho, Centro, Recreio Ipitanga, Itinga, Portão, Caixa D'Água, Caji, Vida Nova, Quingoma, Parque São Paulo, Capelão, Jambeiro, Areia Branca e Barro Duro são oficialmente os bairros resultantes dessa nova configuração (ver figuras 7, 8 e 9) (JORNAL A TARDE, 2016).

⁷ Foi um administrador colonial português, fundador do que se tornaria o maior latifúndio do mundo, sediado na Casa da Torre, Praia do Forte, que atingiu um total de 800 mil km² de área, em sua maior parte não cultivados (JORNAL A TARDE, 2016).

⁸ É uma construção histórica localizada na praia do Forte, no município de Mata de São João, no estado da Bahia, no Brasil. Erguida sobre uma elevação, foi, originalmente, denominada por seu proprietário como Torre Singela de São Pedro (JORNAL A TARDE, 2016).

Figura 7 - Visão Panorâmica do Município de Lauro de Freitas



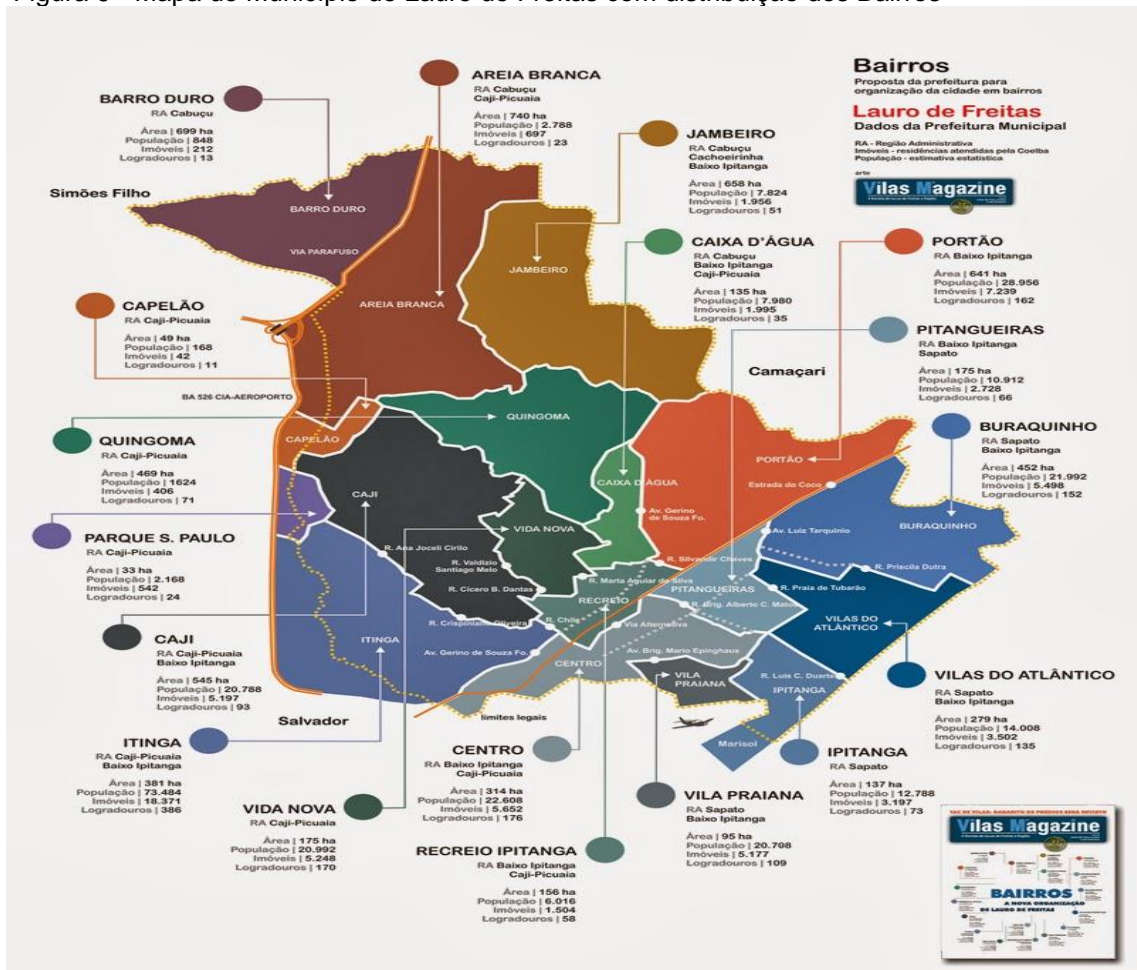
Fonte: Jornal A Tarde (2016).

Figura 8 - Mapa de Localização do Município de Lauro de Freitas



Fonte: Google Maps (2016).

Figura 9 - Mapa do Município de Lauro de Freitas com distribuição dos Bairros



Fonte: Vilas Magazine (2014).

O bairro Areia Branca é o mais distante, a 30 km do centro e ainda preserva bastante costumes rurais. Caji e Jambeiro são áreas rurais, apesar do Caji já possuir empreendimentos na margem da Estrada do Coco (MFRURAL, 2010).

Portão é o segundo maior em população e está separado pela Estrada do Coco de Vilas do Atlântico, que originalmente foi um condomínio de luxo, construído para abrigar a classe média que pretendia fugir da agitação de Salvador. Vida Nova vem se destacando pelo rápido crescimento e também pelas empresas que se instalaram no local, sobretudo as que fazem parte do chamado Polo de Brinquedos (Acalanto, BabyBrink e outras), e também com os investimentos em conjuntos habitacionais com o apoio da Caixa Econômica e dos Governos Federal e Estadual, juntamente com a

prefeitura. O Jardim do Jockey⁹ é um bairro de classe alta e, como é o mais próximo do centro, está praticamente incorporado ao mesmo, situando-se à margem do Rio Ipitanga (MFRURAL, 2010).

Nos últimos anos, o crescimento exponencial da região, nos mais diversos setores, exibiu um quadro de valorização e de expansão urbana. Formou-se um mercado diversificado, e um dos maiores polos de desenvolvimentos regional, inclusive na educação, por conta da instalação de faculdades, muitos empreendimentos imobiliários eclodiram, implantação de indústrias e serviços, turismo e lazer, em virtude dos seus sete quilômetros de praia, constituindo-se uma das cidades baianas que mais se desenvolveu (MFRURAL, 2010).

O município apresenta uma série de atributos que o qualificam como o segundo lugar mais procurado para morar. Além de ser acesso para as principais praias do litoral norte baiano, a proximidade com a capital e com as principais indústrias localizadas nas cidades de Camaçari e Simões Filho potencializaram sua expansão. Lauro de Freitas é uma cidade aprazível, com um litoral convidativo e possui uma infraestrutura de serviços em desenvolvimento (MFRURAL, 2010).

O fato de o município atrair, cada vez mais, grandes empresas, colégios, faculdades, *shoppings*, supermercados e uma variedade de serviços dão, ao município, o título de segunda localidade mais desejada pela classe média. Se antes era tida como opção de veraneio, hoje tem a preferência para a moradia (MFRURAL, 2010).

Além do crescimento populacional, a expansão imobiliária resulta, dentre outras coisas, na atração de novos investimentos e na geração de empregos, aquecendo, dessa forma, a economia local e do Estado (MFRURAL, 2010).

O município também é marcado por uma forte divisão social: de um lado, pessoas com alto poder aquisitivo, geralmente trabalham e estudam em Salvador, ou na região metropolitana, e utilizam a cidade como dormitório e/ou lugar de descanso nos fins de semana, por conta das suas belas praias. De outro lado, pessoas com baixo poder aquisitivo, na sua grande maioria, trabalham no comércio local ou como empregados domésticos ou de serviços gerais, nos muitos condomínios que se encontram na região, ou deslocam-se para trabalhar em Salvador (MFRURAL, 2010).

⁹ Bairro do município de Lauro de Freitas, o nome vem devido a região abrigar o Jockey Clube da Bahia. É um bairro de classe alta, que é vigiado 24 horas por dia por segurança especial que faz a ronda do bairro (MFRURAL, 2010).

De acordo com o IBGE Cidades (2015), o salário médio mensal do município era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 76,3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 136º, do total de 417 municípios baianos. Em comparação com as cidades do país, ocupava a posição 3.020º de um total de 5570 municípios. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35% da população nessas condições, o que o colocava na posição 415º de 417 dentre as cidades do estado e na posição 3.462º de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Com relação à educação, ainda segundo o IBGE, em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4,3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3,6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 198º de 417 municípios baianos. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 109º de 417. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97,2 em 2010. Isso posicionava o município na posição 227º de 417, dentre as cidades do estado, e na posição 3.382º de 5.570 dentre as cidades do Brasil (ver tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Panorama Geral sobre o Município de Lauro de Freitas

Código do Município:	2919207
Gentílico:	Lauro-freitense
Prefeito:	Moema Isabel Passos Gramacho
Área da unidade territorial	57,662 km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	24 estabelecimentos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,754
Matrícula - Ensino fundamental – 2012	26.685 matrículas
Matrícula - Ensino médio – 2012	6.287 matrículas
Número de unidades de ensino locais	8.358 unidades
Pessoal ocupado total	142.258 pessoas
PIB per capita a preços correntes – 2013	28.859,89 reais
População residente	163.449 pessoas
População residente – Homens	79.276 pessoas
População residente - Mulheres	84.173 pessoas
População residente alfabetizada	141.327 pessoas
População residente que frequentava creche ou escola	51.269 pessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana	3.435,73 reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Urbana	502,50 reais

Fonte: IBGE Cidades (2015).

Tabela 7 - Síntese das Principais Informações sobre o Município de Lauro de Freitas

POPULAÇÃO	
População estimada [2017]	197.636 pessoas
População no último censo - 2010	163.449 pessoas
Densidade demográfica - 2010	2.833,38 hab./km ²
TRABALHO E RENDIMENTO	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015]	1,8 salários mínimos
Pessoal ocupado [2015]	146.160 pessoas
População ocupada [2015]	76,3 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salários mínimos [2010]	35,5 %
EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade - 2010	97,2 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental - 2015	4,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	3,6
Matrículas no ensino fundamental [2015]	27.695 matrículas
Matrículas no ensino médio [2015]	7.618 matrículas

Fonte: IBGE Cidades (2015).

5.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO CIDADES DIGITAIS EM LAURO DE FREITAS

O empenho da Prefeitura de Lauro de Freitas em fortalecer a educação por meio das novas tecnologias foi o diferencial para que a cidade fosse contemplada com o Programa Cidades Digitais, do Ministério das Comunicações. O edital do Programa Cidades Digitais visava preferencialmente municípios com até 50 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, o oposto da realidade de Lauro de Freitas, conforme observou o superintendente municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Eugênio Badaró, na primeira gestão da prefeita Moema Gramacho¹⁰.

¹⁰ Moema Isabel Passos Gramacho, nascida em Salvador, no dia 4 de julho de 1958. Bióloga, química e política brasileira. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi vereadora de Salvador em 1997, suplente de deputado estadual entre 1995 e 1999 e efetivada em janeiro de 1997. Eleita deputada estadual em 1998, reeleita em 2002 e renunciou em 30 de dezembro de 2004. Exerceu o cargo de prefeita de Lauro de Freitas no período 2005-2012, tendo recebido diversos prêmios como prefeita empreendedora (pela criação do Programa Municipal de Aceleração do Trabalho, Emprego e Renda) e “melhor prefeita das Américas” pela Organização Brasil Américas. Em 2014, foi eleita deputada federal. Em 2016, é eleita novamente prefeita de Lauro de Freitas, com 52,34% dos votos válidos (DEOLHONEWS, 2017).

Com o firme propósito de acompanhar a implantação do Programa no município, inaugura-se a Superintendência Municipal da Ciência e Tecnologia (SUCTI) com o desafio de tornar Lauro de Freitas uma cidade digital. O que garantiu que o município fosse contemplado foi a existência de uma Superintendência voltada para tecnologia, que contava com o apoio efetivo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), do Sistema FIEB (SENAI, SESI E SESC), do Comitê da Rede REMESSA (Rede Metropolitana de Salvador), que está fortemente ligado à Rede Nacional de Pesquisa, e a própria Secretaria Estadual de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI). Foram estes aparelhos que viabilizaram a implantação do Programa e concederam, à prefeitura do município, o apoio técnico necessário.

A proposta do Programa Cidades Digitais em Lauro de Freitas, assim como nos demais municípios baianos contemplados: Guanambi, Itaberaba, Itabuna, Juazeiro, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Uruçuca e Vitória da Conquista, volta-se para a modernização da gestão pública municipal com conexão de rede entre os órgãos públicos. Além disso, disponibiliza aplicativos que vão melhorar o acesso da comunidade aos serviços de governo e pontos de acesso gratuito à internet.

Em 2011, a Superintendência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (SUCTI) iniciou o Projeto Educando em Rede Digital, que pretendia interligar todas as escolas, via rede *web*, e disponibilizar acesso gratuito à internet em cinco pontos públicos do município. Na primeira fase, foram 27 escolas contempladas com acesso à internet e com a implantação das “lousas interativas” realizadas com tecnologia própria, construídas a partir de materiais reciclados e de baixo custo (NOTA TÉCNICA Nº 001, 2018).

O programa Cidades Digitais pretendia garantir, tanto a Lauro de Freitas como a outros oito municípios baianos, a modernização da gestão pública municipal com conexão de rede entre os órgãos públicos. Assim como, disponibilizar aplicativos que vão melhorar o acesso da comunidade aos serviços de governo custo (NOTA TÉCNICA Nº 001, 2018).

Em julho de 2012, Lauro de Freitas se tornou uma cidade digital através do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Comunicações e o município. O projeto foi instituído por meio da Portaria Nº 376, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União, em 22 de agosto de 2011, sendo definidas as redes digitais

de comunicação nos municípios brasileiros, voltadas para a inclusão digital (NOTA TÉCNICA Nº 001, 2018).

A gestão seguinte do município, agora sob a administração do prefeito Márcio Paiva, dando continuidade ao Programa, divulgou, em 20/03/2014, na página oficial da internet da Prefeitura de Lauro de Freitas, em matéria sobre a implantação do programa Cidade Digitais, o nome do novo gestor da SUCTI, o Sr. João Paulo Moura, que afirma que o município recebeu equipamentos e materiais que serão utilizados para a modernização dos serviços oferecidos pelo poder público, dentro do Projeto Cidade Digital, do Ministério das Comunicações (BAHIAJÁ, 2014).

Em matéria publicada na página da internet do Jornal BahiaJá, se iniciava, em 2014, em Lauro de Freitas, a instalação de fibra ótica na cidade, sendo que, após a conclusão dos serviços, a população poderia contar, por exemplo, com acesso gratuito à internet nas praças da cidade (BAHIAJÁ, 2014).

Ainda de acordo com a mesma matéria, o programa “Cidade Digital” pretendia trazer outros benefícios relacionados à otimização dos serviços prestados pela prefeitura municipal, como, por exemplo, maior agilidade na tramitação de documentos, proporcionando mais comodidade ao cidadão lauro-freitense (BAHIAJÁ, 2014).

Foram implantados 17 km de fibra ótica (cabos responsáveis pelo tráfego de voz, vídeo e dados de alta velocidade e equipamentos: *racks*, *switchs* e conexões), que viabilizam o acesso à internet, a gestão da rede, dos sistemas de dados e das aplicações pertinentes. Sendo assim, Lauro de Freitas seguiu em direção ao desenvolvimento administrativo e tecnológico (NOTA TÉCNICA Nº 002, 2018).

Em 2015, dando continuidade ao Programa “Cidades Digitais”, o município recebeu outras iniciativas importantes como a “Internet na Praça”, que deveria oferecer, de imediato, o acesso gratuito à internet em três praças do município através do sistema *wi-fi*. Essa ação pretendia a inclusão digital dos munícipes ao atender aos moradores e visitantes do município que precisavam utilizar a internet.

Embora o programa Cidades Digitais contemplasse outros espaços públicos para disponibilizar o acesso à rede, como, a exemplo, as praças do Largo do Caranguejo em Itinga e do Chafariz no Cají, não houve a implementação nessas praças, ficando o acesso disponível somente na praça da matriz. Havia ainda um planejamento para estender o programa e entregar novos pontos de acesso nos bairros de Areia Branca, Jambeiro, fazendo parte do projeto “Verão da Gente”, nas

praias do município, o que não se verificou em função de falta de infraestrutura para o intento. De fato, a implantação do programa “Cidade Digital”, em Lauro de Freitas, iniciado em 2014, foi dado como “entregue” em dezembro de 2015, com a implantação e disponibilização da internet na praça matriz (ver figura 10) (BAHIAJÁ,2014).

Figura 10 - Fotos da Inauguração do Wifi na Praça Matriz Santo Amaro de Ipitanga



Fonte: Cidade Digital – Fotos disponibilizadas pela SUCTI de Lauro de Freitas, quando da implantação do Programa disponibilizando a internet gratuita na praça matriz (2015).

Sobre as características do serviço ofertado à população, é importante ressaltar que todas as pessoas que estão na praça podem usufruir do acesso à internet, desde que estejam dentro da área de alcance. Não é necessária identificação ou senha. O acesso pode ser feito através de *notebook*, celular e tablets

Embora a pesquisa tenha como cerne a inclusão digital, na perspectiva do programa Cidades Digitais, o acesso gratuito à internet na praça é uma possibilidade de exercício de cidadania.

A preocupação com a inclusão dos munícipes sempre esteve presente em Lauro de Freitas. Cabendo relatar, resumidamente, algumas iniciativas diferenciadas de inclusão digital que ocorreram no município, a exemplo da ação da prefeitura que, através da Secretaria de Políticas para Mulheres, realizou cursos para a inclusão digital para 30 mulheres na sede da secretaria (ver figura 11).

Figura 11 - Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas



Fonte: Correio Regional (2015).

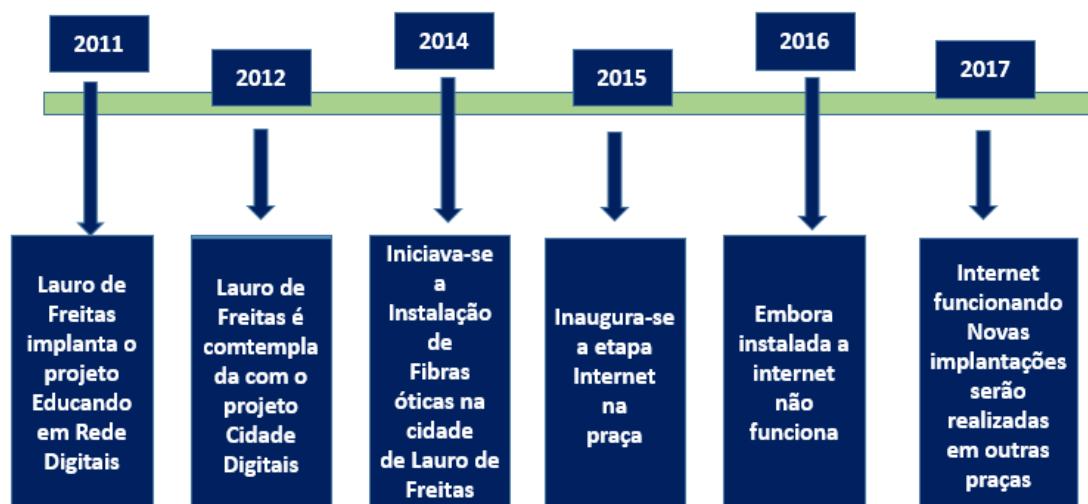
Uma outra ação, que merece destaque, principalmente pela sua peculiaridade, foi a inclusão digital realizada para os internos do regime semiaberto do Conjunto Penal de Lauro de Freitas, que foram os primeiros custodiados na Bahia a participar do curso “Informática Livre”, promovido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia. Uma iniciativa, fruto do Termo de Cooperação Técnica assinado entre DPE e a Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia, fazendo parte das ações de ressocialização promovidas pela área de execução penal da Defensoria baiana.

Uma recente iniciativa, agora relacionada ao próprio conceito de Cidades Digitais, foi o lançamento de um aplicativo que permite ao cidadão o registro de denúncias da população, permitindo aproximar o cidadão da Administração Pública. É um sistema inteligente, que permite ao usuário fazer solicitação dos principais serviços públicos municipais. Nele, o cidadão, ao registrar sua denúncia, utiliza-se da localização através de fotografia e descrição de fatos que acontecem na cidade, tais como: buracos, lixo, asfalto e outras situações em tempo real. Este aplicativo foi

desenvolvido para ser mais um canal de comunicação, fazendo com que o cidadão participe e contribua ativamente de maneira cômoda para o andamento da cidade.

A seguir, visualiza-se a linha do tempo do Programa Cidade Digital no município de Lauro de Freitas, na Bahia (ver figura 12).

Figura 12 - Linha do Tempo do Programa Cidade Digital em Lauro de Freitas



Fonte: Elaboração própria da autora desta dissertação (2018).

5.2 A PRAÇA MATRIZ E SUA RESSIGNIFICAÇÃO

As praças, os registros deste espaço, datam desde a época em que o homem deixa de ser nômade para fixar-se em um lugar e se constituía num espaço reservado, a princípio utilizado para o cultivo destinado à sobrevivência, depois para contemplação com o surgimento dos jardins, e, em seguida, espaço para trocas culturais. Segawa (1996), arquiteto urbanista, ao caracterizar a praça e suas modalidades desde a Europa medieval, descreve a sua ocupação como sendo um espaço popular, permeado pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática.

Segundo Macedo e Robba (2002), as ágoras gregas, que deram origem às praças atuais, eram espaços abertos, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para a discussão e debate entre os cidadãos.

Conceitualmente, as praças são componentes urbanos públicos destinados à convivência e lazer dos cidadãos, que fazem parte da malha urbana formal e que não ocupem mais de 2 ou 3 quadras (MARX, 1980, p.6).

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu, entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores.

Para Lamas (2007, p. 176), a praça é “entendida como recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos – quadro importante da arte urbana”. A praça adquire valor funcional e político-social, e o máximo valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitetura. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação de vontade política e de prestígio (LAMAS, 2007).

Imbricada nos conceitos e funcionalidades da praça acima exposto, em tempos atuais, há uma nova ressignificação para o equipamento público “praça”, visto que passa a ser utilizado como um ponto de acesso gratuito de internet para que o cidadão possa se engajar na cultura digital. É uma iniciativa pública para a inclusão digital e promoção da cidadania como ferramenta social.

Para a praça de Lauro de Freitas, aplicou-se a mesma concepção, espaços públicos e históricos, que transcendeu gerações marcadas por mudanças históricas no cotidiano da cidade. Sendo um espaço urbano, sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos cidadãos. Por estar localizada no bairro central do município, onde se encontram a principal igreja, a prefeitura e alguns outros órgãos de gestão do município, a praça Matriz já recebeu diversas mostras, eventos e apresentações teatrais nacionais e internacionais. São diversos eventos culturais destinados ao entretenimento de seus moradores. A programação é variada e sempre envolvendo serviços de cidadania, cultura e religião. Em épocas festivas, a praça é um equipamento público de grande importância para o incentivo à cultura no município, servindo de palco para diversas manifestações artísticas, como: shows de diversos artistas locais e nacionais, peças teatrais (destacando a encenação da paixão de cristo e do presépio do natal).

Sobre a principal igreja do município, de Santo Amaro de Ipitanga, relata-se que foi fundada pelos jesuítas, junto com a aldeia de São João na segunda metade do século 16. Em 1608, foi criada a Paróquia de Santo Amaro de Ypitanga. Acredita-se que o templo atual foi construído na segunda metade do século 17, com algumas

alterações posteriores. Tem estrutura de paredes de alvenaria mista de pedra e tijolo, que sustentam tesouras de madeira do telhado. Possui duas capelas laterais. Na imaginária, merecem destaque as esculturas do Senhor Morto e de Nossa Senhora das Dores. Os azulejos que revestem parte do interior são do século XVIII. O conjunto arquitetônico foi tombado pelo Iphan, em 1944 (PRAIAS BAHIA, 2016).

A igreja, considerada como o único monumento de relevante valor histórico e artístico existente em Lauro de Freitas, fica no extremo da praça principal, na sede do município, sendo edificada no ponto mais alto da antiga Vila e sua volumetria emerge do casario, com cemitério murado, do lado direito. Nos seus arredores, encontra-se um comércio diversificado constituído de muitos bancos, lojas, mercados e prestação de serviços. A praça matriz é de fundamental importância histórica para o município (ver figuras 13, 14 e 15) (PRAIAS BAHIA, 2016).

Figura 13 - Visão Panorâmica Da Praça Matriz



Fonte: Acervo pessoal da autora desta dissertação (2016).

Figura 14 - Visão Interna da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga – Lauro de Freitas



Fonte: Praias Bahia (2016).

Figura 15 - Visão Externa da Igreja de Santo Amaro de Ipitanga – Lauro de Freitas



Fonte: Praias Bahia (2016).

6 UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA A PARTIR DO ACESSO GRATUITO À INTERNET DA PRAÇA MATRIZ

As seções anteriores propiciaram uma visão global dos vetores que constituem a pesquisa, destacando a vertente da inclusão digital, que se realiza através da política pública Cidades Digitais e que tem, entre seus pilares, o acesso gratuito à internet em locais públicos, como forma de exercer a cidadania.

A pesquisa conota-se ao direito do cidadão, ao dever do Estado, e, principalmente, à necessidade de se saber utilizar as TIC na atualidade. Neste sentido, é crucial saber explorar seu potencial para a comunicação, para apropriar-se de informações e de conhecimento, através das políticas públicas que são viabilizadas ações que tornam possível a inclusão digital, gerando um caminho viável na busca da equalização de oportunidades numa sociedade.

A cidadania digital perpassa pela inclusão digital, não só pela democratização do acesso à rede e dos processos de tecnologia da informação, mas também por viabilizar a participação do cidadão na gestão pública e no acesso à informação. O caminho é longo e cada passo geográfico é relevante para que tenhamos uma sociedade inteira conectada.

Como já anteriormente descrito, o programa Cidades Digitais se sustenta em três pilares: a criação de uma identidade *web* para o município, como portais de informações e comunidades de representação política, que visam à participação do cidadão na gestão da cidade. O segundo pilar cuida da infraestrutura, serviços e acesso gratuito de novas tecnologias em áreas urbanas, como o *wi-fi* gratuito em lugares públicos, e o terceiro se relaciona às modelagens de Sistemas de Informação Espacial, que simulam ambientes urbanos e ajudam no planejamento das cidades.

Quanto ao programa Cidade Digital, observa-se o potencial articulador, o qual procura parcerias com desenvolvedores de soluções de instituições de fomento ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o objetivo é a troca de conhecimentos entre os municípios, de suas boas práticas de gestão e a promoção de ações de comunicação e de educação não-formal com o objetivo de ampliar o desenvolvimento da cidadania.

A opção metodológica eleita suscitou que a pesquisa fosse dividida em duas etapas: na primeira constam os levantamentos bibliográficos, históricos e geográficos, que propiciaram a construção de um arcabouço teórico e conceitual que viabilizasse

a análise pretendida. A segunda, para a coleta de dados, utilizou de observação participante na praça e de entrevista não estruturadas para a coleta de dados junto aos colaboradores do programa.

6.1 ENTREVISTAS COM OS GESTORES DO PROGRAMA CIDADES DIGITAIS (PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS)

Para a coleta de dados, algumas das entrevistas foram realizadas pessoalmente, outras se deram através da troca de telefonemas e de e-mails. A pesquisa se iniciou em 2015, período em que ocorreram os primeiros contatos com os gestores do programa em Lauro de Freitas. Nesse período, os gestores ficavam alocados na Superintendência de Ciência e Tecnologia (SUCTI). Nessa ocasião, os equipamentos instalados na praça, embora instalados, não estavam funcionando. Tratava-se de um momento de transição política, período de eleições, e, em 2016, assumem novos gestores municipais e suas respectivas equipes. Foi necessário aguardar essa substituição para que fosse dada continuidade às entrevistas.

Em 2017, após a eleição de 2016, quando ocorre a 2ª gestão da prefeita Moema Gramacho¹¹, esta, ao assumir a prefeitura do município, reativa o Programa “Cidades Digitais”, que ganha novo folego.

As mudanças promovidas pela nova gestão resultaram na incorporação da Superintendência de Ciência e Tecnologia (SUCTI) pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), que passou a ser o órgão da administração atual, responsável pela gestão do programa Cidades Digitais. Dentro da SEPLAN, a rede é conduzida pelo Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTI), e é composto, através de seu regimento interno, por uma assessoria e pelas divisões de Ciência e Tecnologia, Suporte e Inovação.

Em 9 de outubro do mesmo ano, ocorreu a primeira visita técnica à SEPLAN, oportunidade onde foi relatado pela Superintendência de Ciência e Tecnologia todo o histórico de implantação do programa no município, desde o momento inicial, ocorrido nas gestões anteriores, quando o município foi contemplado com o programa, até as ações atuais, realizadas para que se chegasse ao estágio atual do programa.

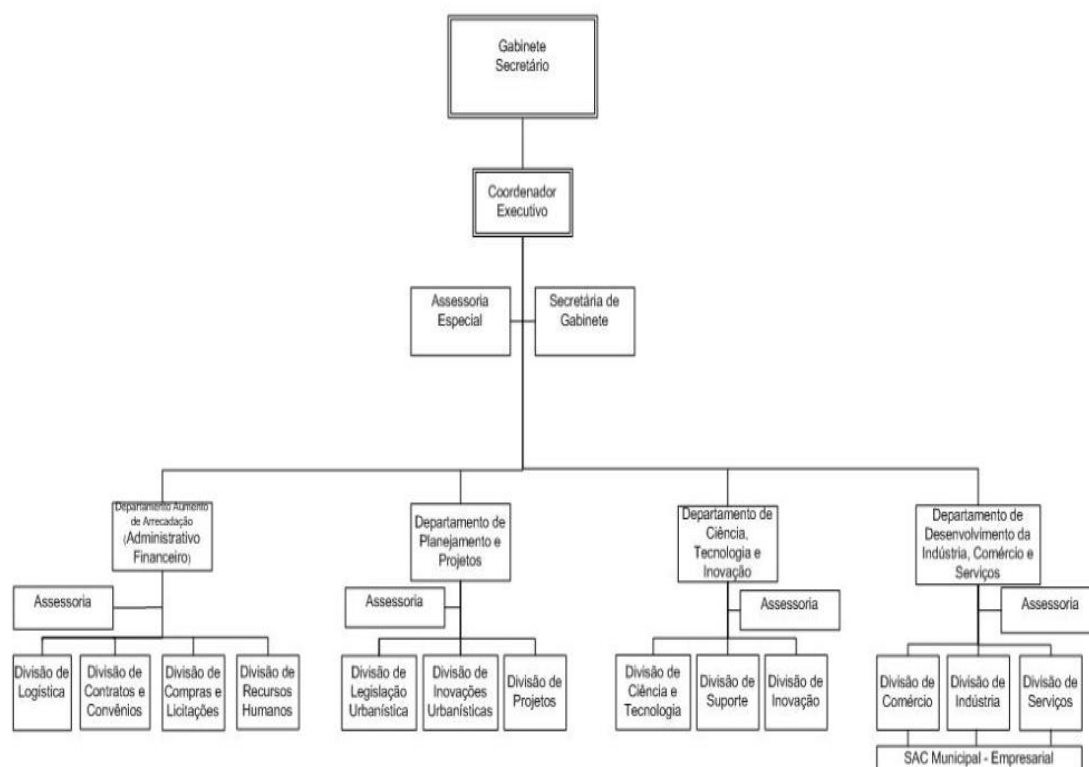
¹¹ Exerceu o cargo de prefeita de Lauro de Freitas no período 2005-2012. Em 2016 foi eleita novamente prefeita de Lauro de Freitas, com 52,34% dos votos válidos.

A SEPLAN foi criada com vistas ao desenvolvimento econômico do município tendo por finalidade auxiliar a prefeita no planejamento, elaboração e acompanhamento da execução das ações estratégicas necessárias à promoção das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, econômico e social. A SEPLAN é composta pela seguinte estrutura básica: I - gabinete do secretário; II - coordenação executiva; III - departamento de planejamento e projetos; IV - departamento de ciência, tecnologia e inovação; e V - departamento de desenvolvimento da indústria, comércio e serviços (ver figura 16).

Figura 16 - Organograma SEPLAN



SEPLAN
Secretaria de Planejamento, Ciência,
Tecnologia e Desenvolvimento
Econômico



Fonte: SEPLAN (2018).

A SEPLAN forneceu ainda a documentação que descreve aspectos técnicos relativos à rede *Wi-fi*, esclarecendo as dimensões técnicas da sua implantação pelo Programa Cidades Digitais em Lauro de Freitas.

Os questionamentos realizados aos gestores permitiram conhecer algumas peculiaridades do programa implantado no município. Procurou-se apreciar o modelo

de gestão da rede, suas dimensões, serviços agregados, possibilidades de ampliação, e, principalmente, como ela serve ao munícipe dentro de uma perspectiva de cidadania.

Quanto à gestão da rede, o cabeamento de fibra ótica¹² e a implantação dos equipamentos serviram, em um primeiro momento, para conectar e distribuir o acesso de internet entre secretarias do município, viabilizando uma comunicação mais eficiente. Todas as secretarias da prefeitura foram interligadas à rede e encontram-se informatizadas. Utilizam sistemas propiciados pelo Programa Cidades Digitais, em que até 90% deles utilizam da computação em nuvem (*Cloud Computing*)¹³ demandando *links*¹⁴ de comunicação de dados de alta qualidade, o que resulta em uma maior confiabilidade e velocidade na tramitação dos dados, na obtenção das informações e na prestação de um serviço de qualidade à população.

Independentemente de quem está se beneficiando com a utilização dos serviços oferecidos pelo programa, há uma preocupação contínua em ser uma tecnologia transversal, que alcance todos os segmentos do município, independente da área de atuação. O objetivo é disponibilizar uma rede digital em um ambiente seguro, a ser utilizadas pelos vários departamentos, que incentive a participação de todas as unidades da administração.

Quanto às possibilidades que a rede oferece aos seus cidadãos usuários, e sobre as melhorias previstas, o Secretário Renato Cardozo apontou que a SEPLAN vem investindo em Ciência, Tecnologia e Inovação como forma de procurar reduzir as disparidades sociais e econômicas da população de Lauro de Freitas, em uma prática cidadã, em alinhamento com as diretrizes da gestão da Prefeita Moema Gramacho.

A população lauro-freitense passou a contar com uma gestão municipal informatizada, que presta serviços com mais rapidez e confiabilidade, de forma otimizada, além da oferta do serviço gratuito de internet na praça matriz. Ainda existem projetos a serem agregados ao programa Cidades Digitais, objetivando sua

¹² Filamento flexível e transparente fabricado a partir de vidro ou plástico que é utilizado como condutor de elevado rendimento de luz, imagens ou impulsos codificados.

¹³ Disponibilidade sob demanda de recursos do sistema de computador, especialmente armazenamento de dados e capacidade de computação, sem o gerenciamento ativo direto do usuário.

¹⁴ *Link* é o "endereço" de um documento (ou um recurso) na *web*. Nos sistemas de gerenciamento de dados, é um *link* com ponteiro para outro registro. Em comunicações, *link* é uma linha ou um canal através do qual os dados são transmitidos. Em alguns sistemas operacionais (Windows, por exemplo), um *link* é um ponteiro para um arquivo. *Links* tornam possível fazer referência a um arquivo por várias denominações diferentes e acessar um arquivo sem especificar um caminho completo.

ampliação, como a disponibilização do *wi-fi* em outras praças públicas e melhorias na própria rede de forma a torná-la mais rápida e com maior velocidade, aumentando a capacidade de acessos, o que vai promover ainda mais o desenvolvimento do município.

Também foram reveladas outras ações para o município, na intenção da inclusão digital dos munícipes, principalmente os jovens carentes.¹⁵

A preocupação com o desenvolvimento do cidadão, principalmente dos jovens é constante e pode ser verificada através das ações, propostas, realizadas pela prefeitura, que, coadunando com a ideia de se buscar alcançar a cidadania digital, o qual, na prática, se inicia com a ideia de se estar conectado, inserindo a internet na rotina do cidadão.

A prefeitura, no discurso de seus gestores atuais, entende que, ao disponibilizar um ponto de acesso à internet, possibilita aos munícipes desfrutar da rede para diversas operações cotidianas, como transações bancárias, se comunicar de múltiplas formas, e transitar pelos espaços virtuais, que permitem inúmeras formas de contatos com outras culturas, aprendizado e qualificação profissional.

Mesmo que não seja ainda a melhor configuração de acesso gratuito, há, de fato, a intencionalidade de ofertar cada vez mais pontos de acesso e de inserir a população do município no mundo digital. Contudo, para alcançar a cidadania digital, ainda são necessários estágios preliminares. Deve-se ultrapassar as etapas voltadas à inclusão digital, para, em seguida, com a democratização da rede e dos processos de tecnologia da informação, capacitar o indivíduo para a compreensão de possibilidades que a internet oferece, para que ele possa usufruí-la nas suas infinitas formas.

Sob essa ótica, o programa Cidades Digitais pode representar um grande passo geográfico de conexão, mesmo que ainda não tenha alcançado todo o município da forma como se almeja. A implantação do programa Cidadania Digital, em Lauro de Freitas, pode ser considerada como um ponto de partida para que tenhamos, no futuro próximo, uma cidade inteira conectada.

¹⁵ Realização da 1ª Semana Move Cidade no mês de setembro/2017; Realização do Projeto Cinema na Praça da Matriz, julho/2017; Seminário: Juventude e Inovação, julho/17; Seminário: SMART CITIES – Cidades Inteligentes, setembro/17; Análise de Projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) de Iluminação Pública (data não informada); Concepção e elaboração do Projeto SOS Rio Joanes (data não informada); Projeto de implantação de laboratórios de robótica, em andamento; Projeto Cidade do Futuro em Itinga, em andamento.

Por isso, dada a relevância que o programa tem para o município, os gestores traçam novas estratégias visando a ampliação da rede e dos seus serviços. A SEPLAN vem buscando fechar parcerias, entre os setores públicos e a iniciativa privada, para ampliação e manutenção da rede Cidade Digital:

- Parceria Pública com o governo do Estado da Bahia, através de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI;
- Parceria Privada com empresas do segmento de Telecom, com cessão de uso de parte do *backbone* de fibra óptica em contrapartida de manutenção, ampliação e atualização tecnológica.

Essas parcerias ainda não se realizaram, estão sendo desenhadas pela Prefeitura de Lauro de Freitas, sujeitas à análise jurídica e de custos/benefícios para o município.

É importante ressaltar que, durante o período em que a pesquisa estava sendo realizada, o Secretário do Planejamento da Gestão atual, Renato Cardozo, reforçando a ideia de avanço do Programa Cidades Digitais, declarou que a nomenclatura e o conceito Cidade Digital está sendo substituído pelo conceito das Cidades Inteligentes (*Smart Cities*), cujo enfoque atual prospecta uma cidade ainda mais criativa, humana e sustentável. As Cidades Inteligentes fazem uso da tecnologia em seus processos de planejamento, com a participação dos cidadãos, e que busca soluções práticas para os problemas reais da sociedade, melhorando a sua qualidade de vida (ver figura 17).

Figura 17 - Visita Técnica a SEPLAN de Lauro de Freitas



Fonte: Acervo Pessoal. Registro feito pela pesquisadora na SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, em 9 de outubro de 2017 com os Srs. Renato Cardozo (Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação) e Ruy Pontes (Assessor Especial).

A crítica que se faz ao programa Cidades Digitais em Lauro de Freitas é que, apesar das inúmeras dificuldades para a sua implementação e manutenção, limitações de recursos financeiros para instalações das infraestruturas necessárias e da necessidade de qualificar os jovens e adultos na educação, há vontade política de transformação do município. Lauro de Freitas segue na direção das inovações na gestão pública, procurando formas mais eficientes para a prestação de serviços relativos à governança eletrônica, ou seja, utilização das tecnologias de informação na busca de uma melhor atuação social e ampliação da participação cidadã.

Essa participação cidadã é tida como o caminho para a prática da cidadania digital. Sendo assim, o programa cidadania digital, destaca a possibilidade de se ter um olhar sobre a cidade mais integrada e, ao ofertar as redes digitais para a população, tornam-se possíveis as manifestações sociais em outro meio: o virtual.

6.2 OBSERVAÇÕES NA PRAÇA: QUEM USA, COMO USA E POR ONDE SE NAVEGA

Essa etapa da pesquisa iniciou-se no período compreendido de dezembro de 2016 a dezembro de 2017. Nas primeiras visitas realizadas em dezembro de 2016, a praça encontrava-se com os equipamentos e o cabeamento de fibra ótica instalados, porém a rede desligada não permitia o acesso à internet.

Após as eleições de 2016, com a mudança da gestão, a prefeita Moema Gramacho e a sua equipe retomam o programa Cidades Digitais, dando novo fôlego, e novas frentes de trabalho se abrem, propondo novos avanços para o município. Somente a partir desse momento, foi possível viabilizar a pesquisa de campo, conforme descrito a seguir.

Inspirada no exemplo da metodologia inaugurada por William Foote Whyte (1914-2001), que resultou em 1937 o livro *Sociedade de Esquina*, a observação participante tornou-se um método muito utilizado atualmente, mas inovador para a sua época.

Assim como William Foote Whyte, que decidiu realizar seu trabalho de campo inserindo-se num bairro de Boston, numa área habitada sobretudo por famílias de imigrantes pobres de origem italiana e considerada, por parte do poder público como "problemática" e "socialmente desorganizada", procurou descrevê-la a partir do olhar de pesquisador, mas utilizando-se, principalmente, das suas interações com a população local para coletar informações.

O ponto fundamental do interacionismo é que o estudo da ação social lida com as interações entre os indivíduos, vistos não como mônadas isoladas, mas como sujeitos ativos, atuando dentro de redes e de grupos sociais, num processo contínuo de mudanças e reinvenção social. Assim, opõe-se a modelos teóricos mais estáticos, nos quais os indivíduos desempenham papéis predefinidos dentro de uma estrutura social abrangente, e a mudança social quase sempre aparece como destrutiva. (WHYTE, 2005, p.11).

Seguindo o exemplo do autor, que utilizou da observação participante para seus estudos, as incursões na praça solicitaram que algumas categorias de análise fossem estabelecidas, criando aspectos observáveis para a coleta dos dados.

No primeiro momento, descrever a praça e caracterizar os munícipes que a frequentam traz uma aproximação entre o ambiente físico e os sujeitos observados, gerando alguns perfis.

Durante as visitas técnicas, foi necessário também promover alguma interação com os indivíduos que se encontravam na praça, estabelecendo conversas informais, com o objetivo de conhecer os propósitos para o uso do *wi-fi* da praça. Cabe dizer que todos os indivíduos observados, e aqueles com os quais houve um grau de interação, estavam utilizando celulares (ver figuras 18 e 19).

Procurando responder à problemática da pesquisa, considerando a vertente da cidadania, criou-se categorias de análise para verificar se o exercício da cidadania ali se configurava em conformidade com o arcabouço teórico da pesquisa. Para isso, considerou-se o que foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na ONU, quanto à inclusão digital e cidadania, buscando-se observar os seguintes aspectos: a) Direito de acesso à informação; b) Direito de Comunicação; c) Direito de Participação; e, d) Desenvolvimento sociocultural e educacional.

Figura 18 - Visão da Praça Matriz de Lauro de Freitas



Fonte: Acervo pessoal da autora desta dissertação (2018).

Figura 19 - Equipamento (Antena) para acesso ao Wifi



Fonte: Acervo pessoal da autora desta dissertação (2018).

Para a coleta de informações, realizaram-se visitas técnicas à praça. O procedimento para a escolha da amostragem não foi acidental ou aleatório, pois o critério para escolha dos munícipes, que estavam na praça matriz, era estar utilizando o celular no momento da aproximação.

Sendo assim, os objetivos propostos pela pesquisa poderiam ser alcançados, ao se identificar que uso de dados e impressões dos munícipes tinham ao acessarem a internet, de forma gratuita, nos espaços públicos.

A técnica utilizada para a obtenção das informações foi de diálogos caracterizados, principalmente, pela informalidade, assemelhando-se, até certo ponto, a uma conversa comum entre indivíduos. À liberdade propiciada pelo método escolhido, procurou-se estabelecer 3 categorias de análise, que serviram para embasar a investigação: i) Quanto ao fenômeno da inclusão digital; ii) Quanto ao conhecimento do programa Cidades Digitais; iii) Quanto à consciência de seus direitos (cidadania digital).

A observação focalizou os munícipes, identificando-os, em sua grande maioria, como estudantes da rede pública de ensino (distinguidos pelo uso de farda), que frequentavam a praça durante os horários de intervalo entre as aulas, inclusive vagas.

Dado o seu caráter descritivo, a metodologia empregada relaciona a coleta de dados através das opiniões primárias fornecidas pelo público observado, colaborando para atender ao objetivo de pesquisa e criando possibilidades de caminho na direção

de uma possível resposta para o seu problema. A abordagem foi realizada no turno matutino e vespertino.

Das pessoas observadas, a maioria conhecia e já utilizava, com certa frequência, a rede *wi-fi*, pontuando que, embora reconhecessem que o serviço era muito útil e relevante, por vezes, o acesso se tornava “lento”, não permitindo uma “navegação” satisfatória. Concordaram, de forma unânime, que a iniciativa é de grande importância, e que a prefeitura deveria estendê-lo para outros locais públicos. Os munícipes desconheciam o Programa Cidades Digitais, o que o programa abarca e como poderia estar contribuindo para o desenvolvimento do município.

A Praça Matriz, em dias normais, sem eventos programados, é um espaço bastante agradável. As pessoas costumam frequentá-la, geralmente, com o intuito de passarem o tempo, entre um compromisso e outro. Embora, durante as visitas técnicas, não tenhamos percebido a presença da segurança pública na praça, ou no seu entorno, as pessoas, das quais houve alguma interação, declararam que não se sentem inseguras ao utilizarem seus celulares no local.

Durante a observação, não foi identificado nenhum tipo de acesso à rede por equipamento que não fosse o celular. Na praça, não existem fontes de energia (tomadas) para que os equipamentos possam ser ligados ou recarregados, podendo implicar num breve tempo para o acesso.

A praça também não oferece lugares cobertos, implicando que, em momentos de chuva ou sol intenso, torna-se um local de passagem. À tarde, há lugares na praça com sombra. Neste período, uma quantidade maior de pessoas costuma frequentar por períodos mais extensos. Alguns transeuntes simplesmente conversam, mas a grande parte está utilizando seus celulares.

Sobre o que faziam ao acessarem a rede através de seus aparelhos celulares, a grande maioria informou que estavam acessando suas redes sociais e aplicativos destinados à comunicação, principalmente *WhatsApp*.

Algumas das pessoas observadas, que não eram estudantes, utilizavam a praça como um local para “passar a hora”, enquanto esperavam dar o horário para fazer atividades programadas. Este público, que representou uma parcela pequena de entrevistados, declarou que, quando estão na praça, utilizam a internet para diversos fins, como acessar informações, fazer leitura de notícias, acessar suas redes sociais, declarando que já utilizaram a rede, inclusive, para fazerem transações

financeiras com bancos (não apresentando preocupações com a segurança de dados bancários dentro de uma rede pública).

Dentre os indivíduos abordados, na maioria estudantes, muitos revelaram não ter internet em seus domicílios e nem nas escolas onde estudavam. Possuíam internet em seus celulares, principalmente planos pré-pagos, onde se colocam créditos, que vão sendo consumidos na medida que utilizam o serviço. Mas afirmaram que vão na praça para acessar a rede, que, por ser gratuita, permite uma certa economia da internet paga no celular.

A pesquisa identificou que, quanto à questão da inclusão digital, os indivíduos se percebem parte de um universo digital, na medida que utilizam, mesmo que limitadamente, a rede. Entretanto, ficam restritos às possibilidades da comunicação gratuita e das interações nas redes sociais.

Quando questionados sobre a importância da prestação desse serviço, numa tentativa do pesquisador em estabelecer alguma aproximação com os critérios de cidadania definidos pela pesquisa, não houve uma clara consciência. Os indivíduos pesquisados desconhecem o acesso à internet como um direito garantido pelo estado, entendendo que a disponibilização da rede é simplesmente um “bônus” ofertado pela prefeitura do município à população local. A consciência da cidadania digital não é compreendida e nem faz parte da realidade dos munícipes pesquisados.

Diante dessa constatação, observou-se que, por não compreender a dimensão da rede e a importância de se estar conectado, os frequentadores da praça revelaram que não percebem o acesso à rede como sendo uma ação política (pública), que tem desdobramentos no desenvolvimento da cidadania no município.

Uma outra resposta obtida, após as incursões, é que a população pesquisada, na sua grande parcela, não tem a clareza das possibilidades que a internet oferece, dentro da perspectiva da educação e do mercado de trabalho. Mesmo os alunos entrevistados, não utilizam a internet para complementar seus estudos. A grande função do uso da infraestrutura está voltada para o lazer, através de aplicativos que permitem a comunicação em redes sociais.

Ao conversar com os alunos que frequentam a praça, nos diversos momentos da observação, foi possível identificar que, embora frequentem uma escola (na sua totalidade, pertencentes à rede pública de ensino), eles desconhecem as possibilidades de se estudar através das TIC. Sobre a oferta de cursos a distância pelas universidades públicas e privadas, desconhecem a existência de educação

nessa modalidade. Não sabiam que poderiam obter um diploma de curso superior estudando pela internet e também não conheciam a oferta de outros cursos de capacitação que permitem um certo avanço na qualificação profissional.

Ficou muito claro que, para que ocorra o acesso ao conhecimento, através da internet, será necessário ir além do acesso à rede. Princípios sobre navegabilidade e um certo discernimento sobre as informações disponíveis na rede são fundamentais.

A praça foi ressignificada, ao se tornar um ponto de acesso gratuito à internet, passando a ser, além de um local de encontros presenciais, um local onde é possível realizar interações, agora, em locais virtuais ou ciberespaços.

A experiência realizada na praça permitiu a verificação da condição do exercício da cidadania no município, visto que, a cidadania e o uso da internet estão fortemente relacionados, resultando no princípio da cidadania digital. Sendo assim, na atualidade, o exercício da cidadania exige que estejamos conectados: pessoas e instituições. Então, poder acessar a rede e poder estar conectado, independente do uso que se faz na rede, se constitui, verdadeiramente, no exercício da cidadania digital.

O programa Cidades Digitais tem, no seu intento, colocado a cidade a serviço do seu cidadão. Isto significa oferecer maiores facilidades e praticidades ao cidadão, com menores custos e maior eficiência na sua gestão. A observação permitiu averiguar que o desfrutar das tecnologias desperta no indivíduo o sentimento de pertencimento à sociedade e a consciência para o cumprimento dos seus deveres e direitos.

A experiência também indicou que inclusão digital, em tempos atuais, também requer um estágio subsequente, que compreende a alfabetização informacional. O acesso à rede já não é o suficiente, é preciso também compreender o potencial da rede, desenvolvendo competências e capacidades técnicas para ir além do manejar, é preciso integrá-la às ações do cotidiano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das iniciativas, dos investimentos realizados, das campanhas, dos programas e projetos que objetivavam inserir as pessoas no universo digital, ainda temos, na atualidade, uma grande parcela da população que permanece alheia ao processo de inclusão digital. O sentimento de pertencimento ao mundo digital ainda é distante.

O presente trabalho debruçou-se sobre relação existente entre Inclusão Digital e Cidadania na perspectiva do programa Cidades Digitais. Nesse aspecto, a pesquisa procurou conhecer como a inclusão digital vem se configurando atualmente, visto que, grande parte das iniciativas, com este propósito, não existiam mais na região escolhida para a pesquisa.

A fundamentação teórica utilizada demonstrou que existe uma vasta literatura relacionada ao tema e que, mesmo já tendo sido amplamente discutido nos âmbitos federais, estaduais e municipais, nos espaços acadêmicos e na sociedade civil organizada, sua relevância ainda é irrefutável. As seções foram construídas para que se aclarassem as vertentes que sustentam o tema da pesquisa.

Foi preciso compreender, numa primeira instância, a dinâmica que imperou na sociedade a partir da introdução das TIC, e de que forma ela influenciou, vertiginosamente, o cotidiano das pessoas ao provocar alterações radicais e irreversíveis na forma de viver, dando origem a outros padrões de acumulação de riquezas, estabelecendo um novo modelo econômico (informacional).

Em seguida, explicou-se como se deu o processo de globalização, sem precedentes na história, criticado por Gidenns (2002), que o apresenta como um fenômeno que estaria destruindo as culturas locais, ampliando as desigualdades mundiais e piorando a sorte dos empobrecidos, engendrando um mundo de vencedores e perdedores. Por outro lado, Harvey (2008) destaca a vantagem do encurtamento das distâncias e do tempo, assinalando um fenômeno que denominou de “compressão espaço-tempo”, permitindo a difusão de notícias e conhecimentos de forma mais rápida, transpondo barreiras físicas e políticas em todo o mundo.

Passamos pela definição de sociedade da informação e do conhecimento, que, ao incidir no universo das empresas, impulsionou a competitividade, a produtividade e a inovação dos processos produtivos. Outras características encontradas na sociedade da informação foram: alterações profundas na divisão do trabalho,

reestruturações em suas relações com o capital, gerando outros padrões de consumo e de venda de produtos e serviços. Instalou-se o comércio eletrônico (*e-commerce*) e suas diversas modalidades. Diante das tecnologias digitais, eliminaram-se fronteiras: o tempo e o espaço foram ressignificados.

Vive-se e atua-se em redes de pessoas e organizações. Modelos educacionais foram ampliados e sustentados pelas TIC, a exemplo da educação a distância, *moocs*, educação aberta etc. Criou-se um novo espaço virtualizado, o ciberespaço, e uma nova cultura, a cibercultura.

Em um segundo momento, buscou-se uma familiarização com aspectos relativos à cidadania. Partindo-se de olhares plurais, convergiu-se para a ideia de que trata-se de um conceito que sempre esteve em contínua construção, acompanhando o curso da história. Na perspectiva jurídica, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos; num olhar mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão e, conseqüentemente, um sujeito de direitos e deveres. Com o surgimento do estado moderno, o conceito de cidadania ganhou outros contornos, quando, além de reconhecer a necessidade de se garantir os direitos essenciais (políticos, civis e sociais) aos cidadãos, para que pudessem desfrutar uma possibilidade de vida plena, procurou assegurar, também, o direito de usufruir do mundo digital.

Foi necessário revisitar a história do Brasil e destacar a relevância da Constituição de 1988, por assegurar direitos à educação, à cultura e comunicação, abarcando também o direito às tecnologias de informação e comunicação. Compreendemos o conceito de cidadania digital e seus desdobramentos.

Esse estudo procurou relacionar a inclusão digital e o mercado de trabalho, constatando que as oportunidades de trabalho exigem pessoas cada vez mais qualificadas, com competências desenvolvidas que deem conta do mundo digital.

Demonstrar a emergência da inclusão digital, não só como um direito básico do cidadão, mas como um requisito importante ao desenvolvimento, uma vez que dentro de modelo atual de sociedade, sugere uma condição basal para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

No Brasil, essa comprovação originou diversas políticas públicas, desenhadas para a inclusão, de tal forma, que não só o acesso à internet, bem como a compreensão das suas potencialidades deveriam ser metas tangíveis. Sendo assim, projetos e programas proliferaram nas escolas, nos centros comunitários, e, nos lugares mais singulares, como terreiros de candomblé etc.

Procurando uma perspectiva mais atualizada, e tendo visto que a maior parte dessas iniciativas já tinham sido descontinuadas, constatou-se que, em Lauro de Freitas, lócus da pesquisa, a inclusão digital estaria acontecendo via um novo programa denominado Cidades Digitais. Este trouxe, em seu escopo, além da gestão informatizada do município, o acesso gratuito à internet em lugares públicos.

Foi oportuno, então, aprofundar conhecimentos neste novo conceito de cidade e entender como este relacionava a questão da inclusão digital e a cidadania a partir da possibilidade de acesso à informação e comunicação.

Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, município em franco processo de crescimento e desenvolvimento, foi contemplado, em 2012, pelo Governo Federal, com o programa Cidade Digitais. A iniciativa apresentou um quadro semelhante a outras regiões, com restrições de acesso à internet nas escolas, ora por causa do repasse das verbas que não cobriam os altos custos do acesso, ora por falta de equipamentos e/ou infraestrutura (limitações técnicas).

A partir da implantação desse programa, a construção deste trabalho procurou relacionar três eixos: Inclusão Digital, Cidadania e Cidades Digitais, e o estudo de caso, servindo como metodologia mais apropriada, na tentativa de responder ao problema da dissertação: De que forma o programa Cidades Digitais, através do acesso gratuito à internet na praça matriz de Lauro de Freitas, pode contribuir para o exercício da cidadania dos seus munícipes, no período de 2012 a 2017?

O único local público onde o município disponibilizou o acesso gratuito, e motivo pelo qual se deu a pesquisa de campo, foi a praça matriz Santo Amaro de Ipitanga, onde encontramos, instalados e funcionando, os equipamentos que permitem o acesso à internet.

Ao finalizar esta dissertação, consideramos confirmada – com base nas referências teóricas adotadas e em função da observação participante e depoimentos colhidos – que os pressupostos que o programa Cidades Digitais leva a inclusão digital, quando garante, ao munícipe laurofreitense, o acesso à informação e permite a comunicação, conforme consta na Constituição, configurando-se em exercício da cidadania.

Lauro de Freitas é um município que está em constante crescimento e por isso torna-se crucial a implementação do Programa Cidades Digitais em todas as regiões do Município e não apenas em uma praça.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua TIC 2016: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens>. Acesso em: 30 abr.2018.

AMARAL, Joseane. O ciberespaço: novos caminhos e aprendizagens na geração homo zappiens. *In*: TEIXEIRA, Adriano Canabarro; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; TRENTIN, Marco Antônio Sandini. **Inclusão Digital: tecnologias e metodologias.** Salvador: UFP. EDUFBA, 2013.

BAHIAJÁ. Jornalismo da Integração Lauro de Freitas: **Prefeitura inicia instalação da Cidade Digital.** 2014. Disponível em:<http://www.bahiaja.com.br/tecnologia/noticia/2014/10/08/lauro-de-freitas-prefeitura-inicia-instalacao-da-cidade-digital,75979,0.html>. Acesso em: 26 fev.2018.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania, a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais.** São Paulo: Saraiva, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Maria L. **Inclusão digital e cidadania, as possibilidades e as ilusões da “solução” tecnológica.** Ponta Grossa: UEPG, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Educação para o milênio.** 1998. Disponível em: www.edivaldoboaventura.com.br/artigos/.../Educação%20para%20o%20milênio.doc. Acesso em: 12 abr. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BODENHEIMER, Edgar. **Ciência do Direito, Filosofia e Metodologias Jurídicas,** Rio de Janeiro-RJ: Editora Forense. 1942.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

BONILLA, Maria Helena S.; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). **Inclusão Digital, polêmica contemporânea** Salvador/Ba: EDUFBA, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.175, de 12 de Maio de 2010. Institui o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.** 2010a. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7175-12-maio-2010-606321-norma-pe.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.249, de 11 de Junho de 2010. Cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA.** 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.** Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30054611/do1-2014-04-24-lei-n-12-965-de-23-de-abril-de-2014-30054600. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Implantar Cidade digital.** 2017. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/paginas/Implantar-Cidade-digital.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BUSTAMANTE DONAS J. La cuarta generación de derechos humanos en las redes digitales, **Revista Pensamiento, Sociedad y Tecnología**, n. 85, out. - dez. 2010. Disponível em: https://telos.fundaciontelefonica.com/seccion=1268&idioma=es_ES&id=2010110411480001&activo=6.do#. Acesso em: 26 ago. 2017.

CANCIAN, Renato. **Escola de Chicago - contexto histórico - Pesquisas centradas no meio urbano.** [S.l.]: [s.n.], 2011.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para uma Análise da Participação e da Democracia: “Cidadania e Desenvolvimento Local: Critérios de Análise” – elementos teóricos e empíricos. **Desenvolvimento em Questão**, ano 10, n. 21. set./dez. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, a sociedade e os negócios.** São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2003.

CAZELOTO, Edilson; PRADO, José Luiz Aidar. Valor e comunicação no capitalismo globalizado. **Ecompós, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós graduação em Comunicação**, ed.6, 2006.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital, uma visão crítica.** São Paulo: Senac, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COMMITTED TO CONNECTING THE WORLD, **ICT Facts and Figures.** Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/facts/default.aspx>. Acesso em: 29 ago. 2017.

CORREIO REGIONAL. **Prefeitura de Lauro de Freitas promove inclusão digital com Internet gratuita em praças**. 2015. Disponível em: <http://cregional.com.br/geral/bahia/regiao-metropolitana/lauro-de-freitas/prefeitura-de-lauro-de-freitas-promove-inclusao-digital-com-internet-gratuita-em-pracas..> Acesso em: 26.maio 2017.

CUEVAS, Aurora; SIMEÃO Elmira (coord). **Alfabetização Informacional e inclusão digital: modelo de inclusão social**. Brasília: Thesaurus, 2011.

DALLARI. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DEOLHONEWS. **Conheça a história de Moema Gramacho, a Prefeita de Lauro de Freitas**. 2017. Disponível em: <http://www.deolhoneWS.com.br/conheca-a-historia-de-moema-gramacho/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

DRUCKER, Peter. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

DRYDEN, Gordon; JEANNETTE VOS, Ed. D. **Revolucionando o Aprendizado**. [S.l.]: [s.n.], 1993.

ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DO CONNECTED SMART CITIES. **Ranking Connected Smart Cities - Apresentação Urban Systems**. 2018. Disponível em: http://conteudo.urbansystems.com.br/csc_ne_urbansystems?utm_campaign=csc__n_e_18_-_duplicado&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 20 fev. 2018.

ESCOLA MÓBILE. **Cidadania Digital**. 2013. Disponível em: <http://www.escolamobile.com.br/conviver-na-web/cidadania-digital>. Acesso em: 22 jul. 2016.

FGV PROJETOS. **O que é uma cidade inteligente?** 2015. Disponível em: <http://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FIALHO; Nadia Hage; NOVAES, Ivan Luiz. Sistemas de ensino e inclusão social: o papel das redes de cooperação e de aprendizagem. *In*: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador: EDUFBA, 2008. p.105-124.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GALVÃO, Antonio Carlos F. **O desenvolvimento regional sob a ótica da logística e da cidadania**. 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-desenvolvimento-regional-sob-a-otica-da-logistica-e-da-cidadania>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole - o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

HARVEY, David. **A Condição Pós Moderna, Uma Pesquisa Sobre as Origens Da Mudança Cultural**, 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. 6. ed. São Paulo: Mises Brasil, 2010.

HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. DIRETORIA DE PESQUISAS. Coordenação de Trabalho e Rendimento. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2015. Lauro de Freitas. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291920>. Acesso em: 2 maio 2016.

IBOPE NIELSEN ONLINE, **Número De Pessoas Com Acesso À Internet No Brasil Supera 120 Milhões**. Disponível em: <http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2014/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-supera-120-milhoes.print.html>. Acesso em: 1 mar. 2016.

JORNAL A TARDE. **Lauro de Freitas tem nova divisão de bairros**. 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1741890-lauro-de-freitas-tem-nova-divisao-de-bairros>. Acesso em: 30 mar.2016.

KURZ, Robert. **A virtualização da economia - mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação**. São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc23059908.htm>. Acesso em: 13 mar. 2018.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LEMOS, André (Org.). **Cidade Digital, Portais, Inclusão e Redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. São Paulo: Editora 34, 1992.

LÉVY, Pierre. **A inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução de Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: Ed 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2011.

LFNEWS. **A verdadeira história do município de Lauro de Freitas**. 2016. Disponível em: <https://lfnews.com.br/a-verdadeira-historia-do-municipio-de-lauro-de-freitas/>. Acesso em: 10 maio 2017.

LÓPEZ, Pedro López; SAMEK, Toni. Inclusão digital: um novo direito humano. *In*: CUERVAS, Aurora; SIMEÃO, Elmira (Orgs.). **Alfabetização informacional e inclusão digital: modelo de infoinclusão social**. Brasília: Thesaurus, 2011.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARSHAL, T. H. Cidadania e classe social. *In*: CIDADANIA, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57- 114.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

MASLOW, Abraham H. **Motivation and personality**. New York: Harper & Brothers, 1954.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, 2005. Disponível em: bliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6789/5371. Acesso em: 16 maio 2018.

MFRURAL. **Lauro de Freitas – Bahia**. 2010. Disponível em: <https://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/lauro-de-freitas-ba.aspx>. Acesso em: 16 maio 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOTA TÉCNICA 001. **Lauro de Freitas. Cidade Inteligente.** Lauro de Freitas, 2018.

NOTA TÉCNICA 002. **Lauro de Freitas. Especificação Técnica Cidade Digital.** Lauro de Freitas, 2018.

NERI, Marcelo. **Mapa da Inclusão Digital.** Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.
Disponível em: <http://cps.fgv.br/pesquisas/mapa-da-inclusao-digital>. Acesso em: 16 maio 2018.

ONUBR - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **No Brasil quase 60% das pessoas estão conectadas à Internet, afirma novo relatório da ONU.** Publicado em: 21/09/2015, atualizado em 21/09/2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-brasil-quase-60-das-pessoas-estao-conectadas-a-internet-afirma-novo-relatorio-da-onu>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PISCHETOLA, M. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula.** Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>. Acesso em: 2 maio 2016.

POLITIZE. **As três gerações dos direitos humanos.** 2017. Disponível em: www.politize.com.br Acesso em: 13 de jul. 2019.

PRAIAS BAHIA. **Lauro de Freitas.** 2016. Disponível em: www.praias-bahia.com/lauro-freitas/igreja-matriz.htm. Acesso em: 15 dez. 2016.

REDE CIDADE DIGITAL - **Mapa das Cidades Digitais** – Bahia tem mais de 50 cidades digitais. 2014. Disponível em: http://redecidadedigital.com.br/mapa_ba.php. Acesso em: 24 jul. 2016.

REDES REGIONAIS DE CIDADES DIGITAIS. **Construindo a cultura da inovação para as cidades.** 2013. Disponível em: <http://regionais.redecidadedigital.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2016.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A Evolução do Conceito de cidadania.** Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté. 2013. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT16092013195054.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** Companhia das Letras. São Paulo, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ohlFDwAAQBAJ&pg=PT19&lpg=PT19&dq=no+que+se+refere+a+outras+priva%C3%A7%C3%B5es+de+liberdade&source=bl&ots=2hdG1Zz2eN&sig=O3-ZKyxSktAO6KzZh7EFWv-lhuQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiTodX_s9bbAhWChpAKHbB0A9EQ6AEIKDAA#v=onepag

e&q=no%20que%20se%20refere%20a%20outras%20priva%C3%A7%C3%B5es%20de%20liberdade&f=false. Acesso em: 23 ago. 2017.

SHAPIRO, C.; VARIAN, H. R. **A economia da informação**: como os princípios econômicos se aplicam a era da Internet. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAPSCOTT, D.; CASTON. **A Mudança de paradigma**. São Paulo: Makron Books, 1995.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Política Pública De Inclusão Digital**. 2015. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; TRENTIN, Marco Antônio Sandini (Org.). **Tecnologias e metodologias**. Salvador: EDUFBA, 2013.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora Curso de Pós-Graduação em Sociologia/USP, 2001.

TERRA. **Anos 90**: o desenvolvimento da internet no Brasil. 2002. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/internet10anos/interna/0,,OI541825-EI5026,00.html>. Acesso em: 2 mar. 2016.

UIT | Agências | ONU, Brasil. **3,7 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à Internet no mundo**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/uit-37-bilhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-internet-no-mundo/>. Acesso em: 1 mar. 2016.

VALENTE, José Armando (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: UNICAMP/: NIED, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VILLASCHI FILHO, A. Paradigmas tecnológicos: uma visão histórica para a transição presente. **Revista de Economia**, v. 30, n. 1, 28, p. 65-105, jan./jun. 2004.

VILAS MAGAZINE. **Cidade delimita 18 bairros oficiais para acabar com CEP único**. 2014. Disponível em: <http://vilasmagazine.blogspot.com/2014/03/cidade-delimita-18-bairros-oficiais.html>. Acesso em: 28 maio 2018.

WHYTE, William F. **Sociedade da Esquina**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.